



Estudos de
Reordenamento Agrário

10

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO BANCO DA TERRA (BT)

Antônio Maria Gomes de Castro
Suzana Maria Valle Lima
Luis Fernando Vieira

Fevereiro de 2012

Estudos de
Reordenamento Agrário

10

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO BANCO DA TERRA (BT)

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro

Afonso Bandeira Florence

Secretário-Executivo

Márcia da Silva Quadrado

Consultoria Jurídica

André Augusto Dantas Motta Amaral

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Luiz Claudio Monteiro Morgado

Secretário de Agricultura Familiar

Laudemir André Muller

Secretário de Reordenamento Agrário

Adhemar Lopes de Almeida

Secretário de Desenvolvimento Territorial

Jerônimo Rodrigues Souza

Presidente do INCRA

Celso Lisboa de Lacerda

Diretor do Departamento de Crédito Fundiário – DCF/SRA

Francisco das Chagas Ribeiro Filho

EQUIPE RESPONSÁVEL

Coordenação Geral do Estudo

Antônio Maria Gomes de Castro, PhD

Equipe Técnica Principal

Antônio Maria Gomes de Castro, PhD

Suzana Maria Valle Lima, PhD

Luis Fernando Vieira, PhD

José Ruy Porto de Carvalho, PhD

Pesquisadores de Campo

Lercy Maria Cardosos Lima, Bióloga

Leisy Mikaelly Alves Teixeira, Mestranda em Agronegócios, UNB

Marivânia Garcia da Rocha, MSc Agronegócio

Equipe de Digitação da base de dados

Marivânia Garcia da Rocha, MSc

George Fillipe A. Vieira

Laisse Cardoso Lima

Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário

Esta é uma publicação da Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

O estudo publicado neste volume foi realizado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/003 - CRÉDITO FUNDIÁRIO - EEN – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em contrato celebrado entre a INOVA Consultoria Prospectiva e Estratégia Ltda. e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Este estudo teve por objetivo traçar um perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, linhas CAF e CPR, e do Banco da Terra, e foi realizado no período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário (Brasil)

Estudos de Reordenamento Agrário No 10

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Pobreza Rural. CASTRO, A.M.G. de; LIMA, S.M.V. ; VIEIRA, L.F.; Perfil dos Beneficiários do Banco da Terra. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

152p. : il.

ISBN 978-85-60236-10-7

1. Crédito Fundiário - Brasil 2. Agricultura Familiar – Brasil 3. Perfil dos Beneficiários 4. Banco da Terra
5. Reforma Agrária – Brasil 6. Metodologia de Pesquisa - Brasil

Organização e Revisão Técnica:

Dino Sandro Borges de Castilhos

Neide Mateus Rodrigues

Produção e Editoração Gráfica

Gráfica Super 7

Fotografias

Ubirajara Machado/BP

Tamires Kopp/BP

Tiragem: 1.050 exemplares

Editora: IICA/MDA/PCT-Crédito Fundiário

Fevereiro de 2012

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Reordenamento Agrário
Coordenação-Geral de Planejamento,
Monitoramento e Avaliação
SBN - Quadra 1 - Ed. Palácio do Desenvolvimento
BI "D", 10º andar, sala 1008.
CEP: 70.057-090
<http://www.mda.gov.br>
e-mail: pma-sra@mda.gov.br

Apresentação

Nosso país possui um modelo de ocupação e produção na terra que foi perverso no processo de desenvolvimento histórico. É por isso que cerca de 80% dos imóveis rurais brasileiros ocupam apenas aproximadamente cerca de 20% das terras agricultáveis do país.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, mostrou-se, nestes seus nove anos de existência, como um acerto de estratégia de democratização fundiária, sendo fundamental como um instrumento complementar de reforma agrária.

A análise é factual: a extrema diversidade dos segmentos sociais que buscam o acesso à terra (sem-terras, meeiros, posseiros, arrendatários, agricultores familiares, assalariados rurais) e a enorme diferenciação da ocupação fundiária e econômica não permitem que a demanda por terra, pelos pobres do campo, seja suprida somente pela execução do preceito constitucional da função social da terra. Ao lado desta e buscando o seu fortalecimento, a realidade tem nos demonstrado a importância dos mecanismos de acesso aos mercados de terras para a emancipação social, econômica e política da pobreza rural, da agricultura familiar, da juventude e das mulheres rurais e também das comunidades negras entre outras.

Tal objetivo instrumentalizado em política pública – Programa Nacional de Crédito Fundiário – impõe grandes desafios para o sucesso de sua operacionalização. O primeiro já foi respondido pela Pesquisa de Impacto do Crédito Fundiário e agora também por estes três cadernos sobre o Perfil da Inadimplência nos financiamentos do Fundo de Terras (CAF, CPR e Banco da Terra): sim, em condições financeiras e operacionais propícias os financiamentos fundiários são viáveis, enquanto estratégia de acesso à terra, para setores sociais como pobreza rural e agricultura familiar.

O segundo é, constantemente, avaliar os resultados sociais e econômicos do programa, buscando identificar seus avanços, mas, principalmente, seus gargalos e limites, identificando assim os elementos e itens operacionais que devem ser aprimorados na execução do programa. É justamente isto que buscamos neste caderno de pesquisa sobre o Perfil da Inadimplência no Programa Banco da Terra..

Apesar da taxa de inadimplência dos projetos financiados no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária estar em 7,8% (dados de agosto de 2011), um nível que consideramos aceitável dada a complexidade desta política de financiamento fundiário, entendemos ser papel do gestor público e dos atores sociais que compõem o Programa conhecer os fatores que levam à esta inadimplência e implementar ações e diretrizes que levem cada vez mais a sua redução.

Esta pesquisa foi operacionalizada pelo Projeto de Cooperação Técnica da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), sendo executado de forma primorosa e competente pela Empresa de Consultoria vencedora do certame licitatório (INOVA). Os três relatórios de pesquisa e os resultados aqui expostos são de qualidade e importância notória, como vocês poderão ver.

BOA LEITURA!

Adhemar Lopes de Almeida
Secretário de Reordenamento Agrário

Agradecimentos

Um trabalho da natureza do presente estudo não pode ser realizado sem a mobilização de muitas instituições e pessoas, trabalhando de forma coordenada, para que as tarefas de coleta e processamento de informação secundária e primária possam ser realizadas na medida dos objetivos e resultados determinados.

A equipe de profissionais da **INOVA PROSPECTIVA E ESTRATÉGIA** deseja assinalar a participação de pessoas e instituições que com seu conhecimento, experiência e espírito de cooperação apoiaram a realização desse estudo em diversos momentos de sua realização, contribuindo para que uma importante base de informação sobre o crédito fundiário e sobre a agricultura familiar no Brasil pudesse ser disponibilizada a gerente, estudiosos e praticantes da atividade. Foram decisivos em diferentes momentos:

- Coordenadores das Unidades Técnicas Estaduais (UTE) e respectivas equipes técnicas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão;
- Equipes do Escritório Central e de Escritórios Locais das EMATER do Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Piauí e Rio Grande do Norte;
- Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais e seus congêneres nos municípios dos Estados pesquisados;
- Sindicatos dos Produtores Rurais do Rio Grande do Sul e Paraná;
- Beneficiários entrevistados do Banco da Terra e das linhas Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e Combate à Pobreza Rural (CPR) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (relações de entrevistados em cada relatório)
- Equipe de gestão do Contrato IICA/MDA/INOVA;

Um especial agradecimento é devido a equipe técnica da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA, pela sua competente condução do relacionamento com a INOVA durante todo o estudo, fornecendo informação, diretrizes e articulação com o universo de envolvidos com o crédito fundiário no Brasil.

Todavia a responsabilidade por eventuais falhas no produto final é unicamente da equipe de autores do presente trabalho.

Sumário

Relação de entrevistados (em ordem alfabética)	15
1. Introdução	19
2. A Inadimplência em Programas de Crédito Fundiário – O problema de pesquisa.....	23
2.1. Antecedentes e justificativa do estudo	23
2.2. Finalidades e condições de acesso ao financiamento do Banco da Terra	24
2.3. Questões de pesquisa	27
3. Objetivos do Estudo	31
4. Marco Conceitual e Metodológico	35
4.1. Marco conceitual	35
4.1.1. Fatores culturais e atitudinais dos beneficiários (o querer fazer).....	35
4.1.2. Fatores referentes a conhecimento e capacitação (o saber fazer)	36
4.1.3. Fatores relacionados com o entorno componente da realidade (o poder fazer)	36
4.1.4. Fatores relacionados com a adequação e gerência dos programas de financiamento.	37
4.2. Metodologia	40
4.2.1. Execução da metodologia e respectivos produtos	41
5. Resultados.....	53
5.1. Banco da terra – Empreendimentos coletivos	54
5.1.1. Caracterização do imóvel.....	54
5.1.2. Caracterização da produção rural.....	58
5.1.2.1. Produção Pecuária.....	59
5.1.2.2. Tecnologia de produção animal	60
5.1.2.3. Principais problemas da produção animal	61
5.1.2.4. Exploração Agrícola	62
5.1.2.5. Tecnologia de produção agrícola.....	63
5.1.2.6. Principais problemas da exploração agrícola	63
5.1.3. Financiamento e mão de obra para a produção.....	64
5.1.4. Relações com o mercado.....	65
5.1.5. Caracterização da renda familiar	66
5.1.6. Qualidade de vida no empreendimento.....	67
5.1.7. Situação dos contratos e dificuldades para pagamento do financiamento	68
5.1.8. Características da associação (formação, composição, alterações, funções, forma de decisão)	73
5.1.9. Rede de apoio e capital social	76

5.1.10. Recursos locais	78
5.2. Banco da terra – Empreendimentos individuais	78
5.2.1. Caracterização do imóvel	79
5.2.2. Caracterização da produção rural	83
5.2.2.1. Produção Pecuária	84
5.2.2.2. Tecnologia de produção animal	86
5.2.2.3. Principais problemas da produção animal	87
5.2.2.4. Exploração Agrícola	88
5.2.2.5. Tecnologia de produção agrícola	93
5.2.2.6. Principais problemas da exploração agrícola	95
5.2.3. Financiamento e mão de obra para a produção	95
5.2.4. Relações com o mercado	97
5.2.5. Caracterização da renda familiar	97
5.2.6. Qualidade de vida no empreendimento	98
5.2.7. Situação dos contratos e dificuldades para pagar os financiamentos	99
5.2.8. Características das famílias nos empreendimentos (composição da família)	104
5.2.9. Rede de apoio e capital social	105
5.2.10. Recursos locais	107
6. O Perfil do empreendimento no Programa Banco Da Terra (BT)	111
6.1. Caracterização do imóvel	111
6.2. Caracterização da Produção Rural	112
6.3. Caracterização da renda familiar: importância de diversas fontes e relação entre ganhos e despesas	113
6.4. Mudanças em qualidade de vida de empreendimentos adimplentes e inadimplentes	113
6.5. Caracterização do contrato	114
6.6. Caracterização da Associação e das Famílias	115
6.7. Redes de apoio	116
6.8. Recursos locais: qualidade dos serviços disponíveis	116
7. Conclusões e Recomendações	119
7.1. Banco da Terra Coletivo	119
7.1.1. Conclusões	119
7.1.2. Recomendações	120
7.2. Banco da Terra individual	121
7.2.1. Conclusões	121
7.2.2. Recomendações	123
Referências Bibliográficas	129

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Evolução dos encargos financeiros praticados pelo Banco da Terra no período de 1999 a 2002.....	27
Tabela 2 - Estratégia metodológica utilizada no estudo	41
Tabela 3 - Conteúdo dos manuais do pesquisador de campo e dos questionários.	44
Tabela 4 - Estrutura dos instrumentos de pesquisa (roteiros de entrevista)	46
Tabela 5 - Número de beneficiários adimplentes e inadimplentes entrevistados, por programa de crédito (BT, CAF, CPR), estado selecionado, e tipo de empreendimento (coletivo ou individual).	48
Tabela 6 - Caracterização dos imóveis dos empreendimentos coletivos no Estado de Goiás.....	55
Tabela 7 - Qualidade de solos, disponibilidade e qualidade da água em imóveis dos empreendimentos coletivos no Estado de Goiás.	56
Tabela 8 - Infraestrutura existente no imóvel em empreendimentos coletivos no Estado de Goiás.	57
Tabela 9 - Outras infraestruturas no imóvel (BT Coletivo), para plantação ou criação	58
Tabela 10 - Destinação da produção agropecuária nos empreendimentos coletivos do BT	59
Tabela 11 - Produção pecuária para o mercado no Programa BT Coletivo.....	60
Tabela 12 - Tecnologia utilizada para a produção animal nos empreendimentos coletivos.....	60
Tabela 13 - Produtividade da produção animal com maiores ganhos nos empreendimentos coletivos e causas de menor produtividade.....	61
Tabela 14 - Produção agrícola para o mercado nos empreendimentos coletivos.....	62
Tabela 15 - Tecnologia para a produção agrícola nos empreendimentos coletivos.....	63
Tabela 16 - Produtividade da produção com maiores ganhos e causas de menor produtividade	64
Tabela 17 - Fontes de financiamento da produção e mão-de-obra utilizada.....	65
Tabela 18 - Comercialização da produção dos empreendimentos coletivos do Banco da Terra	65
Tabela 19 - Importância de fontes de renda, despesas mensais e relação entre despesas e gastos mensais nos empreendimentos coletivos do Banco da Terra	66
Tabela 20 - Qualidade de vida das famílias antes e depois dos financiamentos dos empreendimentos coletivos do Banco da Terra	67
Tabela 21 - Situação atual dos contratos bancários dos empreendimentos coletivos e razões que influenciam inadimplência nos contratos.....	69
Tabela 22 - Razões para inadimplência: Outra razão	70
Tabela 23 - Renegociação e individualização do contrato. Alcance e dificuldades enfrentadas.....	70
Tabela 24 - Crenças dos beneficiários de empreendimentos coletivos do Banco da Terra sobre o valor da terra e sua posse.....	71
Tabela 25 - Grau de satisfação com as condições do financiamento	72
Tabela 26 - Composição da associação e escolaridade das famílias no empreendimento.....	73
Tabela 27 - Mudanças ocorridas na associação e seus impactos.....	74
Tabela 28 - Funções desempenhadas pela associação.....	75
Tabela 29 - Tomada de decisão e sua implementação no empreendimento.....	76
Tabela 30 - Apoio recebido de organizações de assistência	77
Tabela 31 - Responsabilidades por Assistência Técnica, em diversos momentos do projeto produtivo	77
Tabela 32 - Qualidade de serviços disponíveis	78
Tabela 33 - Número de entrevistas realizadas por Estado e situação de inadimplência	79
Tabela 34 - Caracterização dos imóveis dos empreendimentos individuais do Banco da Terra nos Estado de Paraná e Goiás	79
Tabela 35 - Qualidade de solos, disponibilidade e qualidade da água em imóveis nos empreendimentos individuais do	

BT nos Estados do Paraná e de Goiás.....	81
Tabela 36 - Infraestrutura existente no imóvel em empreendimentos individuais do BT nos Estados do Paraná e de Goiás.	82
Tabela 37 - Outra infraestrutura no imóvel de beneficiários individuais do BT, para plantação ou criação	83
Tabela 38 - Destinação da produção agropecuária nos empreendimentos individuais do BT	83
Tabela 39 - Produção pecuária para o mercado no Programa BT Individual.....	84
Tabela 40 - Tecnologia de produção animal nos empreendimentos individuais do BT	86
Tabela 41 - Produtividade da produção animal com maiores ganhos nos empreendimentos individuais do BT e causas de menor produtividade.....	87
Tabela 42 - Produção agrícola para o mercado nos empreendimentos individuais do BT	88
Tabela 43 - Hortaliças produzidas nos empreendimentos individuais do BT.....	89
Tabela 44 - Frutas produzidas nos empreendimentos individuais do BT	89
Tabela 45 - Outras atividades agrícolas nos empreendimentos individuais do BT.	89
Tabela 46 - Rendas geradas pelas atividades agropecuárias nos empreendimentos individuais adimplentes e inadimplentes.	90
Tabela 47 - Tecnologia para a produção agrícola utilizada nos empreendimentos individuais do BT	94
Tabela 48 - Tecnologia para a produção agrícola utilizada nos empreendimentos individuais do BT - uso de fertilizantes.	94
Tabela 49 - Produtividade da produção com maiores ganhos e causas de menor produtividade	95
Tabela 50 - Fontes de financiamento da produção e mão-de-obra utilizada.....	96
Tabela 51 - Comercialização da produção dos empreendimentos individuais do Banco da Terra	97
Tabela 52 - Importância de fontes de renda, despesas mensais e relação entre despesas e gastos mensais nos empreendimentos individuais do Banco da Terra.....	98
Tabela 53 - Qualidade de vida das famílias antes e depois dos financiamentos dos empreendimentos individuais do Banco da Terra	99
Tabela 54 - Situação atual dos contratos bancários dos empreendimentos individuais do BT e razões que influenciam inadimplência nos contratos.....	100
Tabela 55 - Outras razões apontadas para a inadimplência	101
Tabela 56 - Crenças dos beneficiários de empreendimentos individuais do BT sobre o valor da terra e sua posse ..	102
Tabela 57 - Renegociação do contrato de financiamentos individuais do BT. Alcance e dificuldades enfrentadas....	103
Tabela 58 - Grau de satisfação com as condições do financiamento.....	103
Tabela 59 - Composição e escolaridade das famílias no empreendimento individual do BT	104
Tabela 60 - Apoio recebido de organizações de assistência	105
Tabela 61 - Responsabilidades por Assistência Técnica (ATER), em diversos momentos do projeto produtivo.....	106
Tabela 62 - Qualidade de serviços disponíveis	107

Lista de Figuras

Figura 1 – Qualidade de vida antes e depois do financiamento: beneficiários inadimplentes.....	68
Figura 2 - Razão mais mencionada para a inadimplência	69
Figura 3 - Grau de satisfação com as condições do financiamento.....	72
Figura 4 – Rendimentos da produção animal em empreendimentos adimplentes do BT individual.	85
Figura 5 – Rendimentos da produção animal em empreendimentos inadimplentes do BT individual.	86
Figura 6 – Rendimentos da produção vegetal (feijão, mandioca e milho) em empreendimentos adimplentes do BT individual.	90
Figura 7 – Rendimentos da produção vegetal (feijão, mandioca e milho) em empreendimentos inadimplentes do BT individual.	91
Figura 8 – Rendimentos da produção vegetal (hortaliças, frutas e café) em empreendimentos adimplentes do BT individual.	91
Figura 9 – Rendimentos da produção vegetal (hortaliças, frutas e café) em empreendimentos inadimplentes do BT individual.	92
Figura 10 – Estratos de renda bruta nos empreendimentos individuais do BT (adimplentes e inadimplentes).....	93
Figura 11 - Principais razões apontadas para a inadimplência em financiamentos do BT Individual	100

Lista de Quadros

Quadro 1 - Categorias de variáveis e variáveis componentes (lista preliminar) em instrumentos dedicados à levantamento de dados junto aos empreendimentos beneficiários de crédito fundiário	39
Quadro 2 - Categorias de variáveis e variáveis componentes em instrumentos dedicados à levantamento de dados sobre associações e seu funcionamento	40

Anexos

ANEXO 1: Questionários aplicados	132
--	-----

Relação de entrevistados (em ordem alfabética)

Goiás:

Aleomar José de Souza
Ana Lídia Muniz
Ananias Pereira da Silva
Antônio Maria Machado da Silva
Antônio Pires de Santana
Ataíde José de Barros
Cassia Luzia Pereira Valverde
Celina Maria Ribeiro Costa
Cezoste Francisco Carapina
Conceição Tavares de Oliveira
Custodio Filho da Silva
Dario Antônio de Oliveira
Deralis Soares dos Santos
Divino Pereira Duarte
Domicio Durmonte Pessoa
Eber Oliveira Martim (Caro Sujo)
Elio Sabino Ribeiro
Elson Barbosa de Sousa
Emílio Francisco Xavier
Eurípedes Borges de Bastos
Francina Maria de Jesus
Jaqueline da Costa Nazareth
Jesus Alves Abreu
Joaquim dos Reis Pires
José Laurindo Duarte
José Lucas Francisco de Mesquita
Jose Manoel de Oliveira
José Raimundo de Souza
José Severo dos Anjos
José Torres
Julio Alves Pereira
Laudimar Pereira da Silva
Laudimiro Miranda Moitinha
Manoel Messias Ribeiro
Maria Dalva Barbosa dos Santos
Maria De Sousa Barbosa
Nadir Joaquim de Sousa
Nataniel Bispo dos Santos
Olimpio Rodrigues De Deus Filho
Oliveira Nunes Teodoro
Omar Rodrigues Leite
Paulo Francisco Dourado
Pompilho Rocha da Silva
Reinaldo Xavier Moreno
Rita (Assoc. Coperpalmeira 3)
Ubiramar Freitas Silveira
Valdelino Vieira da Silva
Vantuir Alcides Neto

Paraná:

Abel de Souza Melo

Acir Ojeda
Adilso José da Silva
Alan Cesar Arantes Benedetti
Alexandre Antonio da Silva
Alicio Jorge de Oliveira
Antonio Barbosa Pereira
Antonio Carlos Roxinski
Aparecido Pedro
Armando Honorato Viana
Benedito Afonso
Benedito Carneiro
Benedito dos Santos Pereira
Benedito Silvestre Garcia
Benjamim de Jesus Hora
Carlos Mazeti da Silva
Celso Nogueira Lopes
Claudemir Inacio da Silva
Claudineia Aparecida de Medeiros
Daniel Mariano da Silva
Darci Tadeu Ribeiro
Davi Pereira
Dirceu Arantes da Silva
Djair Costa Domingue
Dorival de Camargo
Edil Ramos da Rocha
Edio Roberto de Paula
Edson Antonio de Oliveira
Edvaldo Moreira
Eliseu Rodrigo Tuono
Elizangela Isabel Anacleto da Silva
Erivelto Levi Anacleto
Esmeria Pereira da Cruz Oliveira
Gelson Benedito Leite
Gilmar Batista de Azevedo
Ijair Gonçalves da Cruz
Ivanildo de Jesus Benedetti
Izaías José de Souza
Jair Francisco (Ii)
Jeverson Camiloti
Joao Batista da Silva
Joao Batista do Nascimento
Joao Francisco da Silva
Joao Goes da Silva
Joao Moreira
Joaquim Vito Ribeiro
Jonas Vitorino da Silva
Jorge Alves da Costa
José Antonio Franco
José Aparecido Afonso
José Aparecido Lippi
José Batista

José Dejalma Bandelow
José Fontana Filho
José Marcondes Tavares Malta
José Moreira
José Vitor
Jurandir Rodrigues de Oliveira
Leandro José Fontana
Lenimara Machado dos Reis
Leobino José De Almeida
Leontina da Silva Fogassa
Lincon Leonel Luchetti
Luciano Lima de Castro
Luis Carlos dos Santos
Luzia Maria Aparecida Araujo
Marcelo Moreira
Marciel Ramos da Rocha
Marcio Theodoro Dias
Marciomoreira
Marco Rodrigues de Oliveira Cruz
Marcos Aparecido de Carvalho
Marcos Aurelio Metta
Marcos Theodoro Dias
Maria Aparecida Alves
Maria Salete Gomes Vitor
Mentano Vizioli
Moacir dos Reis Souza
Moacir Guedes
Odair Tiago da Silva
Orides Gomes Pinto
Orlando Gomes do Nascimento
Paulo Arantes da Silva
Paulo Candido da Silva
Paulo Cezar Brunhare
Paulo Sergio Della Matta
Pedro da Silva
Pedro Rodrigues da Silva
Reginaldo de Paiva
Reginaldo Ramos da Silva
Rodovaldo Passos
Ronival da Fonseca Pereira
Roque Correa Serafim
Sergio Henrique Metta
Tarcisio Rodrigues de Oliveira
Valdeci Rodrigues
Valdemar Estevo Da Silva
Valdemir Castolini
Vanderleia Justino Honorato
Victor Rodrigues da Silva
Walter Fernandes de Oliveira
Wilson Matosinho de Azevedo

Introdução



1. Introdução

A concentração da posse da terra e a necessidade de permitir acesso ao bem por parte dos agricultores familiares e pequenos agricultores tem sido uma questão recorrente ao longo da história do Brasil. Os embates entre os grandes proprietários e os desprovidos de terra, ao longo do tempo geraram conflitos e tensões, e muitas vezes impasses. Destas situações emergiram os movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem terra, que entre suas diversas formas de atuação, pressionam o poder público para que defina políticas voltadas para responder aos anseios de democratização do acesso à terra. Os mecanismos de desapropriação previstos na Constituição, o programa Banco da Terra e seu sucessor, o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, com suas linhas, são exemplos dessas políticas.

A criação de um projeto de crédito fundiário estava, há muitos anos, na agenda de diversos setores envolvidos na questão agrária e no desenvolvimento rural. Uma das primeiras iniciativas foi o Projeto São José, no estado do Ceará, e o Projeto Cédula da Terra, implantado em cinco estados, sendo quatro do Nordeste e um do Sudeste (Minas Gerais), que beneficiou cerca de 16.000 famílias em cinco anos. Estes projetos pilotos testaram uma abordagem baseada na demanda comunitária, em que potenciais grupos de beneficiários negociam diretamente com proprietários que estejam interessados na venda de suas terras.

Por intermédio da Lei Complementar 93/98, de 04.02.1998 (Brasil, 1998), regulamentada pelo Decreto 3.027, de 13.04.1999, foi criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, à época denominado Banco da Terra e Cédula da Terra, com o objetivo de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural.

Posteriormente, nova regulamentação foi associada ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, por intermédio do Decreto nº 4.892, de 25.11.2003 (Brasil, 2003), interrompendo-se, a partir de então, a contratação de financiamentos à égide do Banco da Terra e criando-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Para a elaboração deste programa, durante o primeiro semestre de 2003, a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), gestor do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, estabeleceu um amplo processo de consulta com as organizações do movimento sindical, em particular a Contag, mas também com a Fetraf-Sul, os estados e associações de municípios que conviveram ou participaram dos projetos Cédula da Terra e Combate à Pobreza Rural. Dessa experiência de elaboração de política pública com a participação efetiva da sociedade civil e apoio do Banco Mundial, resultou o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

O PNCF é um programa de acesso à terra complementar à Reforma Agrária, que incorpora propriedades com áreas inferiores a quinze módulos fiscais e propriedades produtivas que não sejam passíveis de desapropriação. Além da compra de terras, o PNCF também financia assistência técnica e subprojetos complementares que auxiliam no estabelecimento dos empreendimentos, assim como nos investimentos iniciais necessários para melhorar a produtividade das terras recém-adquiridas.

Passados quatorze anos desde a criação dos primeiros programas de crédito fundiário e a partir do reordenamento na política de crédito fundiário no Brasil, com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 2003, o MDA sentiu a necessidade de patrocinar uma avaliação sobre os Perfis dos Beneficiários Inadimplentes dos principais financiamentos concedidos através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Em qualquer política de crédito a inadimplência é tida como um dos principais indicadores de êxito, o que motiva o questionamento sobre as causas relacionadas com a inadimplência nestes programas.

Conhecer o perfil dos inadimplentes dos principais programas de crédito fundiário permitirá aos gestores destes programas um conhecimento mais aprofundado e específico dos fatores que preponderam entre os inadimplentes. Com este conhecimento, estes gestores poderão formular estratégias e adotar mecanismos operacionais e ações nas suas políticas que visem minimizar os efeitos dos fatores preponderantes entre os inadimplentes.

A linha CAF abriga aproximadamente 35 mil contratos, beneficiando perto de 45 mil famílias, com mais de 1,5 bilhão de reais investidos na aquisição de terras e em investimento básico. Na Linha CPR são mais de 2,5 mil contratos, beneficiando cerca de 46 mil famílias, com aproximadamente 300 milhões de reais investidos na aquisição de terras e perto de R\$ 500 milhões em infraestrutura comunitária. O PNCF contempla também o selo Nossa Primeira Terra (NPT/CPR e NPT/CAF), que abriga perto de 2,6 mil contratos, sob os quais cerca de 3,5 mil famílias obtiveram financiamentos que somam mais de R\$ 100 milhões. No Banco da Terra são 17.530 contratos realizados e 35.097 famílias beneficiadas (MDA, 2011).

Por demanda da Secretária de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) foi realizado um extensivo estudo sobre os programas de crédito fundiário do Ministério, o Banco da Terra (BT) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (CNPFC) nas suas linhas CAF e CPR. Neste trabalho, são apresentados o marco conceitual e metodológico aplicados de forma comum aos três componentes do estudo e os resultados obtidos sobre o perfil dos inadimplentes do Banco da Terra, criado em 1998 e suspenso em 2003. Os resultados sobre o CAF e CPR do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNFC são apresentados em outros dois relatórios, elaborados a partir do estudo realizado.

A Inadimplência em Programas de Crédito Fundiário - O problema de pesquisa



2. A Inadimplência em Programas de Crédito Fundiário – O problema de pesquisa

2.1. Antecedentes e justificativa do estudo

Para muitos autores (Condé, 2006) a origem do crédito fundiário como política pública no Brasil remonta ao Projeto de Combate à Pobreza, ou projeto piloto São José, no Ceará, implantado em 1987. O projeto, tendo por objetivo erradicar a pobreza, financiava aos pequenos produtores investimentos produtivos (e.g., casas de farinha), em infraestrutura (e.g., eletrificação) e sociais (e.g., creches). Em 1996, sob orientação e financiamento do Banco Mundial, introduziu-se no Projeto um componente de crédito fundiário denominado Reforma Agrária Solidária – São José, com o objetivo de oferecer financiamento de terras para trabalhadores rurais sem terra e minifundiários. Esse programa operou de agosto de 1996 a dezembro de 1997.

Ainda em 1997, a experiência de crédito agrário do Projeto São José foi levada ao nível federal, no Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza, conhecido como Projeto Cédula da Terra - PCT, abrangendo os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais. O PCT também contou com financiamento do Banco Mundial e foi finalizado em dezembro de 2002.

Com a aprovação da Lei Complementar No. 93, de 04/02/1998, foi criado o Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, financiado por aportes do Banco Mundial, do governo brasileiro e de outras fontes. O Banco da Terra operou de 1999 a 2003, implantando empreendimentos em 17 dos 27 estados da federação (Ramos Filho, 2008).

Segundo o MDA (2000, p.17):

As avaliações realizadas até agora mostraram que os custos por família neste programa têm sido inferiores aos do programa tradicional, embora neste caso os agricultores tenham sempre adquirido terras produtivas e com disponibilidade de infraestrutura, enquanto no processo de desapropriação as terras precisam ser consideradas improdutivas .

Este instrumento permite que as famílias interessadas, reunidas em associação, selecionem e adquiram a terra de sua escolha, com crédito fundiário fornecido pelo governo através de um banco. Em seguida, elas recebem uma doação para realizar as obras de interesse coletivo. Neste sistema, o governo não toma decisões em nome dos agricultores: eles próprios tomam todas suas decisões.

Isto os torna mais motivados, mais “donos” do projeto, mais responsáveis pelo seu sucesso. A experiência em vários projetos no Ceará e em outros estados tem mostrado isto.

O governo participa de forma suplementar, de três formas: (a) fornece o crédito para aquisição de terra, a doação para as obras coletivas, e os créditos agrícolas; (b) examina a titularidade das propriedades negociadas, para evitar a aquisição de terras ilegais; e (c) acompanha a evolução do mercado de terras e assessora os interessados no processo de compra, para evitar eventuais compras de terra com preços acima do valor de mercado.

Sendo descentralizado e dependente de decisões dos próprios interessados, este mecanismo tem alto potencial para acelerar o processo da reforma agrária, uma vez que não depende da capacidade burocrática dos órgãos do governo. Contudo, continua a depender da disponibilidade de financiamentos governamentais, quer para o fundo de crédito fundiário, quer para os projetos de infraestrutura coletiva.

Embora essa fosse a expressão da visão oficial em 1998, o modelo do Programa Banco da Terra e de seus antecessores tem sido bastante criticado pelos movimentos sociais dos trabalhadores sem terras e por acadêmicos (Resende e Mendonça, 2005; Ramos Filho, 2008; Guedes, 2010). A principal vertente destas críticas se manifesta contra a utilização dos mecanismos de mercado (pagamento pela terra) para acesso à terra, em substituição ao mecanismo de desapropriação previsto na Constituição, ainda que o Programa fosse dirigido para as propriedades não passíveis de desapropriação pelo mecanismo constitucional.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF reúne as ações e programas de reordenação fundiária de que trata a Lei Complementar no. 93, de 04 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto no. 4.892, de 25 de novembro de 2003, que, por intermédio de mecanismos de crédito fundiário, visam ampliar a redistribuição de terras, consolidar regimes de propriedade e uso em bases familiares, visando a sua justa distribuição.

O PNCF subdivide-se em duas linhas de financiamento adequadas a cada público: Combate a Pobreza Rural – CPR, que beneficia os trabalhadores rurais mais pobres, em especial do Semi-Árido nordestino e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF, que beneficia agricultores familiares sem terra ou com pouca terra.

Segundo o IICA (2010):

O PNCF é executado com recursos provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e outra parte oriunda do Orçamento Geral da União, que no caso da linha de Combate à Pobreza Rural e do adicional Nossa Primeira Terra/CPR, destina recursos para o financiamento não reembolsável dos investimentos comunitários, assim como para a capacitação, a difusão e a avaliação do programa.

A execução do Programa é descentralizada e de responsabilidade dos estados, com participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, Fetraf-Sul e Federações Estaduais de terras... é feita pelas próprias associações dos grupos de beneficiário, com mediação do Estado, as quais têm autonomia na seleção de integrantes e definição e execução dos seus projetos.

Considerando que desde a criação dos primeiros programas de crédito fundiário, como o Cédula da Terra em 1996, já se passaram quatorze anos, e que em 2003 houve o reordenamento na política de crédito fundiário no Brasil, com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, necessita-se, neste momento, de uma avaliação de quais são os Perfis dos Beneficiários Inadimplentes dos principais financiamentos concedidos através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Visto que em qualquer política de crédito a inadimplência é tida como um dos principais motivos de êxito, o perfil dos inadimplentes dos principais programas de crédito fundiário permitirá aos gestores destes programas o conhecimento acurado e específico dos fatores que preponderam entre os inadimplentes. Com tal conhecimento os gestores do Fundo de Terras e Reforma Agrária poderão adotar mecanismos operacionais e ações nas suas políticas que visem minimizar os efeitos dos fatores preponderantes entre os inadimplentes.

No ano de 2008 a SRA participou da articulação institucional que resultou na Lei 11.775/2008, promulgada em 17 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), a qual autorizou novas regras, normas e condições para as dívidas agrícolas do país. Os financiamentos concedidos no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária foram incluídos nesta Lei, sendo que interessa ao gestor do Fundo saber se houve adesão ao processo de renegociação pelos beneficiários e qual a avaliação deles sobre as condições estabelecidas na referida lei.

2.2. Finalidades e condições de acesso ao financiamento do Banco da Terra

A Lei Complementar No. 93, de 04 de fevereiro de 1.998, que instituiu o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra foi regulamentada pelos Decretos No. 3.027, de 13 de abril de 1999, e No. 3.115, de 09 de julho de 1.999, e finalmente pelo Decreto 3.475, de 19 de maio de 2000, que revogou os anteriores, definindo as atividades e condições para acesso ao financiamento do Programa.

O Banco da Terra foi constituído com a finalidade de “... *financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural...*”, aplicando seus recursos, segundo o Programa de Reordenação Fundiária aprovado pelo seu Conselho Curador, no “... *financiamento da compra de imóveis rurais e da implantação da infraestrutura básica previstos na proposta de financiamento, podendo ser utilizados no pagamento das obrigações decorrentes da operacionalização do Programa Banco da Terra*”, entendendo-se como infraestrutura básica “... *os investimentos fixos e semi-fixos indispensáveis ao atendimento dos requisitos primários para o desenvolvimento das atividades rurais nos imóveis financiados*”.

Estipulava ainda que os recursos seriam aplicados por meio de financiamentos individuais ou coletivos para os beneficiários definidos no art. 5º ou suas cooperativas e associações, introduzindo a possibilidade inovadora de financiamentos para beneficiários organizados em cooperativas e associações.

Como beneficiário do Banco da Terra, definiram-se os seguintes grupos:

- trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem no mínimo cinco anos de experiência na atividade rural;
- agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de lhes propiciar o próprio sustento e o de suas famílias.

Prevía ainda a possibilidade de transferência do financiamento, desde que seja repassado a quem se enquadrasse como beneficiário pertencente aos mesmos grupos definidos acima e com a anuência do credor.

Estipulava também que as entidades representativas de produtores e de trabalhadores rurais, sob a forma de associações ou cooperativas, com personalidade jurídica, poderiam pleitear financiamento do Banco da Terra para implantar projetos destinados aos beneficiários que também se enquadrassem nesses grupos, observando que os financiamentos concedidos a essas entidades guardassem compatibilidade com a natureza e o porte das respectivas propostas.

Como garantia aos financiamentos concedidos pelo Banco da Terra exigia-se “... *a hipoteca ou alienação fiduciária dos imóveis financiados, devendo, nos casos de financiamentos às associações ou cooperativas, ser exigido, cumulativamente, garantia fidejussória dos associados ou cooperados beneficiários do Programa...*”.

Ficava vedada a concessão de financiamentos com recursos do Banco da Terra àquele que:

- já tivesse sido beneficiado com esses recursos, mesmo que tivesse liquidado o seu débito;
- tivesse sido contemplado por qualquer projeto de assentamento rural, bem assim o respectivo cônjuge;
- exercesse função pública, autárquica ou em órgão paraestatal ou, ainda, se achasse investido de atribuições para-fiscais;
- dispusesse de renda anual bruta familiar, originária de qualquer meio ou atividade, superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- tivesse sido, nos últimos três anos, contados a partir da data de apresentação do pedido ao amparo do Programa Banco da Terra, proprietário de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar;
- fosse promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural;
- dispusesse de patrimônio composto de bens de qualquer natureza, de valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

i. As Condições Gerais de Financiamento

De forma simplificada, as condições gerais de financiamento do Banco da Terra, conforme definidas pela Lei Complementar 93, de 04/02/1998, e pelo Decreto 3.475, de 19/05/2000 que a regulamentou, foram:

- financiamento para a compra de imóveis rurais e a infraestrutura básica necessária com prazo de amortização de até vinte anos, com até três de carência.
- juros limitados ao teto de doze por cento ao ano, podendo as amortizações de capital e de encargos financeiros ter redutores de até cinquenta por cento durante o prazo de vigência do financiamento, observado o teto anual de rebate por beneficiário. O Conselho Monetário Nacional – CMN fixa os percentuais de rebates e o teto anual, a partir de proposta do Conselho Curador do Banco da Terra.
- os percentuais redutores poderiam incidir isolada ou conjuntamente sobre o capital e os encargos por determinado período, limitado ao prazo máximo da operação.
- os percentuais de rebate e sua duração seriam maiores quando o empreendimento se localizar em regiões carentes ou deprimidas, ou bolsões de pobreza em regiões desenvolvidas, selecionadas pelo Conselho Curador do Banco da Terra ou, ainda, em áreas de interesse especial do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal.
- os encargos financeiros, limites de financiamento e outras condições operacionais básicas seriam fixados pelo CMN, a partir de proposta do Conselho Curador do Banco da Terra.
- o risco dos financiamentos concedidos seria do próprio Banco da Terra, podendo ser compartilhado, por meio de acordos ou convênios, com Estados, Distrito Federal e Municípios, ou, ainda, com entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas.
- o limite dos financiamentos fundiários, que poderia ser de até cem por cento dos valores orçados, incluídos custos, tais como de documentação de transferência da propriedade do imóvel e despesas cartorárias decorrentes do registro do contrato de financiamento e fixadas pelo CMN para as diversas regiões do País.
- poderiam ser acrescidos ao valor inicialmente orçado na proposta de financiamento, bem como ao limite de crédito, despesas não previstas quando da contratação do financiamento.
- o cronograma de reembolso dos financiamentos seria estabelecido em função da capacidade de pagamento a ser gerada pelos empreendimentos e de forma a possibilitar o mais rápido retorno dos capitais.
- os beneficiários dos Programas de Reordenação Fundiária seriam apoiados também pelos diversos programas de fomento à agropecuária, à agroindústria e ao turismo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER e Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- Na contratação dos financiamentos, os agentes financeiros deveriam assegurar a tempestiva liberação dos recursos correspondentes, quaisquer que fossem as fontes.

ii. Prioridades na alocação de Recursos

Como ponto ainda interessante na caracterização do Programa, o Decreto 3.475 determinou como prioridades para alocação de recursos do Programa, “... Estados ou consórcios de Municípios que contribuam com recursos próprios no apoio ao Programa...” e que essa condição “... não deveria excluir os Estados que não disponham de recursos e que tenham elevada concentração de pobreza rural”.

iii. Encargos Financeiros praticados pelo Banco da Terra

Os encargos financeiros sofreram pequenas alterações ao longo da execução do Programa. A Tabela 01 apresenta as modificações feitas em três momentos de decisão do CMN, no período de 1999 a 2002.

Tabela 1 - Evolução dos encargos financeiros praticados pelo Banco da Terra no período de 1999 a 2002

Características do Programa	Resolução 2.610, de 08/06/1.999 do CMN	Resolução 2.728, de 14/06/2.000, do CMN	Resolução 2.935, de 28/02/2.002, do CMN
Limite de Crédito por Beneficiário (R\$ 1.000)	40	40	40
Prazo do Financiamento e de carência (anos)	20 e 3	20 e 3	20 e 3
Encargos financeiros			
Limite de Crédito	Taxa de Juros anual (%)	Taxa de Juros anual (%)	Taxa de Juros anual (%)
Até R\$ 15 mil	4	6	6
Acima de R\$ 15 mil, até R\$ 30 mil	5	8	8
Acima de R\$ 30 mil	6	10	10
Rebates sobre encargos financeiros, com pagamentos até a data do vencimento.			
Observados os limites:	Teto de R\$ 500,00, por parcela paga anualmente.	-	Sobre a taxa de juros
Regiões mais pobres (%)	50	50	50 por pagamento
Regiões intermediárias (%)	30	30	50 por pagamento
Demais Regiões (%)	10	30	50 por pagamento

2.3. Questões de pesquisa

A inadimplência e outras formas de desempenho insatisfatório de programas de crédito e incentivo a inovação pode ocorrer em função das próprias características e normas dos programas ou da forma como são gerenciados.

Alguns fatores podem ser hipotetizados e servir de base para gerar questões orientadoras deste estudo:

- a) Existem discrepâncias entre as normas e regras dos programas de crédito e as tradições dos produtores ou com a forma como os mesmos gerenciam a aplicação dos recursos financeiros em suas atividades produtivas?
- b) As regras do programa e as datas para pagamento são conhecidas pelos tomadores do crédito? O fluxo de informação é eficiente e acessível aos beneficiários?
- c) O processo de seleção dos beneficiários é adequado e foi executado de acordo com as normas estabelecidas?
- d) Qual o impacto sobre a inadimplência de políticas de anistia e de relações clientelistas?
- e) O acesso ao PRONAF e demais políticas públicas foi adequado para proporcionar bom desempenho dos programas, sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como sobre a qualidade de implementação dos projetos?
- f) a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi satisfatória?

- g) a adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008 e ao processo de regularização, premissa para a renegociação foi satisfatório?
- h) qual a adesão e seu impacto sobre a inadimplência do processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008?

Objetivos do Estudo



3. Objetivos do Estudo

O estudo teve como propósito traçar um perfil dos beneficiários inadimplentes do Programa Banco da Terra e das linhas CAF e CPR, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, determinando as causas associadas a essa situação indesejada.

Consistiu em um abrangente processo de avaliação de desempenho comparativo do Fundo de Terras e Reforma Agrária, composto por um conjunto de variáveis que influenciam o comportamento dos tomadores de crédito desses programas de financiamento.

O principal produto do estudo é o conhecimento dos fatores intrínsecos e extrínsecos associados a inadimplência nos financiamentos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, para definir estratégias de aprimoramento dessas políticas de desenvolvimento setorial.

O conhecimento gerado pela pesquisa permitirá desenhar estratégias de aprimoramento destas políticas de desenvolvimento setorial.

A pesquisa teve como objetivos específicos analisar os seguintes pontos:

- Qualidade dos fatores de capacidade produtiva dos empreendimentos, como a qualidade da terra, acesso e qualidade da água;
- Acesso às políticas públicas, como o acesso ao PRONAF A (crédito de investimento econômico-produtivo) e análise sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como a situação geográfica dos empreendimentos e sua distância dos mercados;
- Fatores que levam à formação do capital social e níveis de organização das comunidades na qual os entrevistados residam;
- Qualidade de vida dos beneficiários, como acesso à educação, saúde e transportes. Situação da infraestrutura social nos empreendimentos como casa, banheiro, luz e água;
- Qualidade de implementação dos projetos sob a ótica dos beneficiários. Análise sobre a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras;
- Adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008. Nos projetos coletivos interessa avaliar o processo de regularização que é uma premissa para a renegociação. Nos projetos coletivos também interessa avaliar a adesão ao processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008.

Marco Conceitual e Metodológico



4. Marco Conceitual e Metodológico

4.1. Marco conceitual

O objetivo final de um programa de capitalização de produtores rurais é a adoção de inovações, principal fator de promoção de desenvolvimento social e econômico. O financiamento para a capitalização das comunidades rurais é uma forma de criar condições econômicas para que a inovação ocorra, e como consequência o desenvolvimento social e econômico.

Inovação é definida neste estudo como qualquer mudança de natureza tecnológica ou gerencial, adotada pelos produtores rurais, que aperfeiçoe o trabalho e a renda destes produtores.

Esta mudança pode ser a simples adoção de implementos já adotados por outros pequenos produtores, mas ainda desconhecida do grupo social adotante. Ou técnicas simples de planejamento, que este grupo não utilizava em sua atividade produtiva.

O estudo consiste em um abrangente processo de avaliação de desempenho comparativo do Fundo de Terras e Reforma Agrária, ou seja, as duas linhas do PNCF e do Banco da Terra, a partir um conjunto de variáveis interferentes no comportamento dos tomadores de crédito desses programas de financiamento. Alguns destes fatores foram discutidos em artigos como os de Mota (1997), Schmitz e Mota (2007) e podem ser agrupados da seguinte forma (Galjart, 1971):

- a) fatores culturais e atitudinais dos beneficiários (o querer fazer);
- b) fatores referentes a conhecimento e capacitação dos beneficiários (o saber fazer);
- c) fatores relacionados com o entorno componente da realidade destes beneficiários (o poder fazer);
- d) fatores relacionados com a adequação e gerencia da execução dos programas de financiamento.

A estruturação do estudo de avaliação dentro desse marco lógico tem a vantagem de proporcionar respostas que definem diferentes tipos e naturezas de ações corretivas posteriores, caso determinadas causas possam ser identificadas em cada um desses grupos. Ademais, a avaliação de variáveis em cada um deles demanda estratégias metodológicas distintas, com formas de abordagens metodológicas específicas para cada caso, em função das particularidades que apresentam.

Essas particularidades e suas implicações sobre a estratégia metodológica da avaliação são examinadas na sequência, confrontando-as com os objetivos específicos do estudo.

4.1.1. Fatores culturais e atitudinais dos beneficiários (o querer fazer)

Os mutuários/beneficiários de um programa de crédito (ou seja, os beneficiários da ação dos programas em avaliação) tomam suas decisões baseado em valores e crenças que em muitos casos governam as suas atitudes frente à inovação e aos instrumentos de incentivo a inovação, como é o caso do crédito para financiamento de suas atividades. Assim, determinados comportamentos frente a estes mecanismos de desenvolvimento podem ser explicados sob a égide do Querer, ou seja, a atitude positiva ou negativa frente a determinado mecanismo de desenvolvimento é governada por uma crença ou valor do produtor.

Exemplificando esse conceito, um alto percentual concentrado de inadimplência em um programa de financiamentos, como o encontrado em determinadas regiões, poderia ser explicado pela crença individual e/ou coletiva que o “recurso do financiamento é uma contribuição a fundo perdido do Estado para o produtor ou para as comunidades” e não deve ser pago.

O estudo da adoção de inovações em comunidades de baixo perfil de educação tem revelado que crenças e valores podem representar fortes obstáculos ao sucesso da difusão de inovações no setor rural e dos programas de estímulo a inovação, como os atuais programas de crédito avaliados.

Na coleta de informação primária a ser conduzida pela metodologia aplicada, será avaliada qual a influência dos valores e crenças dos mutuários/beneficiários inadimplentes dos Programas em relação a sua condição de inadimplência.

4.1.2. Fatores referentes a conhecimento e capacitação (o saber fazer)

Outro conjunto de fatores inibidores da inovação e que pode influenciar de forma negativa um programa de crédito direcionado para essa finalidade é o conhecimento e a capacidade de inovar do beneficiário, aqui representado por saber fazer. Neste caso, estão envolvidos os fatores de capacidades e habilidades pessoais dos produtores e de suas famílias, para gerenciar e para executar as tarefas dos processos produtivos relacionadas com o financiamento obtido.

A inadequada capacidade dos tomadores de crédito é um fator de insucesso da inovação no meio rural e um possível fator de inadimplência dos tomadores de financiamento. Por essa razão, a metodologia deve abranger o levantamento das capacidades dos tomadores do crédito na execução e gerência das suas atividades produtivas e nas suas relações com os mercados de insumos e de produtos, e da influência desses fatores na inadimplência dos programas de crédito avaliados.

Os resultados dessa avaliação indicam possíveis estratégias de capacitação de mutuários/beneficiários e de mão de obra em temas sensíveis, como forma de melhoria do retorno dos valores financiados.

4.1.3. Fatores relacionados com o entorno componente da realidade (o poder fazer)

O entorno social, econômico e ambiental exerce forte influência sobre a inovação. Fatores relativos à qualidade natural dos empreendimentos, como a qualidade da terra e o acesso à água; fatores que levam à formação do capital social e níveis de organização das comunidades onde os entrevistados residem; a situação geográfica dos empreendimentos, sua distância dos mercados e a logística de escoamento; a qualidade de vida dos beneficiários como acesso à educação, saúde e transportes; situação da infraestrutura social nos empreendimentos como casa, banheiro, luz e água são alguns dos fatores do entorno que influenciam a capacidade do produtor rural em inovar, ou seja, o Poder fazer.

Obviamente, muito dos insucessos em programas de incentivo a inovação (e, por analogia, ao desempenho deficiente de programas de crédito associados à inovação) são causados por múltiplas influências desses fatores do entorno. Identificar precisamente tais fatores pode constituir-se em referência para a formulação de políticas públicas complementares aos programas de financiamento (ou mesmo readequação dos fundamentos e normas desses programas) para aliviar as limitações encontradas e dessa forma reduzir a inadimplência.

A implicação decorrente desse conjunto de fatores sobre a formulação da metodologia incide na necessidade de inclusão nos instrumentos de coleta de informação primária de uma avaliação externa da influência desses fatores de entorno social, econômico e ambiental na inadimplência e na inovação.

4.1.4. Fatores relacionados com a adequação e gerência dos programas de financiamento.

A inadimplência e outras variantes de desempenho reduzido de programas de crédito e incentivo a inovação pode ocorrer em função das próprias características e normas dos programas ou da forma como são gerenciados.

Frequentemente, as normas e regras dos programas de crédito colidem com as tradições dos produtores ou com a forma como os mesmos gerenciam a aplicação dos recursos financeiros em suas atividades produtivas. Muitos desconhecem as regras do programa e as datas para pagamento, por falta de um fluxo de informação eficiente. Há casos relatados de empréstimos feitos a pessoas não enquadráveis como agricultores familiares. Há relatos de relações clientelistas em determinadas regiões onde a inadimplência é alta e de casos de políticas de anistia que reforçam a inadimplência nessas regiões (MAGALHÃES, R. & ABRAMOVAY, 2006)

Para estabelecer a influência desses fatores sobre a inadimplência, foram empregados instrumentos de coleta de informação secundária e primária sobre o acesso dos agricultores às políticas públicas, como o PRONAF A (crédito de investimento econômico-produtivo); sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como sobre a qualidade de implementação dos projetos sob a ótica dos beneficiários. Essa análise inclui a reflexão sobre a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, etc.

Também foi considerada a análise da adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008. Nos projetos coletivos foi também avaliado o processo de regularização, premissa para a renegociação, e a adesão ao processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008.

Analisando-se a questão da inadimplência por uma perspectiva sistêmica, pode-se interpretar que as dimensões de querer, saber e poder, propostas por Galjart (1971), originam-se de sistemas socioeconômicos que interagem, condicionando, favorecendo ou restringindo o desempenho dos beneficiários do crédito fundiário. Esta associação entre os fatores que explicam a inovação e a ação dos sistemas envolvidos permite a formulação de modelo conceitual das relações entre estes sistemas e o desempenho resultante, permitindo, além disto, a especificação mais adequada das variáveis envolvidas.

Os empreendimentos operados pelos beneficiários (e o seu desempenho, que também se relaciona à sua condição de inadimplência ou de adimplência), sofrem influências de suas próprias características, e ainda de outros fatores originados em seu ambiente.

A compreensão destas influências é extremamente relevante para o desenho da presente pesquisa. No ambiente dos empreendimentos operados pelos beneficiários, os sistemas estão relacionados às dimensões de poder, propostas por Galjart (1971); as dimensões de saber e querer, por sua vez, estão relacionadas aos próprios empreendimentos, na proposta daquele autor.

Uma breve descrição destes sistemas pode tornar um pouco mais claras as prováveis influências sobre inadimplência, originadas em todos estes sistemas (inclusive o de empreendimentos individuais ou coletivos):

- Meio ambiente onde os sistemas produtivos operam: estes sistemas naturais oferecem condições que favorecem ou limitam a qualidade de vida e de trabalho, dos beneficiários; recursos naturais (água, solos, fauna, flora), base para a vida humana e para a exploração agropecuária, são ofertados por estes sistemas.
- Mercado a que os empreendimentos atendem: a renda obtida por estes sistemas é, em parte, resultante de venda de produtos e serviços para estes mercados. A relação entre mercados e empreendimentos (formas, acesso, produção a eles destinada) pode apresentar-se de tal forma a favorecer uma melhor eficiência destes sistemas (e, portanto, uma maior probabilidade de adimplência), ou vice-versa.

- Sistemas de financiamento (linhas de crédito): estes sistemas estabelecem as condições de elegibilidade e de crédito, para os beneficiários; e fornecem capital aos seus empreendimentos.
- Sistemas de gestão locais: estes sistemas divulgam os programas de crédito fundiário, orientam a formulação da proposta, verificam as condições do imóvel, monitoram a execução dos projetos de financiamento, aprovam mudanças em contratos; fornecem algumas das condições de apoio ao sucesso destes projetos (por exemplo, por meio de habilitação de empresas para capacitação inicial de beneficiários potenciais e de assistência técnica a beneficiários aprovados).
- Rede de apoio: sistema formado por sindicatos, ONGs, ATER, movimentos sociais e outras organizações similares, que realizam a mobilização inicial de potenciais beneficiários e avaliam a demanda por terra, deste grupo de atores. Embora não tenha um papel formal, durante a execução do projeto, sua atuação pode também ocorrer durante este período, pela própria natureza destas organizações. Por esta razão, podem ser importante influência sobre a adimplência dos beneficiários.
- Recursos locais: conjunto de sistemas que garantem serviços de diversas naturezas, tanto para a qualidade de vida dos beneficiários como para o desempenho dos seus empreendimentos (água, luz, escolas, atendimento de saúde, telefone, assistência técnica).
- Sistemas de logística e acesso: sistemas que permitem acesso à propriedade e desta às vias de escoamento de sua produção;
- Empreendimentos operados pelos beneficiários: são em princípio sistemas orientados à produção agropecuária (embora outras atividades econômicas possam ocorrer, dentro dos imóveis financiados e à obtenção de renda).

Dentro destes sistemas (empreendimentos individuais ou coletivos), são importantes influências as características dos beneficiários e de suas famílias, e as atividades econômicas escolhidas. Uma característica destes sistemas consiste no capital social emergente das interações entre os atores envolvidos.

A variável de interesse para esta pesquisa (adimplência/inadimplência) é resultante da operação destes sistemas e das influências dos demais sistemas já descritos.

Todos os sistemas socioeconômicos citados podem ser descritos por diferentes variáveis, conforme mostrado no Quadro 1. Há ainda outras variáveis que caracterizam empreendimentos coletivos, organizados por meio de associações (pessoas jurídicas), variáveis estas apresentadas no Quadro 2.

Quadro 1 - Categorias de variáveis e variáveis componentes (lista preliminar) em instrumentos dedicados à levantamento de dados junto aos empreendimentos beneficiários de crédito fundiário

SISTEMA SÓCIO-ECONÔMICO RELACIONADO À INADIMPLÊNCIA	CATEGORIAS DE VARIÁVEIS	VARIÁVEIS COMPONENTES (LISTA PRELIMINAR)
Meio Ambiente	Características agro-ecológicas do imóvel financiado	Características: tamanho, fontes de águas disponíveis para consumo humano, animal e de plantios; qualidade de solos
Mercados a que atende	Relações com mercados atendidos	Destino da produção, quantidades vendidas, vendas diretas/intermediadas, preços recebidos, compradores principais, demandas dos compradores
Sistemas de financiamento	Características do financiamento assumido	Características: valor inicial, saldo devedor atual, preço da terra anterior e atual, parcelas vendidas, características de gestão do financiamento; Se inadimplente: impactos sobre a inadimplência; Renegociação do financiamento (Lei 11.775): conhecimento da Lei, adesão à Lei, satisfação com renegociação; Se não renegociou: razões da decisão; satisfação com a decisão;
Rede de apoio	Suporte social aos beneficiários	Disponibilidade, frequência, qualidade, e confiabilidade de diversos serviços recebidos de sindicato, Assistência Técnica, outras fontes, principalmente: 1) facilitação de acesso ao crédito; 2) articulação entre atores envolvidos no processo de financiamento; 3) capacitação inicial sobre o financiamento; 4) orientação técnica para o projeto agropecuário.
Recursos locais	Serviços públicos	Disponibilidade de serviços de água, luz, telefone, esgoto, saúde, escola, transporte e condições destes serviços (por exemplo, distância do imóvel até postos de saúde, escolas, facilidade de transporte);
Sistema de logística e acesso	Infraestrutura e Transporte	Principais vias utilizadas, condições de estradas vicinais e principais, distância até o mercado, forma de transporte utilizada, dificuldades de acesso a fontes de fornecimento de insumos, serviços e mercados.
Empreendimento operado pelo beneficiário	Identificação e caracterização do Beneficiário	Sexo, idade, etnia, escolaridade, ocupação, responsabilidade pelo domicílio (chefia da família), patrimônio anterior e atual, condição de adimplência
	Características dos moradores do domicílio	Adultos e crianças: Sexo, idade, escolaridade, ocupação, parentesco com o beneficiário;
	Características do imóvel onde exerce sua atividade econômica	Localização: região, Estado, município, região de convivência com a seca, endereço, distância da sede do município; Infraestrutura existente no imóvel (antes e depois do financiamento) etc.): moradia; armazenamento de água; armazenamento da produção agrícola/animal; área para produção animal/vegetal; Escolha do imóvel: orientação recebida, razão da escolha, avaliação sobre escolha.
	Caracterização da produção rural e seu desempenho	Características: Tempo de exploração neste imóvel, tipo de exploração, experiência anterior com cada tipo de exploração atual; área destinada a cada tipo de exploração; Gestão da produção atual: responsabilidade, capacitação, atividades de gestão ; Desempenho: gastos anuais com a exploração; produção anual, desempenho de cada exploração; Usos da produção: auto-consumo, segurança alimentar da família durante o ano, venda
	Caracterização da renda familiar	Rendas de atividades econômicas (agropecuárias ou de outra natureza); indicadores indiretos de rendimento; renda familiar anterior e atual.
	Participação em outros programas sociais	Identificação de programas, situação de adimplência em outros programa, razões para inadimplência;
	Custos fixos mensais do imóvel e do domicílio;	Identificação de custos fixos: dívida do crédito fundiário e/ou de outros programas sociais, serviços de água, luz, telefone, alimentação, vestiário, transporte, escola
	Capital Social	Fontes de apoio para atividades requeridas pelo empreendimento, participação em decisões comunitárias e sua implementação, intercâmbio de experiências (em gestão, comercialização, produção, educação dos filhos, etc.)
	Percepção sobre inadimplência/adimplência	Influências sobre a condição atual (inadimplência/adimplência): Renda, orientação recebida, exemplos de outros inadimplentes, outras dívidas, etc.
Qualidade de vida antes do financiamento e no presente	Habitação, renda, escola, transporte, acesso a bens de consumo, alimentação, saúde, acesso a serviços (água, luz, telefone, esgoto).	

Quadro 2 - Categorias de variáveis e variáveis componentes em instrumentos dedicados à levantamento de dados sobre associações e seu funcionamento

CATEGORIAS DE VARIÁVEIS	VARIÁVEIS COMPONENTES (LISTA PRELIMINAR)
Características da associação	Número de famílias no presente, tempo de formação, situação de adimplência/inadimplência da associação, valor inicial do financiamento total, saldo devedor global atual
Mudanças na composição de beneficiários.	Número de famílias quando da formação da associação, desvinculação da associação (número e razões), entrantes após a formação, venda de imóvel (quantos, quando, a que preço), impactos de mudanças sobre a atuação da associação
Papéis da associação	Escolha do imóvel, articulação com outros atores (Rede de apoio, UTEs, Banco, MDA), negociação com vendedores, agilização de processos de financiamento, compra coletiva de insumos, venda da produção, obtenção de assistência técnica, organização de frentes de benfeitorias coletivas (mutirões), orientação aos associados, capacitação dos associados em temas específicos); desempenho da associação nestes papéis, organização da produção e da gestão coletivas, estratégias para garantir adimplência.
Formas de mobilização de associados	Eventos, graus de participação em discussões e em decisões (que decisões), participação em trabalhos comunitários (grau de participação, frequência destes trabalhos), motivos para não-participação;
Participação de outros atores em reuniões e decisões da associação	Tipo de atores, tipo de participação, influencia sobre decisões, avaliação da interação com outros atores do CF, dificuldades encontradas
Condição de adimplência de associados.	Razões para a condição (em geral); Avaliação de caso de beneficiário inadimplente vinculado à associação

4.2. Metodologia

No presente trabalho, a estratégia metodológica adotada baseou-se na aplicação de técnicas de coleta, processamento, análise e síntese de informação secundária e primária a partir da análise diagnóstica sistêmica do desempenho passado e presente do sistema estudado.

O **sistema** considerado é o universo de agricultores familiares beneficiários dos Programas Banco da Terra e das linhas CAF e CPR, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, principalmente o segmento de beneficiários inadimplentes.

O **desempenho** do sistema é definido como a taxa de restituição dos financiamentos (taxa de adimplência ou inadimplência do Programa).

Foram aplicadas no estudo técnicas de análise de sistemas e de modelagem, de indução de criatividade e participação.

A maior parte do esforço na execução da metodologia foi aplicada na coleta de informação primária e secundária. Tal esforço contemplou a coleta de informação já disponível (informação secundária), de forma a constituir um acervo de informação sobre o desempenho do sistema estudado. Essa base permitiu a determinação dos vazios de informação, ou seja, da informação não disponível para responder as questões propostas no estudo. Esse conhecimento foi usado para formular a estratégia de coleta de informação primária (informação coletada junto aos beneficiários e conhecedores do Programa) e para formular os mecanismos e instrumentos de coleta de informação.

Tabela 2 - Estratégia metodológica utilizada no estudo

Metodologia/ Técnica	Especificação da metodologia/ técnica
Trabalho em equipe	Reuniões de equipe interdisciplinar, apoiadas por informação secundária e primária, para análise, formulação de conceitos e instrumentos e síntese nas diversas etapas do estudo.
“Brainwriting e brainstorming”	Aplicação de técnicas de geração de ideias em reuniões técnicas, para elaboração de conceitos, instrumentos de pesquisa e modelos de variáveis e seus impactos sobre o desempenho do sistema estudado.
Modelagem	Construção de modelos conceituais e de estruturas do sistema estudado e das relações entre variáveis influentes em seu desempenho.
Coleta de informação secundária	Coleta e interpretação de informação escrita e eletrônica (relatórios, artigos técnicos e científicos, normas, estudos) sobre o ambiente do sistema e sobre os principais fatores indutores de desempenho do próprio sistema.
Coleta de informação primária: I - Entrevistas	Aplicação de questionários semiestruturados com especialistas em financiamento e desenvolvimento da agricultura familiar, para obtenção de informação sobre temas técnicos específicos ou para validação de conceitos e instrumentos desenvolvidos no trabalho.
Coleta de informação primária: II - Survey	Levantamento de campo junto à amostra representativa do universo estudado, sobre características do sistema e seu desempenho, e sobre a influência do entorno do sistema nesse desempenho. Elaboração, validação e aplicação de questionário estruturado em amostra fornecida pelo Contratante e posterior aplicação de técnicas de processamento da informação e análise estatística do resultado.
Coleta de informação primária: III - Diagnóstico Rural Rápido (RRA)	Técnica empregada para coleta de informação qualitativa sobre percepções de atores sobre temas adjacentes as questões centrais do estudo. A técnica é baseada em conhecimento destes atores.
Processamento e análise da informação. Banco de dados.	Organização da informação em bancos eletrônicos de dados, para análise estatística dos mesmos e a disponibilização dessa informação para futuros usos gerenciais. A análise estatística consistiu de elaboração de estatísticas descritivas e modelos estatísticos.
Seminário técnico	Reunião técnica com participantes indicados pelo MDA para apresentação e avaliação e divulgação dos resultados obtidos do estudo.
Elaboração de relatórios técnicos	Redação de relatório técnico em formato de livro com os resultados da avaliação de cada Programa e publicação de 1000 exemplares de cada estudo, para entrega ao MDA.

Na sequência, a execução da metodologia é detalhada por etapas, em ordem cronológica.

4.2.1. Execução da metodologia e respectivos produtos

A execução da metodologia foi realizada em quatro etapas; cada etapa envolveu um conjunto de atividades. Estas etapas e atividades são descritas a seguir.

ETAPA 1: Desenvolvimento e redação do plano de trabalho

Atividade 1.1 - Levantamento inicial de informação secundária: esta atividade envolveu a busca de informações no Brasil, sobre o sistema estudado e indicadores socioeconômicos de desempenho do financiamento da agricultura familiar, com foco nos Programas objeto da avaliação. O levantamento cobriu fontes de informação escrita e eletrônica, constituídas por relatórios, estudos técnicos, artigos técnico-científicos e leis e normas técnicas sobre o financiamento da agricultura familiar, a inovação induzida no sistema e sobre desempenho de programas de financiamento na agricultura familiar. Foram recuperadas e analisadas as bases de dados da Secretaria de Reordenamento Agrário sobre o avanço dos programas de financiamento nos Estados alvo da pesquisa.

Produto desta atividade: base de informação quantitativa disponível sobre os programas de crédito fundiário do MDA.

Atividade 1.2: Modelagem dos sistemas envolvidos, Programas Banco da Terra e das Linhas CAF e CPR: A partir do conhecimento obtido durante a coleta de informação secundária, foi construído um modelo inicial dos sistemas envolvidos, com todos os seus componentes, e a identificação de variáveis que atuam sobre o desempenho (adimplência/inadimplência) do sistema de empreendimentos beneficiários. Este modelo preliminar foi usado para orientar o detalhamento do projeto de estudo e os focos, métodos específicos e instrumentos de pesquisa a construir, com indicações de possíveis conteúdos.

Produto desta atividade: modelo do sistema construído, o qual foi aplicado na formulação do Plano de Trabalho de estudo.

Atividade 1.3: Elaboração de Plano de Trabalho detalhado: O Plano de Trabalho foi desenvolvido a partir da proposta inicialmente aprovada, tendo como base a informação consolidada nas atividades I.1 e I.2. Corresponde ao principal instrumento institucional de planejamento e de gestão de atividades e esforços do estudo e elemento de grande importância para direcionamento dos resultados esperados. Contem, de forma detalhada, a descrição dos produtos e planejamento técnico das ações desenvolvidas.

De acordo com as diretrizes do Contratante do estudo, a estrutura do Plano constou dos seguintes elementos:

1. Breve caracterização do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e Banco da Terra;
2. Estrutura e organização do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e Banco da Terra;
3. Descrição Geral do Estudo;
4. Objetivos do Estudo; Questões de pesquisa.
5. Modelo conceitual adotado
6. Caracterização dos Instrumentos de Coleta de Informação;
7. Descrição da Estratégia de ação do Estudo;
 - ➔ Área de abrangência do estudo;
 - ➔ Elaboração e validação em campo de instrumentos de pesquisa (questionários).
 - ➔ Amostragem;
 - ➔ Logística de aplicação de questionários;
 - ➔ Treinamento e Realização da Pesquisa de Campo;
 - ➔ Digitação e Processos de Revisão dos Dados;
 - ➔ Análise estatística e inferências sobre desempenho do sistema estudado.
8. Estratégia de desenvolvimento e de validação e divulgação dos resultados (articulação institucional);
9. Resultados esperados;
10. Cronograma de execução.
11. Referência Bibliográficas

Produto desta atividade: Plano de Trabalho desenvolvido e apresentado em documento específico, a partir do modelo e das informações levantadas nas demais atividades.

ETAPA 2: Construção e validação de instrumentos de coleta de informação primária

Atividade 2.1: Aperfeiçoamento do modelo conceitual por meio de entrevistas: Consistiu na realização de entrevistas com aplicação de formulários semi-estruturados a especialistas (conhecedores-chave ou informantes-chave) em financiamento e desenvolvimento da agricultura familiar, para obtenção de informação sobre temas técnicos específicos ou para validação de conceitos e instrumentos desenvolvidos no trabalho. Além da sua particular experiência e reputação em um desses campos de trabalho, estes especialistas foram selecionados pelo seu envolvimento e experiência com os Programas de crédito fundiário, o Banco da Terra, CPR e CAF.

As entrevistas foram conduzidas pela equipe técnica executora do estudo. Para tornar o conhecimento mais abrangente, as entrevistas foram aplicadas na coordenação central dos Programas, a SRA/MDA, a técnicos das diversas áreas de coordenação da Secretaria, e nas Unidades Técnicas Estaduais (UTES) do MDA, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão, estados alvo do estudo. Nestes estados foram também entrevistados profissionais da assistência técnica e extensão rural pública (EMATER) e privada, que tiveram envolvimento técnico e gerencial com os programas de crédito fundiário.

Foram elaborados roteiros de entrevista e as questões levantadas foram orientadoras da elaboração dos formulários posteriormente utilizados no levantamento de informação junto aos produtores familiares beneficiários dos programas de crédito fundiário.

As entrevistas foram analisadas e seus resultados permitiram uma primeira aproximação sobre os fatores causais da inadimplência no Programas avaliados.

Produto desta atividade: modelo conceitual aperfeiçoado e detalhado, de relações entre fatores causais e inadimplência.

Atividade 2.2: Elaboração de questionários, validação e capacitação da equipe de aplicação em campo. O survey se caracteriza pela aplicação de um instrumento de pesquisa, geralmente um questionário ou, como no presente estudo, um formulário de entrevista com questões preferencialmente fechadas a uma amostra estatisticamente representativa de determinado universo de indivíduos.

Além da definição da amostra representativa, a qualidade da informação obtida depende da formulação de um questionário que cubra todos os temas pertinentes para a consecução dos resultados planejados e que seja aplicado de forma eficaz. Para garantir a obtenção de qualidade de informação os instrumentos de pesquisa foram elaborados em versões sucessivas, sendo aprimorados a partir de sessões de críticas e revisões. Parte dessa revisão foi feita submetendo-se as versões preliminares dos quatro questionários elaborados (Empreendimentos Coletivos CPR, Empreendimentos Coletivos BT, Empreendimentos Individuais BT, Empreendimentos Individuais CAF) à equipe técnica da SRA/MDA para análise e sugestões, que constaram de modificação de questões, alterações em sequências e inclusão de novas questões e incorporando-se as sugestões negociadas em reuniões de consolidação dos instrumentos.

Preparada as versões preliminares dos quatro instrumentos (protótipos de questionários) estes passaram por uma validação formal (teste de campo), com a participação da equipe de aplicadores. Esta validação foi realizada em um dos municípios onde o Programa está em execução, tendo sido escolhido o município de Formosa, em Goiás. A partir dos resultados desse evento, foram incorporadas as mudanças demandadas pelo resultado da pesquisa piloto e produzidas as versões finais dos questionários.

A Pesquisa Piloto constou das seguintes atividades:

- Finalização de instrumentos de pesquisa e de Manuais do Entrevistador e dos Questionários (versão 1) –

Foram preparadas versões sucessivas dos quatro instrumentos. Estas versões definiram o conteúdo detalhado de variáveis componentes de cada instrumento, e permitiram o ajuste do instrumento inicial, o qual foi revisto pela Consultoria, resultando em versão 1, síntese do conhecimento agregado pelos Consultores e pelos técnicos do MDA, até este ponto da pesquisa. Esta versão 1 foi, em seguida, submetida a validação em campo, em situação similar à que se encontraria quando do levantamento de informação primária.

Ao mesmo tempo em que os instrumentos eram elaborados e refinados, iniciou-se a elaboração de Manuais do Entrevistador e dos Questionários, com os conteúdos apresentados na Tabela 03. Estes Manuais refletem, em grande parte, o procedimento que deve ser seguido para a aplicação dos instrumentos, bem como orienta o entrevistador em como se comportar adequadamente, especialmente para evitar qualquer viés que possa ser provocado por sua atuação (e que comprometeria a fidedignidade das informações coletadas). Estes manuais, em sua primeira versão, também foram submetidos à validação em campo, como se descreve a seguir.

Tabela 3 - Conteúdo dos manuais do pesquisador de campo e dos questionários.

MANUAL DO PESQUISADOR DE CAMPO	MANUAL DOS QUESTIONÁRIOS
Sumário Glossário 1. Objetivos da Pesquisa 2. Metodologia da Pesquisa 2.1. Instrumentos dirigidos aos beneficiários dos diferentes Programas 3. Noções de entrevista 3.1 Apresentação 3.2 Comportamento do entrevistador 3.3 Introdução da entrevista 3.4 Realização da entrevista 4. Supervisão 5. Procedimentos ao chegar ao Município Alvo 6. Regras de sigilo	Sumário Siglas utilizadas 1. Introdução 2. Execução da Pesquisa 2.1. Amostragem 2.2. Composição dos instrumentos de pesquisa 2.2.1. Questionário 1 2.2.2. Questionário 2 2.2.3. Questionário 3 2.2.4. Questionário 4 3. Estrutura das questões 4. Anexos 4.1. Tabelas de municípios e questionários a aplicar

- *Capacitação da equipe e validação de instrumentos e manuais, em situação similar à de levantamento de campo -*

Esta validação consistiu em aplicação dos diferentes roteiros de entrevistas a dois empreendimentos individuais e a dois empreendimentos coletivos (lembrando que nesse caso foram feitas duas entrevistas, a primeira com o Presidente das associações selecionadas, a seguinte com um associado da mesma associação). No total foram realizadas seis entrevistas no Estado de Goiás. Este Estado foi selecionado pela facilidade oferecida ao deslocamento da equipe de consultores e de pesquisadores de campo.

Antes da validação, foi realizado treinamento inicial para os dez pesquisadores de campo que participaram da mesma. Este treinamento inicial consistiu de toda informação sobre Programas de Crédito Fundiário, sobre o Projeto de Pesquisa em execução, de técnicas de entrevistas, comportamento adequado do entrevistador e de esclarecimento e manuseio dos instrumentos de pesquisa e dos manuais. A estratégia de validação que seria usada em campo também foi explicitada durante o treinamento.

Para esta validação, também foram definidos os papéis de pesquisadores de campo (como entrevistadores e observadores) e fornecido instrumento para observação da entrevista.

Os roteiros foram aplicados em situação similar à real, pelos pesquisadores de campo. Participaram de cada entrevista pelo menos um entrevistador e dois observadores (pesquisadores de campo). Além disto, os consultores participaram de quatro das entrevistas realizadas, no papel de observadores, utilizando o instrumento já indicado para esta finalidade.

- *Identificação de necessidades de ajustes em instrumentos e manuais*

A validação em campo permitiu identificar necessidades de ajustes (falta de clareza, necessidades de inclusão, necessidades de alteração em sequência de perguntas, etc.) em cada roteiro. Esta identificação foi realizada, a partir dos registros em questionários e instrumento de validação, feitos em campo, e posteriormente, pela síntese realizada por dois grupos de pesquisadores de campo (cada um dos membros destes grupos tendo participado, como entrevistadores e observadores, em três entrevistas).

Os principais ajustes identificados nesta etapa foram os seguintes:

- a) Tamanho do instrumento: o instrumento aplicado a empreendimentos coletivos tomou cerca de 3 horas e meia para ser respondido; o de empreendimentos individuais, cerca de 2 horas e 15 minutos. Tornou-se evidente a necessidade de encontrar formas de reduzir o tamanho dos instrumentos;
- b) Necessidade de revisar questões a serem respondidas de forma espontânea: nenhuma das questões que adotavam este formato funcionou conforme esperado; a solução adotada foi para que estas questões fossem transformadas em de respostas induzidas (isto é, em que alternativas previamente elaboradas oferecidas ao entrevistado);
- c) Necessidade de revisar escalas de respostas, em alguns casos apresentando dificuldade de entendimento para o entrevistado; tal é o caso das questões relativas a crenças dos associados/beneficiários, em que se utilizou uma escala de quatro pontos de concordância; a escala utilizada foi simplificada;
- d) Necessidade de tornar mais claras algumas das questões, simplificando a linguagem e tornando mais coloquial;
- e) Necessidade de revisar as seções sobre produção rural, separando-se a produção destinada ao mercado daquela destinada ao auto-consumo; para esta última, não é necessário aprofundamento de questões sobre tecnologia utilizada nem produção obtida (inclusive pela dificuldade para o cálculo destas quantias).

Foram feitas ainda muitas outras modificações pontuais nos instrumentos de pesquisa, todas atendidas pela Consultoria, quando pertinente.

- *Resultados da pesquisa piloto*

Os ajustes feitos nos instrumentos de pesquisa resultaram em quatro instrumentos (Empreendimentos Coletivos CPR, Empreendimentos Coletivos BT, Empreendimentos Individuais BT, Empreendimentos Individuais CAF), em sua versão 2. Estes instrumentos apresentam a estrutura mostrada na Tabela 04, a mesma estrutura adotada nos mesmos instrumentos, versão 1.

Esta estrutura geral é a mesma para todos os instrumentos; no entanto, há diferenças importantes quando cada seção é desdobrada em questões componentes. A seção características da associação (em empreendimentos coletivos) tem como seção análoga, nos roteiros dirigidos a empreendimentos individuais, a de características do empreendimento.

Tabela 4 - Estrutura dos instrumentos de pesquisa (roteiros de entrevista)

CONTEÚDO	CPR (Coletivo)	BT (Coletivo)	BT (Individual)	CAF (Individual)
INFORMAÇÕES SOBRE ENTREVISTA	✓	✓	✓	✓
IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	✓	✓	✓	✓
CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO	✓	✓	✓	✓
CARACTERÍSTICAS DA ASSOCIAÇÃO/DO EMPREENDIMENTO	✓	✓	✓	✓
REDE DE APOIO E CAPITAL SOCIAL	✓	✓	✓	✓
RECURSOS LOCAIS	✓	✓	✓	✓
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL	✓	✓	✓	✓
CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL	✓	✓	✓	✓
CARACTERIZAÇÃO DA RENDA FAMILIAR	✓	✓	✓	✓
QUALIDADE DE VIDA NO EMPREENDIMENTO	✓	✓	✓	✓
DESEMPENHO ECONÔMICO DO EMPREENDIMENTO	✓	✓	✓	✓

A versão 2 dos questionários foi submetida novamente à avaliação dos especialistas do MDA. A partir dos últimos pequenos ajustes, gerou-se uma versão 3 (final) dos instrumentos (O Anexo 1 mostra a versão final dos instrumentos para Empreendimentos Coletivos BT e Empreendimentos Individuais BT). Da mesma forma, os Manuais validados na pesquisa de campo foram ajustados conforme as observações realizadas.

Produto desta atividade: instrumentos de levantamento de informação primária validados e ajustados.

ETAPA 3: Coleta de informação primária junto aos beneficiários amostrados

Atividade 3.1: Survey:

Levantamento de campo junto à amostra representativa do universo estudado (ou seja, agricultores familiares inadimplentes, beneficiários dos Programas Banco da Terra e das Linhas CAF e CPR), sobre características do sistema e seu desempenho, e sobre a influência do entorno do sistema nesse desempenho. Este levantamento utilizou os questionários estruturados para cada um dos Programas, com questões preferencialmente fechadas, de acordo com o modelo conceitual mencionado anteriormente nesse documento, validados e ajustados na etapa anterior.

Foram preparados quatro modelos de questionários, sendo dois deles para a entrevista de empreendimentos coletivos (Banco da Terra Coletivo (BT C) e Combate a Pobreza Rural) e dois deles para aplicação em empreendimentos individuais (Banco da Terra Individual (BT I) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)). Um exemplar dos questionários aplicados para os beneficiários do Programa Banco da Terra Coletivo (BT C) e Banco da Terra Individual (BT I) é apresentado no Anexo 1.

O uso de cada um desses questionários variou de estado a estado, sendo realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo órgão contratante, O MDA. Como Estados alvo da pesquisa foram indicados os Estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte no Nordeste, Goiás e Mato Grosso no Centro Oeste e Paraná e Rio Grande do Sul, na Região Sul. O levantamento sobre o Banco da Terra, foco desse relatório, foi realizado nos Estados do Paraná e de Goiás.

O levantamento foi feito por amostragem, cujo tamanho da amostra foi determinado pelo Contratante do Projeto, o MDA, que também indicou a dispersão geográfica dos Programas e o número de cada questionário a ser aplicado por Estados e Municípios.

Ao revisar a base de dados sobre beneficiários adimplentes e inadimplentes, identificou-se que a amostragem definida pela Contratante pode ser considerada uma amostragem por conglomerado em múltiplos estágios, o primeiro deles sendo a de Estados alcançados pelos Programas de Crédito Fundiário.

O tamanho da amostra foi determinado pelo Contratante do Projeto, o MDA, que também indicou o número de entrevistas por Programas, Estados e Municípios. Desta amostragem previamente estabelecida, no entanto, só constavam empreendimentos inadimplentes. A consultoria sugeriu então a amostragem de pequeno grupo de empreendimentos adimplentes, que deveria servir como um grupo de controle, para as análises realizadas com os empreendimentos inadimplentes (foco do presente estudo). A distribuição completa de inadimplentes e adimplentes, por Estado, linha de crédito e tipo de contrato é apresentada na Tabela 05.

No total, foram aplicados 410 questionários, sendo:

- ➔ Goiás – 48 questionários em 5 municípios.
- ➔ Paraná – 102 questionários em 5 municípios.
- ➔ Mato Grosso – 62 questionários em 5 municípios.
- ➔ Rio Grande do Sul – 77 questionários em 8 municípios.
- ➔ Piauí – 38 questionários em 5 municípios.
- ➔ Maranhão – 48 questionários em 4 municípios.
- ➔ Rio Grande do Norte – 35 questionários em 4 municípios.

Embora a amostra programada de inadimplentes correspondesse a 270 amostrados (60 em contratos coletivos e 210 em contratos individuais), o total de entrevistas – no caso dos contratos coletivos inadimplentes – corresponderia a 120 entrevistas, pois foram ouvidos, em cada associação, um representante da diretoria, e um associado sorteado aleatoriamente. Assim, o total de entrevistas programadas correspondeu a 410 entrevistas, sendo 325 delas referentes a inadimplentes, e 85 ao grupo de adimplentes.

O segundo estágio da amostragem consistiu na identificação de municípios, nos Estados selecionados, que participariam da amostra; a escolha destes municípios foi feita por probabilidade proporcional ao tamanho (isto é, ao total de inadimplentes em cada município). A razão para que a seleção ser feita desta maneira foi exatamente identificar atributos do beneficiário inadimplente em municípios onde esta condição ocorre em maior quantidade (o que pode indicar a influência de variáveis fortemente vinculadas ao próprio município). Este procedimento de seleção da amostra visou impactar na sua representatividade (aumentando-a) e na eficiência da coleta, e tornando mais fácil a reposição de entrevistados selecionados, em caso de recusa, endereço incorreto, etc.

Tabela 5 - Número de beneficiários adimplentes e inadimplentes entrevistados, por programa de crédito (BT, CAF, CPR), estado selecionado, e tipo de empreendimento (coletivo ou individual).

PROGRAMA	ESTADOS	Empreendimentos Inadimplentes		Empreendimentos adimplentes		TOTAL GERAL DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS
		Coletivo	Individual	Coletivo	Individual	
BT	GO	10	20	1	7	48
	PR	0	81	0	21	102
	Total parcial BT	10	101	1	28	150
CAF	MT	0	47	0	15	62
	RS	0	59	0	18	77
	Total parcial CAF	0	106	0	33	139
CPR	MA	19	0	10	0	48
	PI	15	0	8	0	38
	RN	15	0	5	0	35
	Total parcial CPR	49	0	23	0	121
TOTAL		59	207	24	61	410
Número de entrevistados por empreendimento		2	1	1	1	
Total de entrevistas por empreendimentos coletivo e individual		118	207	24	61	410

A determinação do tamanho amostral decorre de diversos fatores, dentre eles a busca pela visita de, aproximadamente, 10 % dos projetos inadimplentes nos estados selecionados. Além disso, a experiência do Departamento de Crédito Fundiário, no tocante à realidade de cada estado e suas particularidades, também foi determinante na composição do número final.

Finalmente, em cada município amostrado os empreendimentos nas diversas categorias (individual, coletivo, adimplentes e inadimplentes) foram selecionados por sorteio, dentre as listas fornecidas pelo MDA de empreendimentos financiados, sendo a amostra composta por um número proporcional ao total de empreendimentos nos municípios selecionados.

Na ocorrência de não ser encontrado o entrevistado inicialmente selecionado, o entrevistador aplicou as seguintes regras de substituição:

- buscar o seu vizinho mais próximo, nas mesmas condições em relação ao pagamento do financiamento (adimplente ou inadimplente).
- No caso da não existência dessa alternativa no mesmo município, buscar um entrevistado DE MESMA CATEGORIA (adimplente/ inadimplente e mesmo Programa - CPR, BT ou CAF) no município vizinho, dentro da relação de municípios fornecida pela Coordenação.

O levantamento foi realizado por equipes compostas na maioria dos casos por duplas de aplicadores, constituídas por um pesquisador de campo e por um ajudante de pesquisa (nível médio ou superior) e um guia de campo contratado localmente, para orientar as equipes na localização dos empreendimentos dos entrevistados.

Para realizar esta coleta, foi importante também a definição de plano de logística, visando a otimização de rotas para realização do levantamento.

Produto desta atividade: Coleta de dados estruturados realizada pronta para ser incorporada a bancos de dados do estudo.

Atividade 3.2: Diagnóstico Rural Rápido (RRA):

Esta técnica de pesquisa, oriunda de Universidades e organizações de desenvolvimento europeias, é empregada para coleta de informação qualitativa sobre percepções de atores e geração de conhecimento quando a representatividade estatística não é uma questão preponderante. No presente trabalho, foi aplicada para elucidação de temas adjacentes as questões centrais do estudo, sobre as quais a percepção dos entrevistados seja relevante e as questões sejam comuns a conjuntos de produtores (por exemplo, qualidade da logística e da infraestrutura disponível para apoiar a produção, adequação das escolhas de alternativas de produção pelos produtores, qualidade dos projetos e da assistência técnica recebida pelos produtores, etc.).

O RRA é aplicado por diversas técnicas, como questões abertas, diagramas, cronogramas, métodos de escores para priorização e suas ferramentas são aplicadas de acordo com a natureza da informação a coletar.

Produto desta atividade: Coleta de informação primária qualitativa realizada.

ETAPA 4: Análise de Dados e Redação de Relatórios

Atividade 4.1: Processamento e análise da informação. Banco de dados:

A informação coletada foi processada para bancos de dados eletrônicos por digitadores preparados para a atividade. Foi elaborado um Manual do Digitador e realizado um treinamento prévio para os digitadores, baseado nesse Manual.

Para cada um dos quatro questionários existentes, foi criada uma planilha Excel específica, aqui denominada Workbook, que estabelece uma relação direta entre os questionários preenchidos e o trabalho de digitação. O Workbook define ainda a estrutura e organização dos bancos de dados e as variáveis derivadas das perguntas dos questionários. Dentro de cada Workbook, existiam planilhas específicas para cada página do formulário sendo digitado. Estas planilhas foram nomeadas conforme o tipo de formulário e a página a ser digitada.

Em cada Workbook havia instruções sobre variáveis criadas e saltos (isto é, condições em que é permitido “saltar um conjunto de questões especificadas”, a depender de uma resposta a uma questão anterior a este conjunto). Os saltos foram checados pelo digitador e se existiam respostas faltando (isto é, que NÃO deveriam ser saltadas), havia uma instrução específica de procedimento.

A informação organizada em bancos eletrônicos de dados, foi submetida a análise estatística. A partir dos resultados obtidos, o modelo relacional de variáveis, com indicações de relações de causas e efeitos da inadimplência foi revisto e consolidado. Tal modelo pode oferecer uma visão didática dos fatores de inadimplência. A partir da síntese da informação coletada, foram feitas inferências para confirmar a natureza das causas, as relações existentes e as possíveis estratégias para superar as limitações determinadas e aprimorar os Programas de Financiamento avaliados.

Além das informações coletadas por questionários estruturados, a informação resultante do Diagnóstico Rural Rápido também foi analisada, por métodos adequados a este tipo de informação (por exemplo, análise de conteúdo, Bardin (1977)).

Produto desta atividade: análises estatísticas (descritivas e inferenciais) e qualitativas realizadas e síntese dos resultados obtidos.

Atividade 4.2: Proposição e concertação de políticas e estratégias para o desenvolvimento:

Para a formulação de estratégias de gestão dos Programas e de formulação de políticas, foi realizada uma Oficina de Criatividade, com a equipe do estudo e um pequeno número de convidados. Envolve a apresentação dos resultados dos estudos, do benchmarking, da proposição de políticas, e a discussão sobre sua implementação. Por isto, esta reunião foi realizada a pós a conclusão da análise da informação secundária e primária.

Produto desta atividade: Análise dos dados validada e ajustada, estratégias para o desenvolvimento definidas.

Atividade 4.3: Redação de Relatórios Finais, Versão 0:

A partir das atividades anteriores desta etapa, foi feita a redação dos documentos finais. Foram elaborados três relatórios (para o caso do Banco da Terra, e para as linhas de crédito CAF e CPR). Estes relatórios apresentam o marco conceitual e metodológico, o relato da pesquisa em campo, seus resultados e as estratégias concertadas para o desenvolvimento. Os ajustes nesta versão consideraram sugestões apresentadas pela equipe do MDA.

Produto desta atividade: Relatórios finais específicos para o caso do Banco da Terra e para cada linha de crédito (CAF e CPR), Versão 0.

ETAPA 5: Divulgação e debate dos Resultados do Estudo e de Estratégias concertadas

Atividade 5.1: Seminário Técnico:

Foi realizada uma reunião técnica com beneficiários, com representantes de movimentos sociais e especialistas indicados pelo Contratante para apresentação, avaliação e divulgação dos resultados obtidos do estudo. Participaram 200 especialistas de todo o País. A dinâmica do evento incluiu apresentações dos resultados pela equipe executora, com ajudas visuais e espaço para discussões plenárias, sobre partes específicas do Estudo.

Foram anotadas as sugestões e as contribuições dos participantes, ao sugerir aperfeiçoamentos dos resultados. O Seminário foi realizado em ambiente que permitiu a imersão total dos participantes no tema em estudo, em Brasília, no período de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2011.

Produto desta atividade: Resultados debatidos e divulgados, sugestões de aperfeiçoamento identificadas.

Atividade 5.2: Redação e publicação de relatórios técnicos:

Os três relatórios técnicos com os resultados da avaliação de cada Programa foram ajustados a partir do Seminário anterior e publicados em formato de livro (1000 exemplares de cada estudo), de acordo com as especificações fornecidas pelo contratante.

Estes relatórios foram processados para formato eletrônico, a serem incluídos no site do MDA, como forma de aumentar a abrangência de divulgação dos resultados a interessados no tema.

Produto desta atividade: Relatórios finais publicados.

Resultados



5. Resultados

Para traçar um perfil dos beneficiários inadimplentes do Banco da Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), foram entrevistados beneficiários do Programa nos Estados de Goiás e do Paraná, em busca das causas associadas a essa situação indesejada.

O estudo consistiu em um abrangente processo de avaliação de desempenho comparativo dos beneficiários entrevistados do Programa, investigando as suas percepções sobre um conjunto de variáveis que influenciam o comportamento dos tomadores de crédito desses programas de financiamento. O modelo de Galjart (1971) foi utilizado como referencia conceitual, considerando-se que o desempenho avaliado pode ser analisado no contexto de um processo de adoção de inovações.

A informação obtida durante o levantamento de campo realizado permite gerar um perfil do beneficiário inadimplente do Banco da Terra, nas linhas de financiamento para empreendimentos individuais e coletivos, a partir do conhecimento dos fatores intrínsecos e extrínsecos associados a inadimplência nesse Programa. Como produto final, esse perfil permite estabelecer estratégias de aprimoramento dessa política de desenvolvimento setorial.

Os resultados obtidos serão apresentados segmentados por tipo de empreendimento (individual e coletivo) considerando os seguintes pontos:

- Qualidade dos fatores de capacidade produtiva dos empreendimentos, como a qualidade da terra, acesso e qualidade da água;
- Acesso às políticas públicas, como o acesso ao PRONAF A (crédito de investimento econômico-produtivo) e análise sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como a situação geográfica dos empreendimentos e sua distância dos mercados;
- Fatores que levam à formação do capital social e níveis de organização das comunidades na qual os entrevistados residam;
- Qualidade de vida dos beneficiários como acesso à educação, saúde e transportes. Situação da infraestrutura social nos empreendimentos como casa, banheiro, luz e água;
- Qualidade de implementação dos Projetos sob a ótica dos beneficiários. Análise sobre a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras;
- Adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008. Nos projetos coletivos interessa avaliar o processo de regularização que é uma premissa para a renegociação. Nos projetos coletivos também interessa avaliar a adesão ao processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008 (Brasil, 2008).

Segundo o MDA (2011), o Banco da Terra firmou 17.530 contratos e beneficiou 35.097 famílias. Parte desses financiamentos se referia a empreendimentos individuais e parte a empreendimentos coletivos. No presente estudo, a pesquisa de campo foi realizada a partir de uma amostra de empreendimentos coletivos situados no Estado de Goiás e de empreendimentos individuais, localizados no Estado do Paraná e em Goiás.

A coleta de informação segmentou a amostra em dois grandes grupos, o de beneficiários adimplentes e de beneficiários inadimplentes. A informação sobre a situação de adimplência dos beneficiários foi obtida a partir dos sistemas de informação do MDA, com informação atualizada até o final de 2010. Essa informação foi investigada junto aos entrevistados, por ocasião das visitas realizadas pela equipe de pesquisadores.

Para efeito de maior compreensão e facilidade de manuseio da informação obtida, os resultados foram organizados por tipo de empreendimento (individuais e coletivos).

A natureza da informação coletada sobre os dois tipos é semelhante, sendo as diferenças de conteúdo coletado devido às poucas características diferenciais dos empreendimentos coletivos em relação aos empreendimentos individuais.

5.1. Banco da terra – Empreendimentos coletivos

Os financiamentos do Banco da Terra, que deixaram de ser concedidos a partir de 2003, para empreendimentos coletivos permitiam que as famílias interessadas, reunidas em associação, selecionassem e adquirissem a terra de sua escolha, com crédito fundiário fornecido pelo governo através de um agente financeiro oficial. Em seguida, elas recebiam um incentivo em dinheiro para realizar as obras de interesse coletivo. Um projeto de implantação de atividades produtivas era elaborado, para gerar rendas que pudessem manter as famílias assentadas e amortizar o financiamento concedido. A gestão do projeto era feita por uma diretoria representativa dos membros do empreendimento. Neste sistema, o governo não tomava decisões em nome dos agricultores: eles próprios tomavam todas as suas decisões.

Nos itens seguintes, a informação coletada sobre os empreendimentos coletivos é apresentada e discutida. O conjunto dessa informação constitui o perfil do beneficiário do empreendimento coletivo do Banco da Terra.

5.1.1. Caracterização do imóvel

O primeiro bloco de questões examinou as principais características dos imóveis financiados em termos de área, exploração, reserva legal, uso atual; levantou o grau de qualidade dos solos e topografia desses imóveis e a qualidade e disponibilidade de água; avaliou a existência de infraestrutura existente nos imóveis; realizou a caracterização da produção agropecuária (criações e cultivos) e o emprego de tecnologias de produção animal e vegetal nas atividades exploradas; levantou os principais problemas enfrentados pelos empreendimentos na produção animal e vegetal; como a produção é financiada; o uso quantitativo de mão de obra no empreendimento e as relações do empreendimento com o mercado.

Os elementos de cada um desses fatores são apresentados e discutidos nas Tabelas seguintes.

Uma primeira caracterização obtida do empreendimento coletivo no Estado de Goiás está contida na Tabela 6. As variáveis que caracterizam o imóvel financiado são apresentadas na primeira coluna da Tabela. O “n” indica o número de respostas válidas obtidas nas entrevistas realizadas. As respostas obtidas são expressas em percentuais (%) ou em médias e desvios padrões (DP), que medem a dispersão em torno da média.

Na amostra trabalhada, todos os empreendimentos visitados se situavam no Estado de Goiás. Os imóveis apresentam uma área média de aproximadamente 490 Ha, com uma média aproximada de 14 Ha por parcela de assentado. Cerca de 150 Ha são utilizados para atividades produtivas agrícolas (produção vegetal e animal), a área de floresta é de cerca de 60 Ha e a área de reserva legal é de cerca de 86 Ha (os valores foram aproximados para facilidade de raciocínio).

Algumas inferências podem ser feitas a partir desses números. Apenas 30% da área total das propriedades estão ocupadas com atividades produtivas agropecuárias, o que sugere um possível potencial de produção inaproveitado, por razões a serem posteriormente exploradas. Ademais, a grande dispersão indicada pelo DP em torno dessa média indica que essa taxa de uso da terra pode ser ainda menor em alguns empreendimentos. A área média de florestas é menor que a área média de reserva legal, o que pode significar empreendimentos onde o desmatamento já eliminou essas áreas de preservação ambiental ou, como mostram os resultados,

alguma exploração dessas áreas está sendo feita ou teria ocorrido. Por último, a área média das parcelas dos associados (14 Ha) em áreas de cerrado é limitante para uma série de atividades agropecuárias, quando se pensa em gerar rendas para as famílias. A escolha de atividades passa a ser fundamental para o sucesso dos empreendimentos.

Tabela 6 - Caracterização dos imóveis dos empreendimentos coletivos no Estado de Goiás.

Variáveis	BT - Coletivo							
	Adimplentes (n=1)				Inadimplentes (n=20)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Área total do imóvel (ha)	0		.	.	17		486,95	190,39
Área por associado (ha)	1		14,78	.	19		14,26	3,91
Área com plantação e criação, no imóvel (ha)	1		4,00	.	17		151,23	153,02
Área de floresta (ha)	0		.	.	13		59,90	75,65
Área de reserva legal (ha)	0		.	.	15		85,86	52,47
Não retira produtos da reserva legal	0	0,00			17	85		
Retira algum tipo de produto da reserva legal, como frutas, caça, lenha, madeira, carvão, outros.	1	100,00			4	15		
Registro da reserva legal em cartório	1	100,00			16	80,00		

Não foi possível fazer comparações neste caso com o empreendimento adimplente, em função da ausência de respostas validas por parte do entrevistado. No momento da pesquisa, havia apenas um empreendimento adimplente no Estado.

O questionamento feito sobre a exploração da reserva legal aos beneficiários mostrou que a maioria conhece os preceitos legais que vedam a exploração dessas áreas e os aplica em seus empreendimentos (ou declaram aplicá-los). Em cinco empreendimentos registrou-se a exploração da reserva legal, sendo a extração de madeira, a produção de carvão e a caça as atividades mais praticadas. A extração de frutas e de lenha também foi mencionada. A maioria registrou a sua reserva legal em cartório (80% dos empreendimentos inadimplentes).

Na caracterização dos imóveis financiados, a qualidade das terras e a disponibilidade de água de qualidade são fatores que podem influenciar o desempenho dos empreendimentos e, portanto constituir-se em um fator limitante a geração de renda pelos empreendimentos. A Tabela 7 apresenta os resultados obtidos para os empreendimentos coletivos no Estado de Goiás. A Tabela possui as mesmas características anteriormente descritas.

Tabela 7 - Qualidade de solos, disponibilidade e qualidade da água em imóveis dos empreendimentos coletivos no Estado de Goiás.

Variáveis	BT - Coletivo				
	Adimplentes (n=1)		Inadimplentes (n=20)		
	n	%	n	%	
Qualidade dos solos e topografia					
Considera terras férteis e com boa produção	1	100	11	55	
Existência de pedras no terreno	1	100	11	55	
Existência de areia no terreno	1	100	4	20	
As terras são pobres e ácidas	1	100	16	80	
Escassez de água no terreno (aridez)	1	100	20	100	
Presença de erosão no terreno	1	100	8	40	
Compactação das terras	1	100	14	70	
Terreno plano	0	0	14	70	
Terreno com declive suave	1	100	7	35	
Terreno ondulado	0	0	2	10	
Terreno montanhoso	0	0	4	20	
Qualidade e disponibilidade de água					
Fonte de água no imóvel	1	100	18	90	
Fonte de água fora do imóvel	0	0	2	10	
Poço artesiano	1	100	10	50	
Proteção para fonte no imóvel (n=17)	Nenhuma	1	100	8	47,05
	Mata ao redor da fonte	0	0	7	41,18
	Outra	0	0	2	11,76
Qualidade da água que abastece o imóvel (n=18)	Ruim	0	0	2	11,11
	Boa, se tratada	1	100	5	27,77
	Excelente	0	0	11	61,11
Suficiência da água que abastece o imóvel para o consumo humano e animal	1	100	6	30	

Para esse conjunto de variáveis os entrevistados foram perguntados sobre suas percepções sobre a qualidade dos solos e topografia dos terrenos em suas propriedades e sobre a disponibilidade e a qualidade de água, tanto para suprir as atividades produtivas, quanto para o consumo humano. Foram registradas possíveis limitações em fertilidade, ocorrência de terrenos pedregosos (portanto impróprios para a agricultura), em acidez do solo (que demanda correções com custosos dispêndios em insumos). Foi consenso entre os entrevistados que a disponibilidade de água nas propriedades é pouca, sendo insuficiente para atender as necessidades produtivas e humanas.

Compactação do solo e erosão foram registradas, ocorrendo nas propriedades para 70% e 40% dos entrevistados, respectivamente. Estes problemas são indicadores de pouco uso de práticas culturais adequadas na exploração agropecuária e são fatores de empobrecimento para os produtores e de riscos a sustentabilidade ambiental.

Em relação à topografia, predominam empreendimentos com terrenos planos (70%) ou com declive suave (35%), o que é uma característica geral do Planalto Central. Este fator facilita a mecanização das atividades agropecuárias e favorece a aplicação de tecnologias de conservação de solos. Somente 20% das propriedades declararam situar-se em terrenos montanhosos, nos quais a mecanização é mais limitada e a demanda por práticas de conservação de solos elevada.

A disponibilidade e qualidade de água merecem atenção, sob o ponto de vista da consolidação dos empreendimentos e da própria geração de renda nas propriedades. Ao mesmo tempo em que a totalidade dos entrevistados registra que a disponibilidade de água é pouca, somente para 30% deles é suficiente para atender as demandas produtivas e a manutenção do consumo humano, em quantidade e qualidade. Como 90% dos entrevistados declaram possuir fonte de água no próprio terreno, a limitação sobre esse fator é possivelmente sobre os volumes disponíveis nas propriedades. Em relação à qualidade para consumo humano, para a maioria dos entrevistados a água é classificada como boa a excelente.

A metade das fontes de água é constituída por poços artesianos e em muitas propriedades (47%) não se adotam medidas de proteção dessas fontes d água.

Outro fator investigado na caracterização dos empreendimentos foi a existência de infraestruturas nos empreendimentos coletivos (casas, instalações sanitárias, construções para armazenamento de água e de produtos, cercas, estradas internas e de acesso a propriedade). A Tabela 8, elaborada sob os mesmos parâmetros das anteriores, apresenta os resultados obtidos.

Tabela 8 - Infraestrutura existente no imóvel em empreendimentos coletivos no Estado de Goiás.

Variáveis		BT - Coletivo							
		Adimplentes (n=1)				Inadimplentes (n=20)			
		n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Construção da casa*		1		0	.	20		1,45	0,51
Banheiro (vaso e chuveiro)		1	100			16	80		
Armazenamento de água		1	100			14	70		
Armazéns, silos ou depósitos para a produção agrícola		0	0			3	15		
Cercas	0= não há cercas no empreendimento	0	0			3	15		
	1=as cercas estão totalmente concluídas	1	100			10	50		
	2= as cercas estão parcialmente concluídas	0	0			7	35		
Estradas ou carreadores internos, no empreendimento (Escala: 0=não há; 1=parcialmente construída; 2= totalmente construída)		1		2	.	20		1,35	0,67
Outra infraestrutura no imóvel, para plantação ou criação* (ver Tabela 9)		1	0			11	55		
Associados atendidos pela infraestrutura do empreendimento (Escala: 1=atende a poucos ; 2= atende a maior parte; 3=atende a todos os associados)		1		0	.	13		2,31	1,11

*Escala: (0) A maior parte dos associados não tem sua casa construída; (1) A maior parte dos associados tem suas casas parcialmente construídas; (2) A maior parte dos associados tem casas totalmente construídas.

As infraestruturas sociais e produtivas são indispensáveis para assentar os associados em suas parcelas. Um fator importante para o desempenho produtivo da agricultura familiar é a residência das famílias na propriedade, já que a mão de obra utilizada nas operações de produção é em geral proveniente do próprio grupo familiar e em geral as vias de acesso aos empreendimentos são precárias. Consequentemente, casa com instalações sanitárias apropriadas, disponibilidade de água de qualidade, instalações elétricas, armazéns e depósitos para equipamentos, produtos e animais, cercas para delimitar as propriedades e estradas e carreadores para permitir a movimentação interna e externa são fatores de grande importância para a fixação dos assentados em seus empreendimentos.

O levantamento revelou que a maioria dos beneficiários construiu parcialmente ou totalmente suas casas, em 80% delas há instalações sanitárias com vaso sanitário e chuveiro e em 70% existem estruturas para armazenamento de água. A situação é menos favorável no que tange a existência de infraestruturas produtivas, já que apenas 15% dos entrevistados declara dispor dessas facilidades no empreendimento. De forma semelhante, cercas, estradas e carreadores internos e externos foram parcialmente construídos, para a maioria dos associados nos empreendimentos entrevistados.

Além dessas benfeitorias, foram mencionadas outras infraestruturas que não constavam da relação proposta aos entrevistados e são apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9 - Outras infraestruturas no imóvel (BT Coletivo), para plantação ou criação

Declaração de outra infraestrutura	Adimplentes	Inadimplentes
Pequena barragem individual para plantação	0	1
Curral	0	9
Posto na área coletiva	0	1
Sede	0	1

A falta de infraestruturas sociais limita a ocupação efetiva dos lotes pelos beneficiários. A pesquisa constatou que muitos associados de empreendimentos coletivos vivem em núcleos urbanos próximos aos seus lotes. Já a inexistência ou precariedade de infraestruturas produtivas limita a geração de rendas nos empreendimentos e tem efeito direto na inadimplência.

Como causas para a precariedade ou inexistência de infraestruturas foram alegadas a inadequação dos montantes de financiamento, atrasos na tramitação e liberação dos recursos, problemas administrativos e gerenciais com fornecedores e construtores, má qualidade das construções e até utilização dos recursos de financiamento para outras finalidades.

5.1.2. Caracterização da produção rural

Um fator importante para o sucesso dos empreendimentos é o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes financiados, o que pode gerar produtos para o consumo das famílias e gerar rendas para o crescimento econômico dos beneficiários. A geração de rendas é essencial para a quitação das dívidas assumidas com o financiamento dos empreendimentos.

Por essas razões, foi investigado o estado atual das atividades produtivas dos empreendimentos das famílias entrevistadas, considerando o tipo de exploração (agrícola ou produção animal) e a destinação da produção, se para mercado ou para autoconsumo. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 - Destinação da produção agropecuária nos empreendimentos coletivos do BT

Variáveis	BT - Coletivo			
	Adimplentes (n=1)		Inadimplentes (n=20)	
	n	%	n	%
Produção para alimentação da família	1	100,00	19	95,00
Criação para venda ao mercado	1	100,00	11	55,00
Plantação para venda ao mercado	0	0,00	3	15,00

Praticamente a totalidade dos entrevistados está produzindo alimentos para consumo da família. A produção para mercado ocorre na metade dos empreendimentos e é orientada principalmente para a produção animal. Somente uma minoria (15%) dos entrevistados declarou desenvolver produção agrícola em seus empreendimentos.

A maior orientação para a pecuária é possivelmente um reflexo da tradição predominante no Estado de Goiás, onde a pecuária bovina é historicamente praticada. Todavia, essa é uma atividade demandante de áreas extensas para remunerar os produtores, o que não é uma característica dos lotes do BT. Consequentemente, é necessário examinar o padrão tecnológico dessas explorações e as condições de acesso a mercados, para se formar um juízo sobre a geração de rendas dessas atividades.

Essa análise será realizada na sequência, para a produção pecuária e para a produção agrícola.

5.1.2.1. Produção Pecuária

As perguntas foram orientadas para determinar as principais atividades de produção pecuária (produção de caprinos, bovinos, aves, suínos) e os produtos oferecidos ao mercado a partir dessas atividades. Os resultados são apresentados na Tabela 11.

Como já foi mencionada, a pecuária bovina é predominante entre os que produzem para o mercado. A metade dos empreendimentos entrevistados produz bovinos, a avicultura (criação de galinhas) é a segunda atividade (para 20% dos entrevistados), a suinocultura é praticada por 15% dos entrevistados e apenas em um dos empreendimentos registrou-se a criação de abelhas. Não houve registro de produção de caprinos.

Os principais produtos oferecidos ao mercado são o leite, o queijo e a carne bovina e suína. Um pequeno número de empreendimentos produz aves e ovos em pequena escala. Foi registrado um caso de produção de mel de abelhas.

No geral, as rendas auferidas com essas explorações são pouco expressivas. Considerando-se como exemplo a produção mensal de leite, o produto sendo remunerado a R\$ 0,89 por litro (CEPEA/Esalq/USP, 2011), haveria uma renda bruta mensal de R\$ 829,92 para o produtor, sendo ainda necessário descontar os custos de produção. Para um produtor de leite com o rendimento médio apresentado, o mesmo não alcançaria um salário mínimo de remuneração. Para a produção de queijo (R\$ 5,00/Kg) o rendimento bruto mensal seria de R\$ 318,75, ainda mais reduzido.

A produção de carne bovina, com um preço ao produtor de R\$ 6,60/Kg (CEPEA/Esalq/USP, 2011) gera uma renda mensal de R\$ 264,00, também muito pouco expressiva.

Chama a atenção o alto desvio padrão das médias obtidas, o que indica grande dispersão dos dados em torno das médias.

Tabela 11 - Produção pecuária para o mercado no Programa BT Coletivo

Variáveis	BT - Coletivo							
	Adimplentes (n=1)				Inadimplentes (n=20)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Produção de caprinos (1=Tem produção de caprinos)	1	0			20	0		
Produção de bovinos (1=Tem produção de bovinos)	1	100			10	50,00		
Associados com produção de bovinos	1		3		10		14,40	8,45
Bovinos por lote/no imóvel (No de animais)	1		15		9		11,44	4,85
Produção de leite (bovino) por associado (litros/mês)	1		80		8		932,50	901,36
Produção de queijo (bovino) por associado (Kg/mês)	1		90		8		63,75	27,22
Produção de carne (bovino) por associado (Kg/mês)	.		.	.	2		40,00	28,28
Produção de aves (1=Tem produção de aves)	1	0			4	20,00		
Associados com produção de galinhas/aves	.			.	4		19,00	19,34
Aves por lote/no imóvel (numero de animais/lote)					4		23,25	8,30
Produção de ovos por associado (dúzias/mês)					2		32,50	38,89
Produção de carne (aves) por associado (kg/mês)					4		32,25	45,17
Produção de porcos (1=Tem produção de porcos)	1	0			3	15,00		
Associados com produção de porcos	.			.	4		3,00	2,94
Porcos por lote/no imóvel (No de animais/lote)					3		8,00	6,08
Produção de carne (porcos) por associado (kg/mês)					1		62,5	
Outra criação destinada ao mercado (1=Tem produção de outra criação)	1	0			1	5,00		

Outra produção, inadimplentes: Abelhas (1 único produtor)

5.1.2.2. Tecnologia de produção animal

O nível tecnológico das explorações foi investigado, considerando-se algumas tecnologias chave para o desempenho das explorações. Os resultados são apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 - Tecnologia utilizada para a produção animal nos empreendimentos coletivos

Variáveis	BT - Coletivo			
	Adimplentes (N= 0)		Inadimplentes (N=11)	
	n	%	n	%
Qualidade de raças usadas	.	.	6	54,55
Uso de vermífugos	.	.	11	100,00
Aplicação de vacinas	.	.	11	100,00
Fonte de alimentação: pasto natural	.	.	11	100,00
Fonte de alimentação: pasto cultivado	.	.	3	27,27
Fonte de alimentação: Ração (como complemento)	.	.	6	54,55
Fonte de alimentação: Silagem	.	.	5	45,45
Fonte de alimentação: Sal	.	.	6	54,55
Fonte de alimentação: Outro alimento	.	.	1	9,09

Os resultados obtidos indicam um perfil tecnológico de baixa intensidade de uso de tecnologia pelos pecuaristas entrevistados. O pasto natural é a principal fonte de alimentos para os bovinos, que recebem vacinas e vermífugos. Metade dos produtores considera que utiliza raças de boa qualidade e complementação da alimentação a pasto natural com ração ou silagem (em percentual menor).

A produtividade obtida (ver Tabela 13) é um indicador dessa menor intensidade de uso de tecnologia de produção pelos entrevistados. A escolha de raças e a alimentação baseada em pasto natural devem influenciar no modesto desempenho em eficiência produtiva dos empreendimentos.

5.1.2.3. Principais problemas da produção animal

A pecuária bovina é a atividade de maior importância entre os entrevistados que se dedicam a produção animal. A produtividade obtida pelos produtores foi por eles avaliada como sendo de baixa a média, conforme está indicado na Tabela 13. Questionados sobre os problemas que poderiam estar associados a baixa produtividade de suas explorações, os entrevistados avaliaram diversos fatores que poderiam influenciar negativamente esse desempenho (Tabela 13), gerando prejuízos a atividade.

As avaliações não evidenciaram uma valoração de influências muito altas das alternativas apresentadas aos produtores. Em uma escala de 1 a 10, a variável que recebeu a avaliação mais alta não passou de 4, o que indicaria um nível de influência baixa sobre o desempenho da atividade produtiva.

Tabela 13 - Produtividade da produção animal com maiores ganhos nos empreendimentos coletivos e causas de menor produtividade

Variáveis	BT - Coletivo					
	Adimplentes (n=0)			Inadimplentes (n=11)		
	N	Média	DP	n	Média	DP
Produtividade da produção com maiores ganhos (Escala: 1= baixa; 2= média; 3= alta)	0	.	.	11	1,45	0,69
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade da raça usada (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	0	.	.	9	3,22	1,79
Prejuízo sobre produtividade por doenças entre os animais (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	0	.	.	9	2,44	2,65
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de alimentação, entre os animais (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	0	.	.	9	3,22	2,17
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	0	.	.	9	3,11	2,42
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	0	.	.	9	1,00	0,00
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	0	.	.	9	1,00	0,00
Produção de aves (1=Tem produção de aves)	1	0		4	20,00	
Associados com produção de galinhas/aves	.			4		19,00
Aves por lote/no imóvel (numero de animais/lote)				4		23,25

Má qualidade das raças (genética animal) e alimentação dos rebanhos foram as variáveis apontadas como de maior influência relativa sobre o baixo desempenho das explorações, porém com valores provavelmente subestimados (3,22) em relação à real influência das mesmas. Este fato possivelmente é explicado pelo pouco conhecimento dos entrevistados sobre a tecnologia de produção, em virtude de deficiências na capacitação dos mesmos sobre sistemas de produção de pecuária bovina na sua região.

5.1.2.4. Exploração Agrícola

Já foi mostrado que a maioria dos empreendimentos produz alimentos para consumo próprio. A maioria dos estabelecimentos se dedica a produção animal. Somente 15% dos empreendimentos entrevistados declararam dedicar-se a produção vegetal. As características dessa produção são apresentadas na Tabela 14.

Tabela 14 - Produção agrícola para o mercado nos empreendimentos coletivos

Variáveis	BT - Coletivo							
	Adimplentes (n=1)				Inadimplentes (n=20)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Produção de arroz	0	0,00			2	66,67		
Área de produção de arroz (Ha)	0		.	.	2		12,50	7,78
Área de produção de arroz por associado (Ha)	0		.	.	2		1,25	1,06
Quantidade de produção de arroz por associado (Kg/ano)	0		.	.	2		700,00	141,42
Produção de feijão	0	0,00			2	66,67		
Área de produção de feijão (Ha)	0		.	.	2		3,25	2,47
Área de produção de feijão por associado (Ha)	0		.	.	2		0,75	0,35
Quantidade de produção de feijão por associado (Kg/ano)	0		.	.	2		330,00	42,43
Produção de mandioca	0	0,00			2	66,67		
Área de produção de mandioca (Ha)	0		.	.	2		3,50	2,12
Área de produção de mandioca por associado (Ha)	0		.	.	2		0,49	0,01
Quantidade de produção de mandioca por associado (Kg/ano)	0		.	.	2		1650,00	1909,19
Produção de milho	0	0,00			3	100,00		
Área de produção de milho (Ha)	0		.	.	3		17,67	8,74
Área de produção de milho por associado (Ha)	0		.	.	3		0,67	0,29
Quantidade de produção de milho por associado (Kg/ano)	0		.	.	3		370,00	206,64

A produção vegetal é minoritária nos empreendimentos, sendo o milho, o arroz, o feijão e a mandioca as espécies exploradas. As áreas médias plantadas são reduzidas e as produtividades obtidas são muito baixas, comparadas aquelas obtidas por explorações de alto desempenho.

Considerando as quantidades produzidas de cada produto, as rendas anuais geradas pela venda da produção obtida são muito baixas, o que pode ser considerado como um dos fatores influentes na inadimplência desses empreendimentos. Por exemplo:

- Arroz: ao preço de R\$ 0,51/Kg, e para uma produção média de 700 kg/ano, gera uma renda bruta de R\$ 357,00/ano;
- Feijão: ao preço de R\$ 1,33/Kg, e para uma produção média de 330 kg/ano, gera uma renda bruta de R\$ 438,00/ano;
- Mandioca: ao preço de R\$ 0,115/Kg, e para uma produção média de 1650 kg/ano, gera uma renda bruta de R\$ 357,00/ano;
- Milho: ao preço de R\$ 0,29/Kg ¹, e para uma produção média de 370 kg/ano, gera uma renda bruta de R\$ 107,30/ano.

5.1.2.5. Tecnologia de produção agrícola

O nível tecnológico das explorações em produção vegetal também foi investigado, considerando-se algumas tecnologias-chave para o desempenho das explorações. Os resultados são apresentados na Tabela 15. O número de entrevistas (3 casos) é limitante para a extrapolação dos resultados obtidos.

Tabela 15 - Tecnologia para a produção agrícola nos empreendimentos coletivos

Variáveis	BT - Coletivo			
	Adimplentes (N= 0)		Inadimplentes (N=3)	
	n	%	n	%
Uso de sementes e outros materiais de plantio comerciais	0	0,00	2	66,67
Uso de grãos de produção própria	0	0,00	2	66,67
Uso de calcário	0	0,00	1	33,33
Controle de pragas e doenças	0	0,00	2	66,67
Uso de defensivos agrícolas	0	0,00	2	66,67
Uso de controle biológico	0	0,00	0	0,00
Uso de outro procedimento	0	0,00	0	0,00

As respostas obtidas sugerem um nível tecnológico reduzido entre os produtores entrevistados. Apesar de afirmar que usam sementes selecionadas, também declaram utilizar grãos como forma de propagação. O uso de calagem é limitado, o que representa uma grande limitação à agricultura de grãos em solos ácidos de cerrados. A produtividade das plantações foi considerada baixa pelos entrevistados, como se observa na Tabela 16 e certamente sofre influência da pouca adoção de tecnologias nos plantios dos empreendimentos.

5.1.2.6. Principais problemas da exploração agrícola

Questionados sobre os problemas que poderiam estar associados à baixa produtividade de suas explorações agrícolas, os entrevistados avaliaram diversos fatores que poderiam influenciar negativamente esse desempenho (Tabela 16), gerando prejuízos a atividade.

As avaliações evidenciaram uma valoração de influência muito alta somente para os prejuízos causados pela seca, entre as alternativas apresentadas aos produtores. As demais alternativas, as variáveis que receberam avaliações mais altas não passaram de 5, o que indicaria um nível de influência baixa a mediana sobre o desempenho da atividade produtiva.

1) Fonte: preços garantidores do MDA

Tabela 16 - Produtividade da produção com maiores ganhos e causas de menor produtividade

Variáveis	BT - Coletivo					
	Adimplentes (n=0)			Inadimplentes (n=3)		
	N	Média	DP	n	Média	DP
Produtividade da produção dos associados (Escala: 1 = baixa; 2= média; 3=alta)	0	.	.	2	1,5	0,71
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade de sementes e mudas usadas(Escala: 1 = Não houve prejuízo;10= prejuízo muito grande)	0	.	.	1	5	.
Prejuízo sobre produtividade por pragas e doenças(Escala: 1 = Não houve prejuízo;10= prejuízo muito grande)	0	.	.	1	5	.
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de nutrição (Escala: 1 = Não houve prejuízo;10= prejuízo muito grande)	0	.	.	1	4	.
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca (Escala: 1 = Não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	0	.	.	1	8	.
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente (Escala: 1 = Não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	0	.	.	1	1	.
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias (Escala: 1 = Não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	0	.	.	1	1	.

Como já foi apontado anteriormente, este fato possivelmente é explicado pelo pouco conhecimento dos entrevistados sobre a tecnologia de produção, em virtude de deficiências na capacitação dos mesmos sobre sistemas de produção de grãos e de raízes e tubérculos, cultivados em seus empreendimentos.

A questão do manejo da produção em regime de escassez de água que ocorre nos cerrados de uma maneira geral, e em muitos empreendimentos de forma particular, é uma limitante ao sucesso das atividades agrícolas que necessita ser equacionada com inovação tecnológica e gerencial.

5.1.3. Financiamento e mão de obra para a produção

Além do financiamento para a aquisição da terra, os beneficiários do Programa necessitam capitalizar-se para enfrentar os custos da produção agrícola. Várias fontes podem ser mobilizadas, conforme se apresentam na Tabela 17. Não se registrou entre os entrevistados nenhum caso em que o financiamento não foi usado.

As principais fontes mencionadas foram os recursos próprios e os financiamentos do PRONAF A. Não foram mencionadas outras fontes de financiamento e o PRONAF atendeu menos da metade dos beneficiários entrevistados.

A avaliação feita sobre a adequação do financiamento (PRONAF A) revela que somente 35% dos financiados o considera adequado às suas necessidades. A taxa de adimplência é baixa, em média dois adimplentes para nove financiados. Quase a metade dos financiados esperou mais de três anos pelos recursos do financiamento.

Considerando-se esse quadro como uma descrição aproximada da realidade, tal situação implica em condições bastante limitantes ao desempenho produtivo dos empreendimentos coletivos do Banco da Terra.

A análise da mão de obra empregada nos empreendimentos mostra uma estimativa média de dois trabalhadores por lote, pouca contratação de mão de obra externa e um número alto de pessoas de famílias de associados trabalhando fora do empreendimento, o que sugere pouca atividade produtiva nos empreendimentos financiados. É provável que o emprego externo seja uma fonte de renda importante para os associados.

Tabela 17 - Fontes de financiamento da produção e mão-de-obra utilizada.

Variáveis	BT - Coletivo							
	Adimplentes (n=1)				Inadimplentes (n=20)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Financiamento da produção								
Financiamento com recursos próprios	0	0			17	85		
Financiamento com recursos de emprestadores particulares	0	0			0	0		
Financiamento com recursos do PRONAF - A	1	100			7	35		
Financiamento com recursos de outros programas de crédito	0	0			0	0		
Uso de outras fontes de financiamento	0	0			0	0		
Adequação do financiamento obtido (Escala: 0= não adequado; 1 = adequado)	1	0			7	35		
Associados com acesso a Pronaf A (número no empreendimento)	1		6	.	13		9,0	7,30
Associados em situação de inadimplência, no Pronaf A	1		3	.	10		2,0	1,71
Tempo em que ocorreu o acesso ao Pronaf A	Com mais de 3 anos		0	0,00	5	45,00		
	Com até 3 anos		1	100,00	7	55,00		
Mão-de-obra no empreendimento								
Pessoas trabalhando em cada lote (Número/lote)	1		2	.	17		2	0,49
Associados contratantes de mão de obra externa (número de associados/ empreendimento)	1		4	.	17		2	3,64
Pessoas trabalhando fora do imóvel (número de pessoas)	1		20	.	17		12	9,77

5.1.4. Relações com o mercado

A geração de rendas nos empreendimentos coletivos é governada pela capacidade de produzir, examinada nas seções anteriores, e pela inserção dos produtores no mercado. A Tabela 18 examina as alternativas de mercado dos empreendimentos coletivos do Banco da Terra.

Tabela 18 - Comercialização da produção dos empreendimentos coletivos do Banco da Terra

Vendas da produção para: (Escala: 1= nenhuma ou pequena parte; 2=grande parte; 3= toda a produção)	BT - Coletivo							
	Adimplentes (n=1)				Inadimplentes (n=20)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Programas de Aquisição de Alimentos	1		1	.	18		1,00	0,00
Intermediários	1		1	.	18		1,17	0,38
Compradores em feira ou a outros consumidores	1		1	.	18		1,06	0,24
Distância do imóvel ao mercado local (em Km)	1		55	.	12		33,25	21,85

Os associados têm utilizado as alternativas de comercialização com intermediação (a mais utilizada) ou venda direta a consumidores em feiras. Todavia, apenas pequena parte da produção é comercializada por essas vias (médias de 1,06 e 1,17) o que sugere dificuldades dos produtores em acessar mercados.

De fato, muitos depoimentos foram produzidos com queixas dos produtores em relação à dificuldade de comercializar as suas produções.

A distância dos empreendimentos em relação ao mercado local mais próximo (de 33 a 55 Km, com estradas de acesso de má qualidade) é um outro fator limitante a comercialização dos produtos dos empreendimentos e a geração de renda pelos mesmos.

5.1.5. Caracterização da renda familiar

A geração de rendas para as famílias é um dos propósitos dos programas de financiamento da terra. A terra nesse caso é um meio para fornecer ocupação e por meio de empreendedorismo, criar novas unidades produtivas no campo.

A capacidade de atender as obrigações e compromissos dos financiamentos, e portanto manter os tomadores dos empréstimos em situação de adimplência está diretamente relacionado com a capacidade de os empreendedores gerarem rendas em seus empreendimentos (ou fora deles, em alguns casos). Por essa razão, investigou-se a percepção dos beneficiários do Programa sobre a importância das suas fontes de rendas e os gastos fixos das famílias para manter-se. A informação obtida é apresentada na Tabela 19.

Tabela 19 - Importância de fontes de renda, despesas mensais e relação entre despesas e gastos mensais nos empreendimentos coletivos do Banco da Terra

Importância de fontes de rendas, contas mensais e relação entre gastos e despesas	BT - Coletivo							
	Adimplentes (n=1)				Inadimplentes (n=20)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Ganhos do trabalho, fora do empreendimento (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	1		9	.	19		5,95	2,80
Ganhos recebidos pela venda de produtos produzidos na propriedade (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	1		3	.	19		3,16	2,32
Ganhos recebidos do governo (Bolsa Família, Vale Gás, etc.) (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	0		.	.	19		4,16	2,83
Ganhos de aposentadoria, aposentadoria rural por idade ou pensão (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	1		6	.	19		6,11	3,45
Ganhos de cadernetas de poupança, arrendamento de terra, etc. (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	1		7	.	19		1,84	2,14
Dinheiro recebido de pessoas de fora do domicílio (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	1		3	.	18		3,72	3,30
Contas mensais: eletricidade (numero pagantes)	1	100			19	95		
Contas mensais: Água (numero pagantes)	1	100			12	60		
Contas mensais: Telefone celular (numero pagantes)	1	100			14	70		
Contas mensais: Financiamento/crediário de eletrodomésticos (numero pagantes)	0	0			10	50		
Contas mensais: Gás (numero pagantes)	1	100			13	65		
Contas mensais: Outras contas (numero pagantes)	0	0			3	15		
Relação entre ganhos e despesas mensais (escala: 1= despesas maiores que ganhos; 2= despesas e ganhos equivalentes; 3= despesas menores que ganhos)	1		1	.	19		1,16	0,37

Ganhos de aposentadoria, aposentadoria rural por idade ou pensão e os ganhos do trabalho fora do empreendimento foram as alternativas de geração de renda avaliadas como de maior importância, tanto para os inadimplentes como para o empreendimento adimplente. Ganhos recebidos do governo (Bolsa Família, Vale Gás) aparece como a terceira fonte de rendas para os empreendimentos inadimplentes. A produção vendida ao mercado é a quarta alternativa em importância e foi avaliada como tendo muito menor importância que as principais fontes de renda.

Esse resultado é coerente com as inferências anteriores e sugere a pouca importância da produção agropecuária para a geração de renda das famílias beneficiárias do Programa e a incapacidade de os associados dos empreendimentos coletivos se beneficiarem dos seus empreendimentos financiados.

Ao mesmo tempo investigaram-se os gastos fixos das famílias e a situação das mesmas em relação ao balanço rendas/gastos fixos. Contas mensais com eletricidade, telefone celular e gás são as mais importantes e todos os entrevistados declararam ter despesas maiores que os ganhos. Aceitando-se como real e permanente essa situação, esta seria uma das razões para a inadimplência dos beneficiários desse Programa.

5.1.6. Qualidade de vida no empreendimento

Políticas públicas têm como finalidade promover desenvolvimento social, o que implica em melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Para conhecer a percepção dos beneficiários do Programa sobre a qualidade de vida das famílias antes e depois do financiamento obtido, foi solicitada uma avaliação dos mesmos sobre alguns indicadores básicos de desenvolvimento social. Os resultados são apresentados na Tabela 20.

Tabela 20 - Qualidade de vida das famílias antes e depois dos financiamentos dos empreendimentos coletivos do Banco da Terra

Qualidade de Vida Fatores	Adimplentes					Inadimplentes				
	% em pontos da escala					% em pontos da escala				
	Piorou muito	Piorou um pouco	Está como antes	Melhorou um pouco	Melhorou muito	Piorou muito	Piorou um pouco	Está como antes	Melhorou um pouco	Melhorou muito
Moradia da família	0	0	0	100	0	5	0	37	32	26
Transporte que a família utiliza	0	0	100	0	0	16	16	11	36	21
Saúde da família	100	0	0	0	0	11	16	21	41	11
Alimentação da família	0	100	0	0	0	0	0	32	47	21
Acesso da família a bens como televisão, geladeira, fogão	0	0	0	0	100	0	0	26	53	21
Ganhos da família	100	0	0	0	0	6	17	38	28	11
Acesso a serviços públicos (água, luz, telefone, etc)	0	100	0	0	0	11	11	11	46	21
Educação de crianças da família	0	0	0	0	100	16	5	16	42	21
Patrimônio da família	100	0	0	0	0	26	11	16	36	11

Uma rápida vista na Tabela revela que a amostra entrevistada está longe de convergir na avaliação dos avanços obtidos pelo Programa. Os beneficiários inadimplentes se distribuem entre os contentes e descontentes com os avanços obtidos a partir do financiamento dos seus lotes. A maioria acredita que melhorou em termos de alimentação da família, no acesso a equipamentos domésticos, como TV, geladeira e fogão, no acesso a educação das crianças, no acesso a serviços públicos (água, luz, telefone) e no transporte utilizado pela família. As percepções negativas referem-se principalmente aos indicadores de avanço econômico, os ganhos e o patrimônio das famílias, com avaliações tendendo para a parte negativa da escala. A Figura 1 ilustra a percepção de beneficiários inadimplentes, uma vez que havia apenas um empreendimento adimplente na amostra.

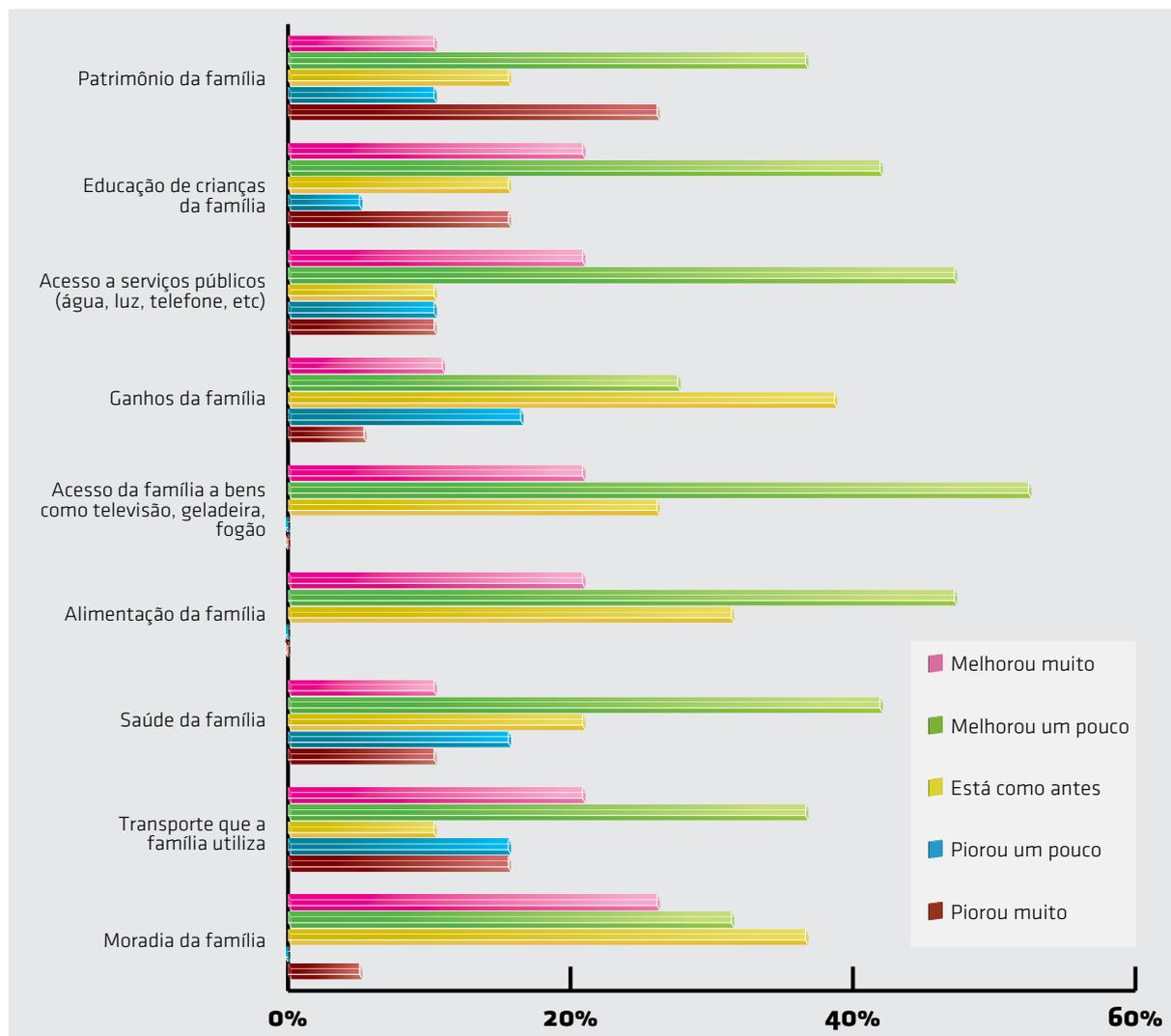


Figura 1 – Qualidade de vida antes e depois do financiamento: beneficiários inadimplentes.

Outra vez, os resultados são coerentes com as questões anteriormente analisadas e sugerem que, sob o ponto de vista dos beneficiários desse segmento do Programa, os resultados obtidos foram compensadores no plano da melhoria social, mas ainda se precisa avançar no plano do desenvolvimento econômico das famílias. Esse avanço passa pela obtenção de melhores resultados nas atividades produtivas agropecuárias nos empreendimentos.

5.1.7. Situação dos contratos e dificuldades para pagamento do financiamento

Os contratos de financiamento são regidos por normas bancárias que previam o ressarcimento do valor financiado com taxas de juros favorecidas, carências e prazos de restituição favoráveis à maturação dos empreendimentos coletivos financiados. Cláusulas de renegociação foram incluídas para permitir a correção de desvios e de imprevistos durante a execução dos projetos. Todavia, os recursos foram alocados sob a forma de empréstimos e os beneficiários se comprometeram a honrar os pagamentos das prestações dos financiamentos nos prazos determinados.

O controle da execução dos financiamentos revelou a existência de contratos com pagamentos de parcelas em atraso, em situação de inadimplência. Para conhecer as causas desse fenômeno indesejado, pesquisaram-se as razões para um empreendimento deixar de cumprir com as suas obrigações contratuais. As principais razões apontadas pelos entrevistados são apresentadas na Tabela 21.

No Estado de Goiás somente um empreendimento financiado estava em dia com o pagamento das parcelas do financiamento. O número médio de parcelas vencidas era de 4, e o saldo devedor médio dos empreendimentos inadimplentes era de cerca de 850 mil reais (o que representa um valor médio de R\$ 24.000,00 por família de associado, considerando-se uma média de 35 famílias por associação).

Durante as entrevistas, os beneficiários foram solicitados a atribuir um escore de 1 a 10 a razões dos atrasos dos pagamentos. As causas apontadas pelo atraso são descritas nas Tabelas 21 e 22. Há convergência sobre a maior influência de algumas causas, como a baixa renda produzida pelo empreendimento, a substituição frequente ou saída de associados, a seleção inadequada do beneficiário do crédito ou as despesas muito grandes do beneficiário, conforme mostra a Figura 02.

Tabela 21 - Situação atual dos contratos bancários dos empreendimentos coletivos e razões que influenciam inadimplência nos contratos

Variáveis	BT - Coletivo							
	Adimplentes (n=1)				Inadimplentes (n=20)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Situação de adimplência/inadimplência								
Saldo devedor total	1		540.000,00	.	3		854.666,67	321.504,80
Adimplência do empreendimento	1	100			0	0		
Parcelas vencidas	1		0	.	15		4,07	1,67
Razões para inadimplência (escala: 1=nenhuma influencia; 10= influência total)								
Seleção inadequada do beneficiário do crédito	1		8	.	20		5,90	3,37
Substituição frequente ou saída de associados	1		8	.	19		6,37	3,17
Despesas muito grandes do beneficiário	1		8	.	19		5,32	3,50
Orientação recebida de outras pessoas para não pagar a dívida	1		8	.	19		2,21	2,27
Certeza de que a dívida não será cobrada	1		8	.	19		3,26	3,16
Baixa renda produzida pelo empreendimento	1		8	.	19		6,84	3,22
Crença de que o governo deve dar a terra de graça	1		8	.	19		3,63	3,37
Imitação do comportamento de beneficiários que não pagam a dívida	1		7	.	18		3,28	2,87
Razões para inadimplência: Outra razão (ver Tabela 22)	1		10	.	19		4,42	4,27

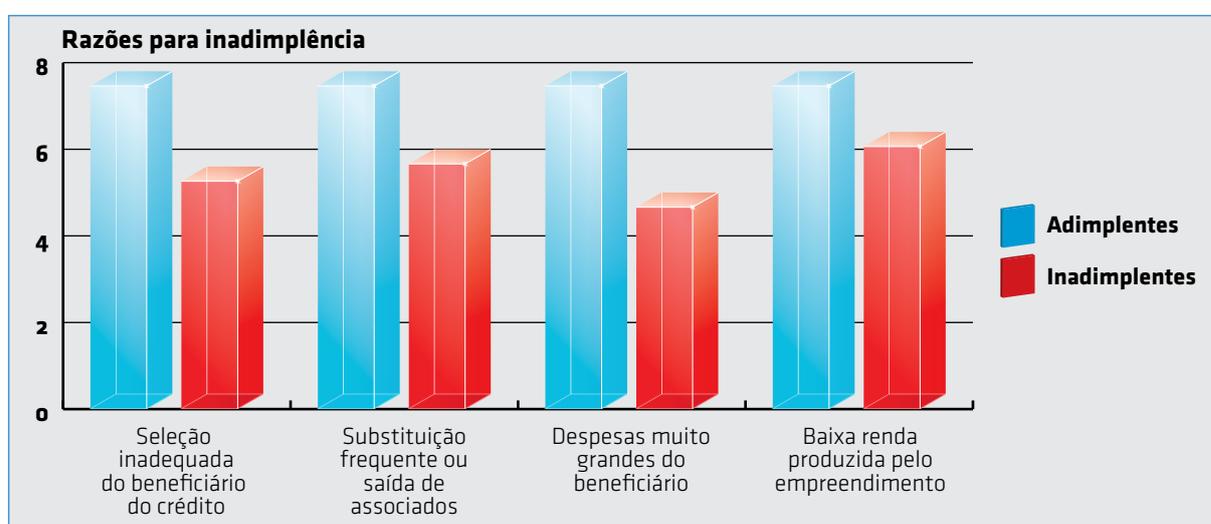


Figura 2 - Razão mais mencionada para a inadimplência

Não se pode relevar a influência, embora menor, de crenças pessoais sobre a necessidade, oportunidade ou legitimidade de pagamento da dívida assumida, por convicções próprias ou induzida por terceiros, como será posteriormente analisado. Aparentemente existe uma minoria que aceita essas razões para justificar suas situações de atraso com os financiamentos, como será observado na Tabela 24.

Tabela 22 - Razões para inadimplência: Outra razão

Outra razão	Adimplentes (n)	Inadimplentes (n)
A falta de recursos para trabalhar e pagar as dívidas		1
As pessoas compram o direito a terra e depois não se enquadram no processo atrapalhando todo o resto		1
Dificuldade de produzir e terra ruim com pouca água	1	1
Documentação errada ou incompleta da maioria		3
Dificuldade para formar o quadro social		1
Falta de condições iniciais		1
Falta de financiamento para produzir pessoas que vão embora e desmancham o quadro social		1
Falta de recursos (Pronaf)		3
O fato de não ser individualizada a dívida		1
O pessoal não entende a lei		1
Os (associados) que não foram substituídos formalmente pelos originais		1

A escala de avaliação utilizada para a importância das diversas razões foi de 1 a 10. O entrevistado de empreendimento adimplente atribuiu importância maior as variáveis avaliadas, em comparação com os avaliadores de empreendimentos inadimplentes. A pouca geração de renda pelos empreendimentos foi a principal causa para todos os entrevistados.

Tabela 23 - Renegociação e individualização do contrato. Alcance e dificuldades enfrentadas

Variáveis	BT - Coletivo			
	Adimplentes		Inadimplentes	
	n	%	n	%
Renegociação do contrato				
Renegociação do contrato	1	100	11	55
Razão para não renegociação: inexistência de interesse	0	0	0	0
Razão para não renegociação: burocracia e documentação	0	0	5	25
Razão para não renegociação: orientação sobre como fazer	0	0	0	0
Razão para não renegociação: Outra razão*	0	0	4	20
Adimplência com o financiamento da terra, após a ocorrência de renegociação	1	100	0	0
Individualização do contrato				
Individualização do contrato	0	0	1	5
Razão para a não ocorrência da individualização: falta de acordo entre associados	1	100	7	35
Razão para a não ocorrência da individualização: documentação necessária	0	0	8	40
Razão para a não ocorrência da individualização: custos cartoriais	1	100	6	30
Razão para a não ocorrência da individualização: quitação da dívida anterior	0	0	7	35
Razão para a não ocorrência da individualização: informação recebida sobre vantagem da individualização	0	0	4	20
Razão para a não ocorrência da individualização: Outro motivo*	0	0	8	40

*Outra razão: O BB não aceitou, não podem negociar com banco financeiro social; A troca constante de associados que não se enquadram atrapalha a renegociação; Falta de interesse dos órgãos públicos; Os recursos são escassos; Quadro social desmanchado.

As razões espontaneamente indicadas pelos entrevistados (Tabela 22) são variações em torno das razões já apontadas na Tabela 21. Não diretamente mencionadas anteriormente como razões são a questão burocrática da documentação (que possivelmente teria influência na contratação ou renegociação dos contratos) e a questão da individualização da dívida, que soluciona entraves de funcionamento interno das associações.

A renegociação e a individualização dos contratos foram mecanismos introduzidos nos normativos do Banco da Terra para aliviar situações desfavoráveis para os beneficiários do Programa. Visavam principalmente facilitar o ressarcimento dos créditos concedidos, criando condições mais favoráveis para os tomadores de crédito do Programa. Os resultados e dificuldades enfrentadas por esses mecanismos são apresentados na Tabela 23.

A renegociação dos contratos alcançou um maior percentual de beneficiários inadimplentes (55%) do que a individualização da dívida (somente 5%). Possivelmente, a facilidade maior para a realização da renegociação, cuja maior limitação mencionada foi a burocracia e documentação necessária, levou a esse resultado. Várias limitações foram associadas ao processo de individualização, algumas de caráter interno das associações (falta de consenso interno entre os associados, necessidade de quitar a dívida existente, dificuldade em reunir a documentação necessária). De uma forma geral, a individualização dos contratos, embora possa ter um alcance muito mais abrangente no equacionamento dos problemas de inadimplência das associações, aparenta embutir complexidades que ainda não foram assimiladas pelos beneficiários do Programa.

Um fato curioso é que a renegociação dos contratos não solucionou a inadimplência dos beneficiários que passaram pelo processo, que continuaram quase todos (com uma única exceção) na mesma situação.

Para efeito de avaliação das crenças dos beneficiários do Programa sobre a questão fundiária, foram propostas algumas diretrizes aos entrevistados, de forma a conhecer o pensamento dessa comunidade sobre temas complexos. O resultado é apresentado na Tabela 24.

Tabela 24 - Crenças dos beneficiários de empreendimentos coletivos do Banco da Terra sobre o valor da terra e sua posse.

Variáveis (Escala: 1= discorda totalmente da afirmação; 10= concorda totalmente com a afirmação)	BT - Coletivo					
	Adimplentes (n=1)			Inadimplentes (n=20)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
É dever do governo financiar a terra	1	10	.	20	8,85	1,63
Programas de acesso coletivo a terra não funcionam	1	10	.	19	8,32	2,83
A terra deveria ser garantida de graça para todos	1	10	.	20	7,60	3,42
A terra por si só não garante o sucesso na agricultura	1	10	.	20	7,25	2,86
A terra por si só é um patrimônio que garante o futuro do agricultor	1	8	.	20	7,20	3,02

Os entrevistados acreditam que o financiamento da terra é obrigação do governo, mas programas de acesso coletivo a terra não funcionam. Creem que a terra deveria ser oferecida de graça a todos, mas só a posse da terra não é garantia de sucesso na agricultura. Acreditam que terra é patrimônio e garantia de futuro.

As crenças dos beneficiários do Programa possivelmente têm influência sobre as decisões tomadas por eles na condução dos seus empreendimentos. A grande rejeição ao modelo coletivo de produção (média 8,32) possivelmente se reflete no funcionamento interno das associações e nas dificuldades enfrentadas pelas mesmas. Ocorre que o associativismo é a melhor estratégia para pequenos produtores familiares enfrentarem os mercados de insumos e de produtos. Ao rejeitar essa forma de organização da produção os produtores rechaçam um dos mecanismos mais efetivos para viabilização da agricultura familiar.

É provável que a forma como o Programa de empreendimentos coletivos foi conduzido seja a causa da rejeição desse modelo pelos beneficiários. As limitações apontadas anteriormente, principalmente aquelas da Figura 2, resultaram em um desempenho pouco convincente do Programa e em descrédito do modelo.

Um curso de ação demandado no futuro é a recuperação da imagem positiva da cooperação e do empreendimento coletivo, com casos de sucesso que demonstrem de forma inequívoca as vantagens desse modelo de produção para a agricultura familiar.

Finalmente, foi investigada qual a percepção dos beneficiários do Programa sobre as condições impostas pelos financiamentos, definidas nas normas operativas seguidas pelos agentes financeiros. O resultado dessa avaliação está contido na Tabela 25 e na Figura 3.

Tabela 25 - Grau de satisfação com as condições do financiamento

Satisfação com condições do financiamento (Escala: 1=totalmente insatisfeito; 10=muito satisfeito)	BT - Coletivo					
	Adimplentes (n=1)			Inadimplentes (n=20)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Valor total do financiamento da terra	1	1	.	18	3,94	3,64
Prazo de carência do financiamento	1	8	.	19	5,53	3,49
Valor das parcelas a serem pagas	1	1	.	19	4,00	2,47
Financiamento de projetos de infraestrutura	1	1	.	19	3,53	2,86
Documentação exigida para entrada	1	10	.	19	5,37	3,22
Procedimento para seleção do beneficiário	1	5	.	19	5,11	3,35
Forma de escolha do imóvel	1	8	.	19	5,68	3,32
Procedimento para substituição de associados	1	8	.	19	4,21	3,34
Procedimento para exclusão de associados	1	8	.	17	6,29	3,26
Orientação/informação recebidas para renegociação da dívida	1	10	.	17	5,94	3,56
Orientação/informação para individualização da propriedade e da dívida	1	10	.	18	6,17	3,28
Capacitação inicial para fazer proposta	1	8	.	18	6,00	3,18

Uma primeira constatação é que o entrevistado do empreendimento adimplente mostra um grau de satisfação muito maior do que os entrevistados de associações inadimplentes. As médias obtidas para satisfação com os indicadores avaliados são duas vezes mais altas para o segmento de adimplentes.

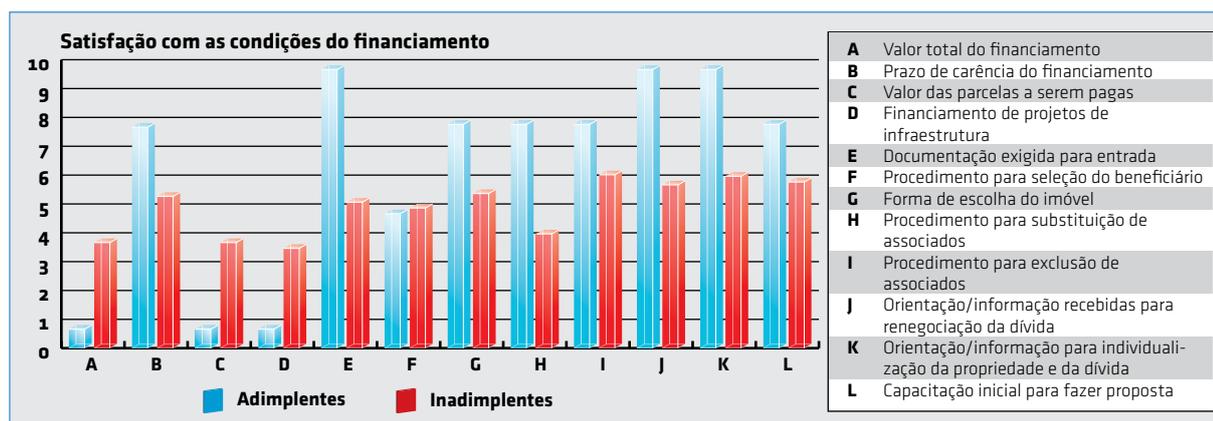


Figura 3 - Grau de satisfação com as condições do financiamento

As variáveis *Procedimento para exclusão de associados*, *Orientação/informação para individualização da propriedade e da dívida* e *Capacitação inicial para fazer proposta* foram as melhores avaliadas pelos beneficiários inadimplentes, mas as avaliações alcançaram apenas 60% do valor que poderia ser atribuído.

Por outro lado os maiores descontentamentos foram registrados para as variáveis *Valor total do financiamento da terra*, *Financiamento de projetos de infraestrutura*, *Procedimento para substituição de associados* e *Valor das parcelas a serem pagas*, cujas médias de avaliação indicam que os beneficiários estariam muito insatisfeitos com essas normas de atuação do Programa.

A Figura 3 ilustra visualmente esses resultados, acentuando as diferenças de visão entre os beneficiários de empreendimentos inadimplentes e adimplente.

5.1.8. Características da associação (formação, composição, alterações, funções, forma de decisão)

A constituição e forma de operação de uma associação podem determinar a natureza do seu desempenho e o grau de sucesso do empreendimento. Por isso, foi incluído na pesquisa de campo questões sobre as características das associações e dos seus membros. Procurou-se identificar o número de associados de cada empreendimento, a idade e grau de instrução formal dos associados, a experiência prévia do associado ou de sua família em produção agropecuária em dois momentos. Os resultados são apresentados na Tabela 26.

Tabela 26 - Composição da associação e escolaridade das famílias no empreendimento

Variáveis	BT - Coletivo					
	Adimplentes (n=1)			Inadimplentes (n=20)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Número de famílias associadas	1	22	.	19	29,58	9,81
Número de mulheres responsáveis pela dívida junto ao banco na associação	1	4	.	17	8,24	6,72
Número de associados entre 18 e 28 anos na associação	1	0	.	18	2,11	2,14
Número de associados entre 29 e 32 anos na associação	1	3	.	16	6,69	10,65
Número de associados que se consideram negros	1	0	.	18	11,94	12,39
Número de associados/pessoas da família com experiência prévia em agricultura (no momento da contratação)	1	22	.	16	24,38	13,69
Número de associados/pessoas da família com experiência em agricultura, no momento atual	1	22	.	18	21,44	9,95
Número de associados/pessoas da família com experiência anterior como empregados temporários em fazendas	1	22	.	14	16,36	8,59
Número de associados/pessoas da família que não sabem ler nem escrever	1	2	.	19	2,47	3,06
Número de associados/pessoas da família com primário incompleto	1	0	.	11	8,18	9,43
Número de associados/pessoas da família com o primário completo	1	17	.	12	5,17	3,30
Número de associados/pessoas da família com ginásio incompleto	1	0	.	11	4,55	4,11
Número de associados/pessoas da família com ginásio completo	1	0	.	10	4,30	6,15
Número de associados/pessoas da família com 2º grau incompleto	1	0	.	11	2,73	3,04
Número de associados/pessoas da família com 2º grau completo ou superior	1	3	.	12	3,33	3,63

Os números obtidos revelam associações compostas por aproximadamente 30 associados, com um terço de sócios do sexo feminino e dois terços masculinos, com uma predominância de sócios com mais de 32 anos. Somente cerca de 10% dos associados estão na faixa de idade de 18 a 28 anos. Cerca de 40% dos associados se considera negro (11,94/29,58).

A experiência na agricultura foi considerada alta (cerca de 82%) entre os associados, tanto no momento da contratação do financiamento (24,38/29,58), quanto no momento da entrevista (21,44/29,58, cerca de 72%). Mais da metade dos associados ou membros da família tiveram experiência anterior como empregado temporário em fazendas.

O perfil de educação formal se distribui em todos os níveis, sendo um percentual baixo de analfabetos (menos de 10%), uma maior concentração de associados/membros de famílias com nível primário incompleto ou completo (36%). O número de associados/pessoas da família com ginásio incompleto ou completo foi estimado pelos entrevistados em cerca de 30% da associação. Cerca de 23% dos associados/membros das famílias possuem segundo grau incompleto ou completo, segundo os entrevistados.

Sob o ponto de vista da adoção de inovações, o perfil de educação formal dos produtores agrícolas é uma das variáveis mais influentes para acelerar o processo. Vários estudos têm apontado que produtores rurais com maior nível de educação formal apresentam maior receptividade a inovação tecnológica e gerencial e como consequência, melhor desempenho em suas atividades produtivas.

A composição inicial da associação no início do contrato de financiamento tem sido alterada por desistências e substituições de associados. Essas mudanças podem alterar para melhor ou para pior o desempenho das associações. Foram elaboradas algumas questões para investigar esse tema nas entrevistas realizadas e os resultados são apresentados na Tabela 27.

Tabela 27 - Mudanças ocorridas na associação e seus impactos

Variáveis	BT - Coletivo							
	Adimplentes				Inadimplentes			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Associados que deixaram a associação	1		17	.	18		21,61	9,68
Associados filiados formalmente, após primeira formação	1		7	.	16		15,13	12,09
Associados excluídos da associação	1		2	.	18		5,89	10,99
Associados filiados informalmente	1		10	.	16		14,63	24,55
Impacto de mudanças na associação: Aumento na parcela da dívida dos associados que ficaram	1	100			10	50		
Impacto de mudanças na associação: Incentivo para outros deixarem a associação	0	0			5	25		
Impacto de mudanças na associação: Maior motivação para o trabalho entre os que ficaram	0	0			11	55		
Impacto de mudanças na associação: Incentivo para novas filiações à associação	1	100			7	35		
Impacto de mudanças na associação: Melhoria da associação	1	100			9	45		
Impacto de mudanças na associação: Outro resultado	1	100			11	55		

Um primeiro fato a chamar a atenção é o número de associados que deixaram a associação e os que se filiaram formalmente, após primeira formação. Considerando o número médio de associados por associação da Tabela 26 (em torno de 30), o percentual de abandonos seria de 70%, com uma taxa de substituição formal de 50%

e de substituição informal também próxima a 50%. Esses números indicam um alto grau de rotatividade na propriedade dos lotes, que pode ser causada por vários motivos, entre os quais insucesso na gestão dos empreendimentos e até especulação com a terra adquirida via financiamento.

A filiação informal (de quase 50% dos associados) é uma possível fonte futura de dificuldades. Os associados informais estão contribuindo para o pagamento de financiamento em nome de terceiros e podem enfrentar problemas no momento de formalizar a posse definitiva dos seus lotes.

Por último, os entrevistados avaliaram o impacto dessa rotatividade na gerência da associação. As avaliações se dividiram entre impactos positivos e negativos. Aumento da motivação para o trabalho e consequente melhoria da associação foram as vantagens apontadas. Como desvantagens, o aumento na parcela da dívida dos associados que ficaram e o incentivo para outros abandonos.

O papel das associações, as funções que as mesmas desempenham (ou desempenharam) foi também tema de investigação junto aos entrevistados. A Tabela 28 apresenta as respostas obtidas.

Tabela 28 - Funções desempenhadas pela associação

Variáveis (Funções desempenhadas pela associação)	BT - Coletivo			
	Adimplentes		Inadimplentes	
	n	%	n	%
Seleção e compra do imóvel	1	100	8	40
Projeto de infraestrutura econômica e de produção	1	100	6	30
Seleção de novos beneficiários	1	100	9	45
Exclusão de beneficiários inadimplentes	0	0	2	10
Compra de produtos para a agricultura	0	0	3	15
Venda de produtos do empreendimento	0	0	0	0
Contratação de serviços de assistência técnica	0	0	10	50
Contratação de serviços de contabilidade	1	100	12	60
Contratação de serviços de topografia	1	100	15	75
Organização de mutirões	0	0	11	55
Apoio à gerência de lotes dos associados	1	100	8	40
Controle financeiro da associação	1	100	9	45
Pagamento do financiamento	1	100	5	25
Apoio a associados em risco de inadimplência	1	100	7	35
Juntada de documentação	1	100	16	80
Outra função*	1	100	4	20

O número de respostas válidas variou muito, o que sugere que as funções desempenhadas pelas associações não são totalmente conhecidas pelos associados das mesmas. O rol de funções desempenhadas é vasto, mas aquelas comuns à maioria são a juntada de documentação (80%), contratação de serviços de topografia (75%), contratação de serviços de contabilidade (60%), seleção e compra do imóvel e de novos beneficiários. Com menor número de respostas válidas aparecem o controle financeiro da associação e a organização de mutirões.

O perfil de respostas obtido sugere uma associação com funções focadas na organização inicial e gestão do processo de contratação dos financiamentos e com uma menor (ou mesmo reduzida) atuação na implantação do projeto da associação. Funções mais estratégicas para o sucesso dos empreendimentos, como gestão de aquisições de insumos, produção e vendas coletivas, agregação de valor via agro industrialização, assistência técnica e gerencial aos associados não foram mencionadas e são potenciais papéis que deveriam ser desempenhados pelas associações.

Foi ainda analisada a forma como a decisão está sendo tomada no âmbito das associações, se de forma colegiada, com envolvimento dos associados ou de forma centralizada na Diretoria ou no Presidente (Tabela 29).

Tabela 29 - Tomada de decisão e sua implementação no empreendimento

Variáveis		Adimplentes		Inadimplentes	
		n	%	n	%
Participação do Presidente, da Diretoria e dos associados na tomada de decisões	1= O presidente da associação decide sozinho	0	0	0	0
	2= A Diretoria da associação decide sozinha	0	0	0	0
	3= A diretoria toma decisão consultando um pequeno grupo de associados	0	0	0	0
	4= A diretoria toma decisão consultando a maioria dos associados	1	100	20	100
Frequência de implementação de decisões tomadas pela associação colocadas em prática	1= poucas vezes	0	0	7	35
	2= na maior parte das vezes	0	0	7	35
	3=sempre	1	100	6	30
Participação dos associados, em reuniões	1= a maioria não comparece às reuniões	0	0	14	70
	2= a maioria comparece mas não participa	0	0	1	5
	3= a maioria comparece e participa	1	100	5	25
Participação dos associados, em mutirões	0= não são feitos mutirões na associação	0	0	0	0,00
	1= poucos participam destes mutirões	1	100	8	57,14
	2= quase a metade dos associados sempre participa destes mutirões	0	0	2	14,29
	3= a maioria participa destes mutirões	0	0	4	28,57

A tomada de decisões do Presidente, da Diretoria está sendo feita consultando a maioria dos associados para a totalidade dos entrevistados (recordando-se que 50% dos entrevistados não pertenciam a diretoria). A dificuldade é por em prática a decisão tomada, o que sempre ocorre somente em 30% dos casos.

A participação dos associados é limitada, já que se estima que 70% não comparece e somente em 25% das associações a maioria dos associados comparece e participa das reuniões. Perfil semelhante de participação é obtido em relação aos mutirões.

Os números apresentados sugerem uma incipiente atuação cooperativa nas associações e a necessidade de assistência técnica e gerencial para motivação e capacitação dos associados em associativismo.

5.1.9. Rede de apoio e capital social

O apoio técnico, gerencial e motivacional é fundamental para o bom desempenho dos empreendimentos familiares financiados pelo PCNF. É função dessa rede de apoio pública e privada, identificar e remover obstáculos, para possibilitar o desenvolvimento social e econômico dos empreendedores financiados.

A Tabela 30 apresenta uma avaliação feita pelos entrevistados sobre a qualidade do apoio recebido de organizações sociais e de assistência técnica, incluindo a frequência de interação dos empreendimentos com essas organizações.

Tabela 30 - Apoio recebido de organizações de assistência

Variáveis	BT - Coletivo					
	Adimplentes (n=1)			Inadimplentes (n=20)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Qualidade do apoio recebido de organizações de assistência/sociais (Escala: 1= nenhum apoio; 10= total apoio)						
Extensão pública (Emater)	1	10	.	20	5,55	3,69
Extensão privada	1	2	.	20	4,45	3,43
Movimentos sociais	1	1	.	20	2,00	1,95
ONGs	1	1	.	20	1,50	1,67
Prefeituras	1	4	.	20	3,70	2,58
UTE	1	8	.	20	4,35	2,92
Sindicato	1	1	.	20	4,20	3,05
Frequência de interação com organizações de assistência/sociais (Número de vezes/ano)						
Visitas da UTE	1	1	.	20	1,20	1,11
Visitas de Agente Financeiro	1	1	.	20	0,25	0,79
Visitas de organização de ATER	1	2	.	19	3,37	4,49
Visitas de sindicato	1	0	.	20	0,95	1,64
Visitas de ONGs	1	0	.	20	0,05	0,22
Visitas de Movimentos sociais	1	0	.	20	0,80	2,69

A extensão pública (Emater), a extensão privada, a UTE e o Sindicato são reconhecidos como os que prestam maior apoio relativo aos empreendimentos, embora as avaliações apresentem valores baixos, o que sugere que os entrevistados sentem necessitar de muito mais apoio que o que tem sido oferecido.

Tabela 31 - Responsabilidades por Assistência Técnica, em diversos momentos do projeto produtivo

Variáveis	BT - Coletivo			
	Adimplentes		Inadimplentes	
	n	%	n	%
Responsabilidade por AT, na elaboração do projeto				
Extensão pública (Emater)	1	100	7	35
Extensão privada	0	0	10	50
Outro	1	100	3	15
Responsabilidade por AT, na implantação do projeto (Pronaf A)				
Extensão pública	1	100	7	35
Extensão privada	1	100	8	40
Movimentos sociais	0	0	1	5
Responsabilidade por AT, no presente				
Extensão pública	1	100	12	60
Extensão privada	0	0	6	30
Responsável por assistência técnica, atualmente: Outro.	0	0	1	5

A frequência de interações entre as redes de apoio e os associados é baixa, em média 3 visitas por ano da assistência técnica e uma visita da UTE do PNCF. Este resultado corrobora a necessidade de intensificação desses apoios, notadamente de assistência técnica e gerencial.

Foi tentada uma decomposição das atribuições e identificação de responsáveis pela assistência técnica ao longo do processo de planejamento, implantação e operação dos empreendimentos coletivos. Os resultados são apresentados na Tabela 31.

A extensão privada teve um papel mais proeminente nas etapas de planejamento e implantação dos projetos, diminuindo sua presença no momento atual. Com a finalização da implantação inicial dos projetos, a extensão oficial aumentou sua presença, substituindo a extensão privada.

5.1.10. Recursos locais

O modelo de assentamento coletivo oferece vantagens em relação ao modelo de assentamento individual, em função da concentração espacial dos beneficiários, o que facilita a oferta de serviços públicos as comunidades formadas e possivelmente tem influência na fixação dos beneficiários em seus lotes.

Foi feita uma avaliação da percepção dos entrevistados sobre a qualidade dos serviços básicos disponíveis para atender aos empreendimentos. O resultado é apresentado na Tabela 32.

Tabela 32 - Qualidade de serviços disponíveis

Qualidade de serviços (Escala: 1=Serviço péssimo; 10= excelente)	Adimplentes			Inadimplentes		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Água encanada	1	2	.	19	4,84	3,32
Luz	1	4	.	20	6,75	2,63
Telefone	1	2	.	19	3,37	3,39
Atendimento de saúde	1	3	.	19	3,84	2,91
Escola	1	8	.	18	6,11	2,42
Transporte em geral	1	6	.	20	4,25	3,43
Transporte Escolar	1	6	.	19	5,79	2,72
Estradas de ligação do empreendimento com a sede do Município	1	2	.	20	4,05	2,80

Fornecimento de luz, escola e transporte escolar foram os serviços melhor avaliados, porém num nível de qualidade razoável a bom. Telefone, atendimento de saúde e estradas de ligação com a sede do município receberam as avaliações mais baixas. Fornecimento de água foi avaliado como sofrível.

Tais resultados indicam que o apoio a produção, em forma de infraestruturas de comunicações e qualidade de vida necessitam avançar, para garantir a ocupação permanente dos lotes e a diminuição da rotatividade nas associações.

5.2. Banco da terra – Empreendimentos individuais

O financiamento do Banco da Terra para empreendimentos individuais, interrompidos em 2003, permitia que as famílias interessadas selecionassem e adquirissem a terra de sua escolha, com crédito fundiário fornecido pelo governo através de um agente financeiro oficial. Um projeto de implantação de atividades produtivas era elaborado, para gerar rendas que pudessem manter as famílias assentadas e amortizar o financiamento concedido. A gestão do projeto era feita pelos beneficiários, que tomavam todas as suas decisões.

Nos itens seguintes, a informação coletada sobre os empreendimentos individuais é apresentada e discutida. O conjunto dessa informação constitui o perfil do beneficiário do empreendimento individual do Banco da Terra.

Por definição do MDA, a pesquisa sobre o Banco da Terra – Empreendimentos Individuais foi realizada nos Estados do Paraná e Goiás. A Tabela 33 resume as entrevistas realizadas em cada Estado, considerando o número de empreendimentos adimplentes e inadimplentes realizados.

Tabela 33 - Número de entrevistas realizadas por Estado e situação de adimplência

Quantidade de entrevistas realizadas por Estado – BT Individual	Adimplentes	Inadimplentes
Goiás	7	20
Paraná	21	81
Total	28	101

O levantamento de campo foi realizado nos meses de maio a julho de 2011 e contou com a participação de quatro equipes de pesquisadores de campo e respectivos apoios locais. Detalhes da metodologia empregada foram apresentados na seção 4 desse trabalho.

5.2.1. Caracterização do imóvel

Da mesma forma como realizado com o levantamento sobre os empreendimentos coletivos, o primeiro bloco de questões examinou as principais características dos imóveis financiados em termos de área, exploração, reserva legal, uso atual; levantou o grau de qualidade dos solos e topografia desses imóveis e a qualidade e disponibilidade de água; avaliou a existência de infraestrutura nos imóveis; realizou a caracterização da produção agropecuária (criações e cultivos) e o emprego de tecnologias de produção animal e vegetal nas atividades exploradas; levantou os principais problemas enfrentados pelos empreendimentos na produção animal e vegetal; como a produção é financiada; o uso quantitativo de mão de obra no empreendimento e as suas relações com o mercado.

Os elementos de cada um desses fatores são apresentados e discutidos nas Tabelas seguintes.

Tabela 34 - Caracterização dos imóveis dos empreendimentos individuais do Banco da Terra nos Estados de Paraná e Goiás

Variáveis	BT - Individual							
	Adimplentes (n=28)				Inadimplentes (n=101)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Área total do imóvel (ha)	27		7,89	4,71	99		8,22	4,06
Área com plantação e criação, no imóvel (ha)	27		5,73	3,51	92		6,15	3,20
Área de floresta (ha)	22		0,35	0,72	81		1,05	1,75
Área de reserva legal (ha)	19		1,52	1,16	69		1,67	1,74
Não retira produtos da reserva legal	26	92,86			88	87,13		
Retira algum tipo de produto da reserva legal, como frutas, caça, lenha, madeira, carvão, outros.	2	7,14			13	12,87		
Registro da reserva legal em cartório	28	100,00			82	81,19		

Uma primeira caracterização obtida do empreendimento individual nos Estados do Paraná e de Goiás está contida na Tabela 34. As variáveis que caracterizam o imóvel financiado são apresentadas na primeira coluna da Tabela. O "n" indica o número de respostas válidas obtidas nas entrevistas realizadas. As respostas obtidas são expressas em percentuais (%) ou em médias e desvios padrões (DP), que medem a dispersão em torno da média.

A área média dos empreendimentos foi de 7,89 ha para os empreendimentos adimplentes e de 8,22 ha para os empreendimentos inadimplentes, com uma dispersão para mais ou menos 4 ha. Levando em consideração a dispersão representada pelo DP, teríamos áreas de 3,18 a 12,6 ha e de 4,16 a 12,28 ha respectivamente, o que sugere semelhança dos dois grupos neste aspecto.

A área ocupada com produção agropecuária tem uma variação de 2,22 a 9,24 ha para os adimplentes e de 2,95 a 9,35 ha para os inadimplentes, muito semelhantes. A taxa de ocupação do espaço produtivo é de 72 e 75% respectivamente, também muito semelhante quando se comparam os dois grupos. Essas semelhanças sugerem que o tamanho das áreas e a taxa de ocupação com atividades produtivas não explicam eventuais diferenças de desempenho econômico dos empreendimentos e suas capacidades de gerar rendas.

Existem diferenças entre os dois grupos em relação ao tamanho da área de florestas e semelhanças em relação ao tamanho da reserva legal. Nos dois grupos, a maioria dos entrevistados declara não explorar a reserva legal e um pequeno percentual de inadimplentes retira madeira, lenha e frutas.

Praticamente todos os entrevistados registraram em cartório a área de reserva legal de seus lotes.

A qualidade das terras e a disponibilidade de água de qualidade são fatores que influenciam o desempenho dos empreendimentos e podem constituir-se em um fator limitante a geração de renda. A Tabela 35 apresenta os resultados das entrevistas, considerando o segmento de empreendimentos adimplentes e inadimplentes.

As percepções dos entrevistados sobre a qualidade dos solos e topografia dos terrenos em suas propriedades e sobre a disponibilidade e a qualidade de água, tanto para suprir as atividades produtivas, quanto para o consumo humano foram investigadas. As terras foram avaliadas de maneira semelhante pela maioria dos entrevistados (85%) dos dois grupos, como sendo de boa fertilidade, embora uma proporção substantiva dos entrevistados tenha registrado a ocorrência de terrenos pedregosos, manchas de solos arenosos (portanto impróprios para a agricultura) e existência de solos ácidos (que demanda correções com custosos dispêndios em insumos). A disponibilidade de água na região foi avaliada como insuficiente para atender as necessidades produtivas e humanas para a maioria dos entrevistados, sendo mais crítica para o grupo dos beneficiários inadimplentes.

Compactação do solo e erosão foi registrada ocorrendo nas propriedades para 28% e 46% dos entrevistados para beneficiários adimplentes e inadimplentes respectivamente. Estes problemas, mais difundidos nas propriedades dos beneficiários inadimplentes, são indicadores de pouco uso de práticas culturais adequadas na exploração agropecuária e são fatores de empobrecimento para os produtores e de riscos à sustentabilidade ambiental.

Em relação à topografia, predominam empreendimentos com declive suave (75%, número aproximado) ou em menor escala terrenos planos (35%). Este fator facilita a mecanização das atividades agropecuárias e favorece a aplicação de tecnologias de conservação de solos. Somente uma pequena fração das propriedades declarou situar-se em terrenos montanhosos, nos quais a mecanização é mais limitada e a necessidade de práticas de conservação de solos maior.

A disponibilidade e qualidade de água nas propriedades para os dois grupos foram pesquisadas. A disponibilidade de água é pouca, sendo considerada escassa para aproximadamente a metade dos empreendimentos. Menos da metade dos entrevistados declaram possuir fonte de água no próprio terreno e mais de 60% possuem fontes de água fora dos lotes, o que limita os volumes disponíveis nas propriedades. Uma minoria em ambos os grupos possuem poços artesianos.

Tabela 35 - Qualidade de solos, disponibilidade e qualidade da água em imóveis nos empreendimentos individuais do BT nos Estados do Paraná e de Goiás

Variáveis	BT - Individual				
	Adimplentes (n=28)		Inadimplentes (n=101)		
	n	%	n	%	
Qualidade dos solos e topografia					
Considera terras férteis e com boa produção	24	85,71	85	84,16	
Existência de pedras no terreno	12	42,86	43	42,57	
Existência de areia no terreno	13	46,43	38	37,62	
As terras são pobres e ácidas	13	46,43	58	57,43	
Escassez de água no terreno (aridez)	13	46,43	49	48,51	
Presença de erosão no terreno	8	28,57	47	46,53	
Compactação das terras	10	35,71	38	37,62	
Terreno plano	9	32,14	34	33,66	
Terreno com declive suave	21	75,00	66	65,35	
Terreno ondulado	1	3,57	16	15,84	
Terreno montanhoso	2	7,14	7	6,93	
Qualidade e disponibilidade de água					
Fonte de água no imóvel	13	46,43	44	43,56	
Fonte de água fora do imóvel	17	60,71	65	64,36	
Poço artesiano	4	14,29	7	6,93	
Proteção para fonte no imóvel	0=Nenhuma	7	25,00	10	9,90
	1=Mata ao redor da fonte	10	35,71	38	37,62
	2=Outra	0	0,00	1	0,99
Qualidade da água que abastece o imóvel	0=Ruim	3	10,71	5	4,95
	1=Boa, se tratada	8	28,57	42	41,58
	2=Excelente	12	42,86	48	47,52
Suficiência da água que abastece o imóvel para o consumo humano e animal	13	46,43	38	37,62	

Somente em 35% das propriedades se protege as fontes de água com mata ao seu redor. Em relação à qualidade para consumo humano, para a maioria dos entrevistados a água é classificada como boa (se tratada) a excelente.

A existência de infraestruturas nos empreendimentos coletivos (casas, instalações sanitárias, construções para armazenamento de água e de produtos, cercas, estradas internas e de acesso a propriedade) foi pesquisada. A Tabela 36 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 36 - Infraestrutura existente no imóvel em empreendimentos individuais do BT nos Estados do Paraná e de Goiás.

Variáveis		BT - Individual							
		Adimplentes (n=28)				Inadimplentes (n=101)			
		n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Construção da casa (Escala: 0= não foi construída; 1= parcialmente construída; 2= totalmente construída)		28		1,21	0,69	101		1,23	0,65
Banheiro (vaso e chuveiro)		22	78,57			78	77,23		
Armazenamento de água		20	71,43			75	74,26		
Armazéns, silos ou depósitos para a produção agrícola		8	28,57			31	30,69		
Cercas	Não há cercas no empreendimento	12	42,86			32	31,68		
	As cercas estão totalmente concluídas	11	39,29			46	45,54		
	As cercas estão parcialmente concluídas	5	17,86			23	22,77		
Estradas ou carreadores internos, no empreendimento (Escala: 0= não foi construída; 1= parcialmente construída; 2= totalmente construída).		28		1,29	0,81	100		1,26	0,72
Outra infraestrutura no imóvel, para plantação ou criação*		20	71,43			60	59,41		

Um fator importante para o desempenho produtivo da agricultura familiar é a residência das famílias na propriedade, já que a mão de obra utilizada nas operações de produção é em geral proveniente do próprio grupo familiar e em geral as vias de acesso aos empreendimentos são precárias. Casa com instalações sanitárias apropriadas, disponibilidade de água de qualidade, instalações elétricas, armazéns e depósitos para equipamentos, produtos e animais, cercas para delimitar as propriedades, estradas e carreadores para permitir a movimentação interna e externa são fatores de grande importância para a fixação dos assentados em seus empreendimentos.

A maioria dos beneficiários construiu parcialmente suas casas (média 1,21). Em cerca de 77% delas há instalações sanitárias com bacia sanitária e chuveiro (empreendimentos inadimplentes). Em iguais proporções nos dois grupos existem estruturas para armazenamento de água.

A situação é menos favorável no que tange a existência de infraestruturas produtivas, (armazéns, silos ou depósitos para a produção agrícola) para as quais apenas um terço dos entrevistados inadimplentes declara dispor dessas facilidades no empreendimento. De forma semelhante, cercas, estradas e carreadores internos e externos foram parcialmente construídos, para a maioria dos associados nos empreendimentos entrevistados.

Além dessas benfeitorias, foram mencionadas outras infraestruturas que não constavam da relação proposta aos entrevistados e são apresentadas na Tabela 37.

Parte dessas benfeitorias poderia ser incluída no rol das infraestruturas quantificadas na Tabela 36. Todavia, essa adição não modifica o quadro de deficiência apresentado pelos empreendimentos e possivelmente é um fator que limita o desempenho de muitos beneficiários do Programa.

Tabela 37 - Outra infraestrutura no imóvel de beneficiários individuais do BT, para plantação ou criação

Outra infraestrutura no imóvel	Adimplentes	Inadimplentes
Açudes		1
Barracão para tratores	1	4
Bebedouro e reservatório d'água		1
Caixa d'água para coletar água de chuva		1
"Casa de venenos"(armazenamento de defensivos agrícolas)		2
Casa de resfriador		1
Câmara fria	1	
Cerca elétrica		1
Chiqueiro	1	8
Cocheira		1
Curral	4	6
Estábulo		11
Estufas	4	4
Granja	1	
Mangueira para gado		5
Paio		3
Parreira com sombrite	1	1
Pasto formado	2	11
Represa	3	5
Sistema de irrigação		1
Sistema de irrigação (por gotejamento, microaspersão)	1	3
Tela plásticas para proteger de granizo, pássaros e morcegos	1	
Terreirão	1	5
Trator		2
Tulha		2

5.2.2. Caracterização da produção rural

Um fator importante para o sucesso dos empreendimentos é o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes financiados, o que pode gerar produtos para o consumo das famílias e gerar rendas para o crescimento econômico dos beneficiários. A geração de rendas é essencial para a quitação das dívidas assumidas com o financiamento dos empreendimentos.

Foi investigado o estado atual das atividades produtivas dos empreendimentos das famílias entrevistadas, considerando o tipo de exploração (agrícola ou produção animal) e a destinação da produção, se para mercado ou para autoconsumo. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 38.

Tabela 38 - Destinação da produção agropecuária nos empreendimentos individuais do BT

Variáveis	BT - Individual			
	Adimplentes (n=28)		Inadimplentes (n=101)	
	n	%	n	%
Produção para alimentação da família	18	64,29	92	91,09
Criação para venda ao mercado	10	35,71	31	30,69
Plantação para venda ao mercado	18	64,29	75	74,26

A maioria dos beneficiários está produzindo para o mercado e para autoconsumo. Predomina a produção agrícola, com menor participação da produção pecuária. A produção para autoconsumo foi maior entre os beneficiários inadimplentes.

5.2.2.1. Produção Pecuária

Foram determinadas as principais atividades de produção pecuária (produção de caprinos, bovinos, aves, suínos) e os produtos oferecidos ao mercado a partir dessas atividades. Os resultados são apresentados na Tabela 39.

Tabela 39 – Produção pecuária para o mercado no Programa BT Individual.

Variáveis	BT – Individual							
	Adimplentes (n=10)				Inadimplentes (n=31)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Produção de caprinos	1	10,00			1	3,23		
Caprinos por lote/no imóvel	0				1		8,00	
Produção de leite (caprino) por associado	0				1		0,00	
Produção de queijo (caprino) por associado	0				1		0,00	
Produção de carne (caprino) por associado	0				1		0,00	
Produção de bovinos	9	90,00			30	96,77		
Bovinos no imóvel (Número de animais)	9		10,67	2,50	30		10,30	5,43
Produção de leite (bovino) por associado (litros/mês)	4		1250,00	714,14	20		649,00	560,82
Produção de queijo (bovino) por associado (Kg/mês)	1		30,00		6		20,83	19,08
Produção de carne (bovino) por associado (Kg/mês)	5		268,40	322,05	17		82,12	88,49
Produção de aves	2	20,00			7	22,58		
Aves no imóvel (número de aves)	1		8000		7		50,00	43,11
Produção de ovos por associado (dúzias/mês)	0				3		17,33	11,02
Produção de carne (aves) por beneficiário (Kg/mês)	1		22000,00		6		31,83	32,87
Produção de porcos	1	10,00			4	12,90		
Porcos no imóvel (número de animais)	1		6,00		4		10,25	6,65
Produção de carne (porcos) por associado (Kg/mês)	1		5,00		4		61,06	89,61
Outra criação destinada ao mercado*	0	0,00			2	6,45		
Animais de outra criação	0	0,00			2	6,45		

*Outra criação, inadimplentes: Preá – 1; Lebre – 1

Entre os criadores que produzem para o mercado, a pecuária bovina é predominante. Quase a totalidade dos empreendimentos que se dedicam a criação, está trabalhando com bovinocultura de carne e leite. A avicultura é a segunda criação explorada (para 20%) e há alguma (pouca) atividade produtiva de suínos e caprinos.

Os principais produtos oferecidos ao mercado são o leite, o queijo e a carne bovina e suína. Um pequeno número de empreendimentos produz aves e ovos em pequena escala.

Como já registrado em relação aos empreendimentos coletivos, as rendas auferidas com essas explorações são pouco expressivas. Considerando-se como exemplo a produção mensal de leite, o produto sendo remunerado a R\$ 0,89 por litro (CEPEA/Esalq/USP, 2011), haveria uma renda bruta mensal de R\$ 1112,50 (adimplentes) e R\$ 577,61 (inadimplentes), com uma nítida vantagem para o produtor adimplente, sendo ainda necessário descontar os custos de produção. Um produtor de leite do grupo dos empreendimentos inadimplentes, com o rendimento médio apresentado, não alcançaria um salário mínimo de remuneração. A produção de queijo é pouco expressiva e o rendimento bruto mensal da atividade é reduzido.

A produção de carne bovina é bem superior nos empreendimentos adimplentes. A renda bruta mensal auferida para o preço do Kg de carne bovina a R\$ 6,60 (CEPEA/Esalq/USP, 2011) é de R\$ 1771,44 para os adimplentes e R\$ 542,00 para os inadimplentes, com grande vantagem para o primeiro grupo. Esses números sugerem que a geração de renda com produção pecuária é superior para os produtores adimplentes e pode explicar a maior dificuldade do grupo de inadimplentes para gerar renda e manter seus compromissos bancários com o Programa em dia.

As Figuras 4 e 5 mostram os rendimentos obtidos com essas atividades (renda bruta) nos empreendimentos adimplentes e inadimplentes, a partir das informações fornecidas pelos entrevistados. As rendas foram decompostas em faixas de rendas anuais por atividade, indo de valores de até R\$ 1.000,00, de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00, de R\$ 10.000,00 a R\$ 50.000,00 e a faixa de rendas acima de R\$ 50.000,00 por ano.

Entre os beneficiários adimplentes, somente um produtor de aves situou-se na faixa de renda bruta anual de R\$ 10.000,00 a R\$ 50.000,00. Os produtores de leite e carne se situaram todos nas faixas de renda de até R\$ 1.000,00 e de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00, o que pode ser considerado como baixos rendimentos, considerando-se que dessa renda deve ser subtraído os custos de produção. Embora a maior parte deste custo seja representada pela mão de obra empregada, em geral das próprias famílias, este custo deve ser considerado na formação de renda líquida do empreendimento, que se torna ainda mais reduzida.

A mesma linha de análise é empregada para o caso dos empreendimentos inadimplentes, como ilustra a Figura 5. Nesse caso, as rendas brutas obtidas são ainda mais reduzidas, concentrando-se na faixa de até R\$ 1.000,00 por ano (produção de bovinos, suínos e aves). Uma fração menor de beneficiários produtores de bovinos logra atingir faixa de renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 10.000,00 por ano.

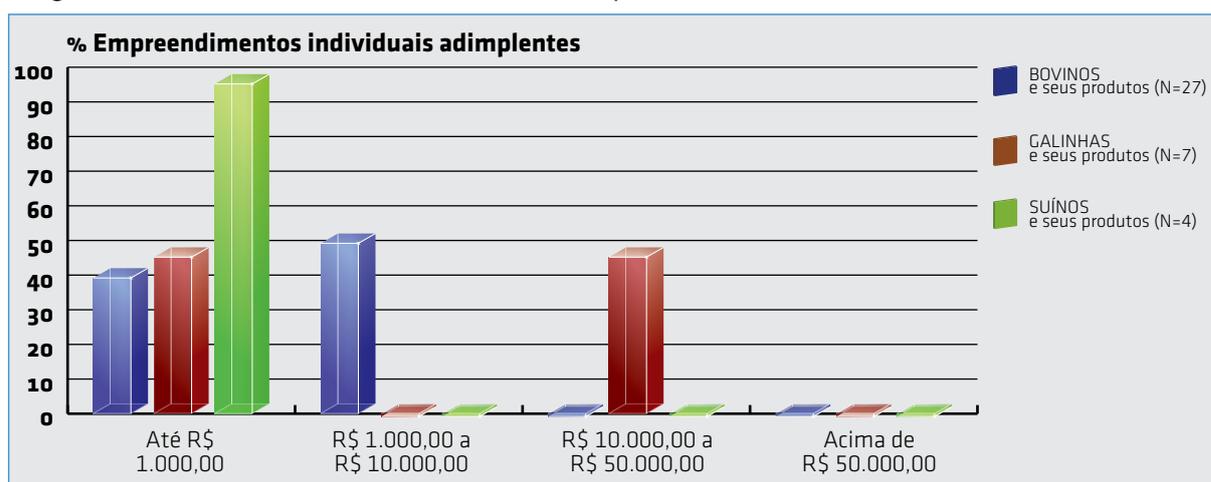


Figura 4 – Rendimentos da produção animal em empreendimentos inadimplentes do BT individual.

Os resultados apresentados indicam a pouca viabilidade de produção animal como atividade geradora de rendas para esse segmento de produtores, com áreas reduzidas e pouca capacidade de inversão em sistemas produtivos de alta intensidade tecnológica.

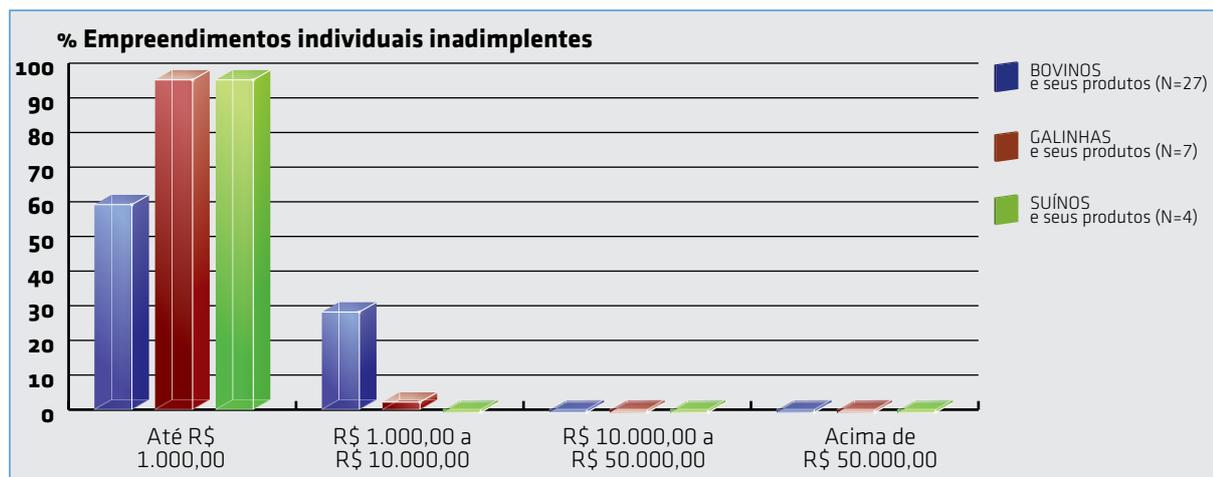


Figura 5 – Rendimentos da produção animal em empreendimentos inadimplentes do BT individual.

Adicionalmente, sugerem que os beneficiários do Programa que implementaram exclusivamente projetos de produção animal em seus lotes enfrentaram dificuldades para gerar rendas e cumprir com as obrigações do crédito fundiário, a partir de seus empreendimentos. Os que se mantiveram adimplentes, possivelmente quitaram suas parcelas de pagamento do financiamento com rendas provenientes de outras fontes.

5.2.2.2. Tecnologia de produção animal

O nível tecnológico das atividades de produção animal foi investigado, considerando-se algumas tecnologias chave para o desempenho das explorações. Os resultados são apresentados na Tabela 40.

Tabela 40 – Tecnologia de produção animal nos empreendimentos individuais do BT

Variáveis	BT - Individual			
	Adimplentes (n=10)		Inadimplentes (n=31)	
	n	%	n	%
Qualidade de raças usadas	7	70,00	18	58,06
Uso de vermífugos	9	90,00	29	93,55
Aplicação de vacinas	9	90,00	31	100,00
Fonte de alimentação: pasto natural	6	60,00	22	70,97
Fonte de alimentação: pasto cultivado	3	30,00	11	35,48
Fonte de alimentação: Ração (como complemento)	6	60,00	16	51,61
Fonte de alimentação: Silagem	0	0,00	1	3,23
Fonte de alimentação: Sal	7	70,00	27	87,10
Fonte de alimentação: Outro alimento	2	20,00	10	32,26

Os resultados sugerem um perfil tecnológico de baixa a média intensidade de uso de tecnologia pelos pecuaristas entrevistados. O pasto natural é a principal fonte de alimentos para os bovinos, que recebem vacinas e vermífugos. Metade dos produtores inadimplentes considera que utiliza raças de boa qualidade, percentagem que sobe para 70% no caso dos beneficiários adimplentes. A complementação da alimentação a pasto natural com ração ou silagem é praticada por um pouco mais da metade dos beneficiários.

Com exceção do percentual maior de uso de raças melhoradas pelo grupo de adimplentes, o perfil tecnológico dos dois grupos é semelhante. Os rendimentos obtidos (ver Tabela 39) são um indicador dessa menor intensidade de uso de tecnologia de produção pelos entrevistados. A escolha de raças e a alimentação baseada em pasto natural devem ter influência sobre o modesto desempenho em eficiência produtiva dos empreendimentos inadimplentes.

5.2.2.3. Principais problemas da produção animal

A produtividade obtida foi avaliada pelos produtores como sendo em geral baixa, conforme está indicado na Tabela 41. Questionados sobre os problemas que poderiam estar associados a baixa produtividade de suas explorações, os entrevistados avaliaram diversos fatores que poderiam influenciar negativamente esse desempenho, gerando prejuízos a atividade.

As avaliações sugerem que para os avaliadores, os prejuízos causados pelas alternativas apresentadas não seriam muito altos. Em uma escala de 1 a 10, a variável que recebeu a avaliação mais alta não passou de 6, o que indicaria um nível de influência baixo a mediano sobre o desempenho da atividade produtiva.

Tabela 41 - Produtividade da produção animal com maiores ganhos nos empreendimentos individuais do BT e causas de menor produtividade.

Variáveis	BT - Individual					
	Adimplentes (n=10)			Inadimplentes (n=31)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Produtividade da produção com maiores ganhos (Escala: 1= baixa; 2= média; 3= alta)	10	1,40	0,70	30	1,43	0,68
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade da raça usada (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	9	3,89	2,85	26	4,00	3,15
Prejuízo sobre produtividade por doenças entre os animais (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	9	1,78	2,33	26	2,58	2,59
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de alimentação, entre os animais (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	9	3,33	2,24	26	4,38	3,38
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	9	4,78	3,83	26	5,65	3,88
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	9	1,00	0,00	26	1,35	1,77
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	9	1,22	0,67	25	2,36	2,78
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de granizo (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	9	1,00	0,00	26	1,69	1,76

Má qualidade das raças (genética animal), ocorrência de secas e alimentação dos rebanhos foram as variáveis apontadas como de maior influência relativa sobre o baixo desempenho das explorações. Enchentes, granizo e ventanias foram avaliados como de muito baixo nível de prejuízo sobre a atividade.

5.2.2.4. Exploração Agrícola

A maioria dos empreendimentos individuais produz alimentos para consumo próprio. Embora com parte dos beneficiários se dedicando a produção animal, a maioria dos empreendimentos entrevistados (64,29% dos adimplentes e 74,26 dos inadimplentes) declararam dedicar-se a produção vegetal. As características dessa produção são apresentadas na Tabela 42.

Tabela 42 - Produção agrícola para o mercado nos empreendimentos individuais do BT

Variáveis	Adimplentes (n=18)				Inadimplentes (n=75)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Produção de arroz	0							
Produção de feijão	1	5,56			10	13,33		
Área de produção de feijão (ha)	1		1,00		9		2,10	1,20
Quantidade de produção de feijão (Kg/ano)	1		5600,00		8		907,50	673,07
Produção de mandioca	2	11,11			10	13,33		
Área de produção de mandioca (ha)	2		0,28	0,32	10		0,71	0,52
Quantidade de produção de mandioca (ha)	2		1600,00	1979,90	10		10557,00	16634,87
Produção de milho	3	16,67			25	33,33		
Área de produção de milho (ha)	3		3,05	2,66	24		2,62	0,97
Quantidade de produção de milho (Kg/ano)	3		8250,00	7154,54	22		8326,82	5733,02
Produção de verduras e hortaliças	1	5,56			12	16,00		
Área de produção de verduras e hortaliças (ha) *	1		0,20		11		0,96	0,88
Quantidade de produção de verduras e hortaliças (Kg/ano)	1		32000,00		11		8481,82	7616,41
Produção de frutas**	3	16,67			13	17,33		
Área de produção de frutas (ha)	3		1,08	0,38	12		1,85	1,66
Quantidade de produção de frutas (Kg/ano)	2		25000,00	7071,07	11		8401,82	9284,23
Outra plantação destinada ao mercado***	16	88,89			60	80,00		
Área de produção de outra plantação por associado /por beneficiário (ha)	14		2,64	2,33	53		2,63	2,17
Quantidade de produção de outra plantação (Kg/ano)	13		15969,23	40327,23	53		3538,30	3814,81

*Ver Tabela 43; ** ver Tabela 44; *** ver Tabela 45.

A produção agrícola é bastante diversificada, constando de milho, café, feijão, mandioca, hortaliças (ver Tabela 43), frutas (ver Tabela 44), algodão, flores, plantas ornamentais, soja e vassoura.

Predomina a produção de milho entre as culturas alimentares e de outra plantação, no caso o café, como mostrado na Tabela 45. As áreas plantadas variam de 0,20 a 3,00 Ha, as áreas menores de hortaliças e as maiores de milho e café. A exceção da mandioca, os volumes produzidos pelo grupo de beneficiários adimplentes são maiores do que o dos beneficiários inadimplentes, o que significa maior possibilidade de geração de renda para o primeiro grupo.

Tabela 43 – Hortaliças produzidas nos empreendimentos individuais do BT.

Hortaliças produzidas	Adimplentes	Inadimplentes
Abóbora	1	3
Alface	0	1
Brócolis	0	2
Beterraba	0	1
Cebola	0	1
Cenoura	0	2
Couve-flor	0	1
Quiabo	0	1
Tomate	1	2
Pimentão	0	2
Repolho	0	1
Pepino	1	1

A área de hortaliças varia de 0,20 a 0,96 ha e abóbora e o tomate são os mais produzidos. Os volumes produzidos são diferentes entre os grupos adimplentes/inadimplentes, mas em face da diversidade de espécies produzidas não se pode inferir se esta diferença se traduz em vantagem econômica para um dos grupos.

Tabela 44 – Frutas produzidas nos empreendimentos individuais do BT

Frutas produzidas	Adimplentes	Inadimplentes
Abacaxi	0	1
Banana	0	1
Limão, poncã, laranja, maracujá e abacate	0	1
Morango	1	2
Uva	2	5
Mamão	0	1
Manga especial de enxertia	1	0

Entre as frutas produzidas, a uva se destaca como a alternativa mais explorada em determinada região do Paraná, no Município de Marialva e redondezas. Morango é a segunda alternativa. Pelas dificuldades do processo produtivo, essas alternativas demandam produtores com maior capacitação tecnológica e gerencial, porém apresentam um potencial de retornos bastante interessante para a agricultura de pequena escala.

Tabela 45 – Outras atividades agrícolas nos empreendimentos individuais do BT.

Outras plantações destinadas ao mercado	Adimplentes	Inadimplentes
Algodão	0	2
Café	8	54
Flores	1	1
Mudas diversas e eucalipto	1	0
Plantas ornamentais	1	0
Soja	1	2
Vassoura	0	5

O café é uma atividade tradicional no Paraná e é a atividade produtiva mais difundida entre os beneficiários individuais do Programa naquele Estado. Também aparecem atividades diferenciadas como a produção de flores, plantas ornamentais, vassoura, que exploram nichos de mercado.

Considerando as quantidades produzidas de cada produto, as rendas anuais geradas pela venda da produção obtida variam a partir das escolhas de atividades produtivas, conforme mostra a Tabela 46.

Tabela 46 - Rendias geradas pelas atividades agropecuárias nos empreendimentos individuais adimplentes e inadimplentes.

Principais produtos da produção agrícola	Preços recebidos pelos produtores/kg (média jan-set/2011)	Quantidade média produzida				Médias de rendas geradas/ produto ao ano	
		Adimplentes		Inadimplentes		Adimplentes	Inadimplentes
		N	Kg/ano	N	Kg/ano	R\$	R\$
Café ¹ (em coco)	6,45	9	4.822	48	3.425	31.103,33	22.088,56
Feijão ²	1,33	1	5.600	9	884	7.448,00	1.176,31
Mandioca ²	0,11	2	1.600	10	10.557	176,00	1.161,27
Milho ²	0,29	3	8.250	24	7.969	2.392,50	2.311,13
Uva ¹ (fina de mesa)	2,41	2	25.000	5	18.000	60.250,00	43.380,00

FONTE:

¹ SEAB/PR - DERAL/DEB*

² MDA (preços garantidores vigentes)

A Tabela 46 revela duas situações bastante distintas: os produtores de feijão, milho e mandioca com baixas rendas anuais e os produtores de uva e café, com rendas muitas vezes superiores aos produtores de culturas temporárias. Essa situação é explorada com maiores detalhes nas figuras seguintes. A Figura 6 apresenta os rendimentos brutos por faixas de valores dos beneficiários de empreendimentos adimplentes de produtores de feijão, mandioca e milho.

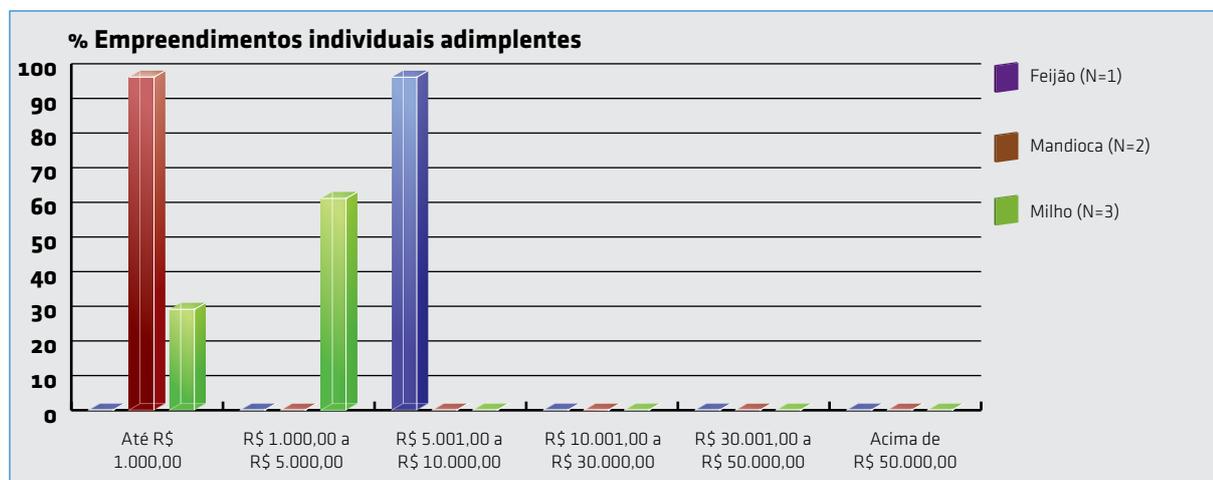


Figura 6 - Rendimentos da produção vegetal (feijão, mandioca e milho) em empreendimentos adimplentes do BT individual.

As rendas estimadas são diferentes entre os grupos, sendo maiores para os produtores de feijão e menores para os produtores de mandioca, que não ultrapassam o valor de R\$ 1.000,00 por ano com essa atividade. Um produtor de feijão atinge a faixa de renda bruta entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00 por ano.

A Figura 7 apresenta a mesma informação anterior, porém relacionada aos beneficiários de empreendimentos inadimplentes de produtores de feijão, mandioca e milho.

Comparado a informação da Figura 6, no geral as rendas brutas obtidas pelos produtores de empreendimentos inadimplentes também não ultrapassam o valor de R\$ 10.000,00 por ano. As diferenças de desempenho entre os dois grupos referem-se aos resultados obtidos pelos produtores de mandioca de empreendimentos inadimplentes, que embora na maioria continue obtendo rendas muito baixas (até R\$ 1.000,00 por ano), contempla uma também uma minoria que alcança rendas de até R\$ 10.000,00 por ano.

A maioria dos produtores de milho apresenta renda bruta de até R\$ 5.000,00 e os produtores de feijão nesse grupo diferem do grupo anterior, por apresentarem rendas muito baixas.

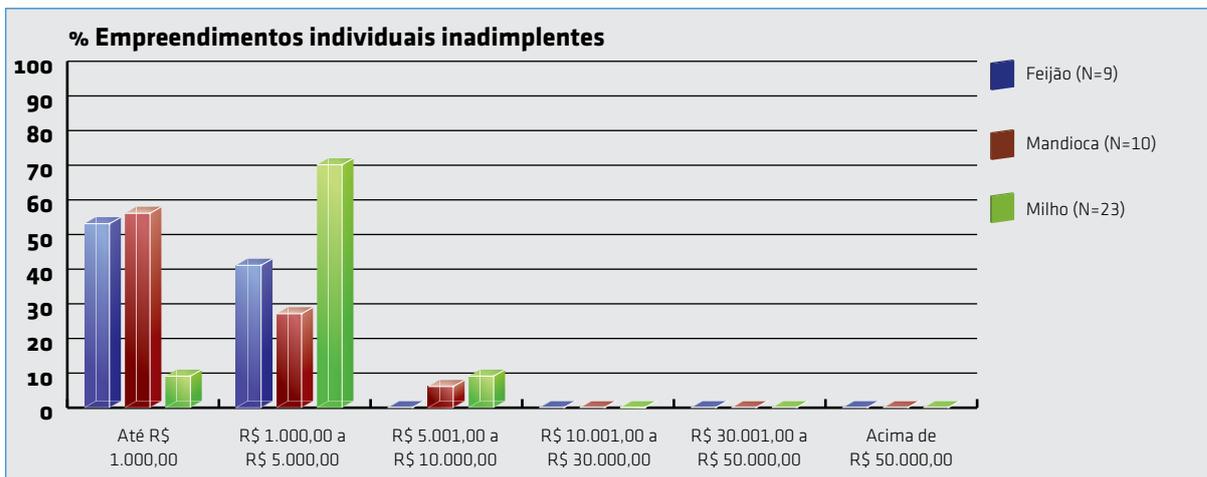


Figura 7 - Rendimentos da produção vegetal (feijão, mandioca e milho) em empreendimentos inadimplentes do BT individual.

Sob o ponto de vista de geração de rendas dos empreendimentos, a informação apresentada nas Figuras 6 e 7 sugere que o desempenho com essas atividades produtivas nessas propriedades é pouco vantajoso para os produtores, possivelmente em função do tamanho das propriedades (vide Tabela 34) e da tecnologia de produção empregada pelos produtores. A pouca capacidade de financiamento das atividades produtivas pode ser um fator indiretamente ligado a esse baixo desempenho.

Descontados os custos de produção e as eventuais perdas de comercialização, se pode inferir que os produtores de mandioca, milho e feijão com produções isoladas dessas culturas teriam dificuldades para retirar dessas rendas o valor das parcelas anuais do crédito obtido, o que pode influenciar o estado de inadimplência desses beneficiários.

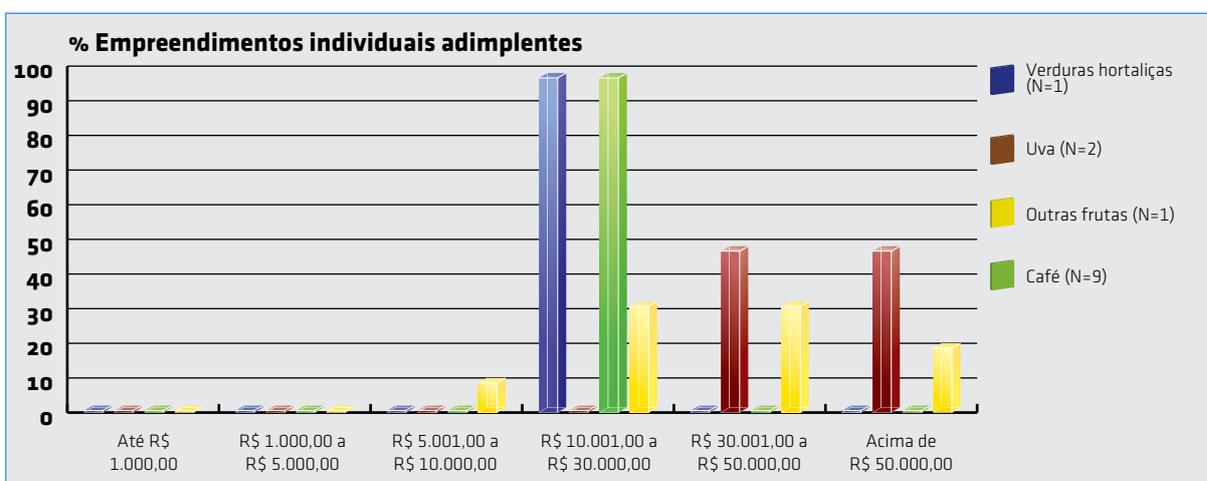


Figura 8 - Rendimentos da produção vegetal (hortaliças, frutas e café) em empreendimentos adimplentes do BT individual.

A mesma linha de análise foi realizada em relação a outras atividades produtivas identificadas na pesquisa. Além das culturas alimentares básicas (feijão, milho e mandioca) foram registradas nas propriedades visitadas as produções de uva, morango, hortaliças e café. A Figura 8 apresenta os resultados nos empreendimentos adimplentes.

O perfil de renda dessas atividades é muito diferente do que foi mostrado nas Figuras 6 e 7. As faixas de renda bruta anual dos beneficiários adimplentes se distribuem da faixa renda de R\$ 10.000,00 a R\$ 30.000,00, havendo casos de atividades com rendas superiores a R\$ 50.000,00 por ano (produção de café e uva no Paraná). Os produtores de hortaliças e de outras frutas (principalmente morango) declararam produções que se enquadram na faixa de renda bruta entre R\$ 10.000,00 e 30.000,00 por ano.

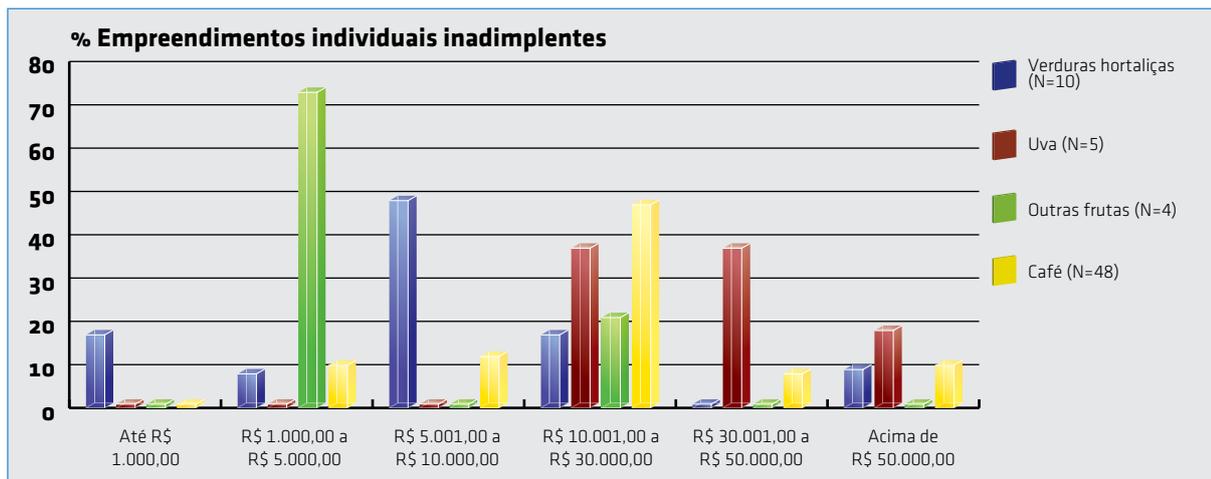


Figura 9 – Rendimentos da produção vegetal (hortaliças, frutas e café) em empreendimentos inadimplentes do BT individual.

A Figura 9 apresenta informação semelhante a contida na Figura 8, porém relacionada aos beneficiários de empreendimentos inadimplentes de produtores de uva, morango, hortaliças e café.

O perfil de distribuição de rendas por estratos é diferente do anterior, sugerindo diferenças de desempenho entre adimplentes e inadimplentes. Neste caso, produtores de hortaliças e de outras frutas aparecem nos estratos mais baixos de renda (de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00 por ano). Nos estratos de renda mais altos (acima de R\$ 10.000,00) predominam produtores de uva e de café e uma minoria de produtores de hortaliças e de outras frutas.

Conseqüentemente, esta informação sugere que a escolha da atividade produtiva é fundamental para o sucesso do empreendimento e de alta influência sobre a capacidade de pagamento dos tomadores do crédito.

Já os produtores de uva e café apresentam rendas médias capazes de suportar os custos de produção, a manutenção da família e gerar sobras para o pagamento das parcelas anuais do crédito fundiário. É necessário buscar outras causas mais consistentes para explicar o estado de inadimplência desse grupo, que é numeroso (representa 51% da amostra de entrevistados).

A condição de inadimplência dos produtores dos estratos de renda mais altos não deve estar relacionada, no geral, com o fator geração de rendas na propriedade e deve ser atribuída a outras causas. A Figura 10 apresenta uma consolidação das rendas brutas dos empreendimentos adimplentes e inadimplentes, considerando o somatório da produção animal e vegetal.

A renda bruta total mostra diferenças marcantes entre adimplentes e inadimplentes. Nas faixas mais baixas de rendas (de R\$ 1.000,00 até 10.000,00) há um percentual ligeiramente maior de empreendimentos adimplentes,

ao passo que nas faixas de rendas mais altas há praticamente uma mesma proporção de empreendimentos adimplentes e inadimplentes. A diferença mais significativa entre esses dois grupos ocorre nas faixas de rendas mais altas (acima de R\$ 30.000,00), nas quais predominam beneficiários adimplentes.

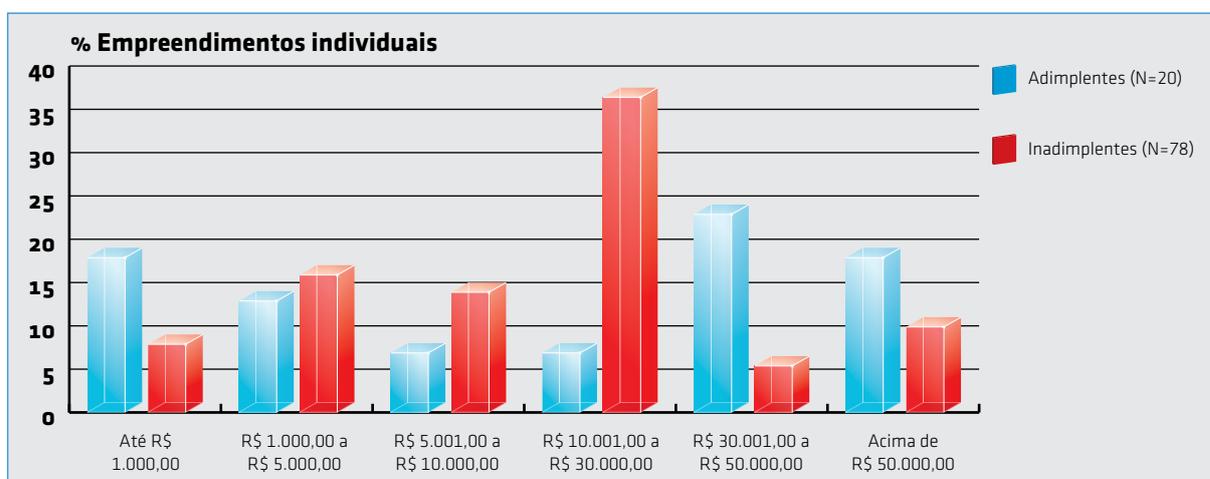


Figura 10 – Estratos de renda bruta nos empreendimentos individuais do BT (adimplentes e inadimplentes).

O comportamento de geração de rendas nos empreendimentos visitados permite derivar algumas inferências importantes para a gestão de empreendimentos familiares dessa natureza, confirmando a importância: a) da escolha das atividades produtivas como fator influente sobre o desempenho econômico dos empreendimentos; b) da gestão da tecnologia dos sistemas de produção escolhidos; c) da pesquisa tecnológica e da assistência técnica para melhoria do desempenho desses sistemas.

Sob o ponto de vista da gestão do Programa de Crédito Fundiário, é possível inferir a partir da informação contida na Figura 10 quatro perfis de beneficiários:

- Beneficiários adimplentes com baixas rendas na atividade agropecuária, saldando suas parcelas de financiamento com outras fontes de renda;
- Beneficiários inadimplentes, com baixas rendas na atividade agropecuária e sem outras rendas (ou sem predisposição para utilizá-las) para saldar suas parcelas;
- Beneficiários adimplentes com altas rendas na atividade agropecuária, saldando suas parcelas do financiamento com as rendas obtidas no empreendimento;
- Beneficiários inadimplentes com altas rendas na atividade agropecuária, deixando de saldar suas parcelas do financiamento por crenças pessoais ou de problemas pessoais e/ou familiares.

O encaminhamento de estratégias para enfrentamento da inadimplência deveria incluir mecanismos para enquadrar cada caso em um desses perfis e aplicar medidas diferenciadas, considerando atenuantes para casos de insucesso causados por fatores de poder, aqueles que se situam aquém das possibilidades de controle dos beneficiários.

5.2.2.5. Tecnologia de produção agrícola

O nível tecnológico das explorações dos empreendimentos individuais adimplentes e inadimplentes em produção vegetal foi investigado, considerando-se algumas tecnologias-chave para o desempenho das explorações. Os resultados são apresentados na Tabela 47. O número de entrevistas (18 e 75 respectivamente) é bastante favorável a extrapolação dos resultados obtidos.

Tabela 47 - Tecnologia para a produção agrícola utilizada nos empreendimentos individuais do BT

Variáveis	BT - Individual			
	Adimplentes (n=18)		Inadimplentes (n=75)	
	n	%	n	%
Uso de sementes e outros materiais de plantio comerciais	17	94,44	64	85,33
Uso de grãos de produção própria	4	22,22	18	24,00
Uso de calcário	12	66,67	33	44,00
Controle de pragas e doenças	15	83,33	53	70,67
Uso de defensivos agrícolas	16	88,89	52	69,33
Uso de controle biológico	1	5,56	5	6,67
Uso de outro procedimento	0	0,00	8	10,67

As respostas obtidas sugerem um nível tecnológico mediano a alto entre os produtores, com maiores percentuais de uso de tecnologia para o grupo dos beneficiários adimplentes. A maioria afirma utilizar sementes selecionadas (quase 100% no grupo dos adimplentes), e somente um percentual pequeno utiliza grãos como forma de propagação. O uso de calagem é mediano e possivelmente limita a produtividade de grãos nos empreendimentos individuais do Estado de Goiás, onde predominam terras de cerrado, com elevada acidez.

O controle químico de pragas e doenças é também praticado pela maioria, mais pelo grupo de adimplentes que pelo de inadimplentes.

Uma das tecnologias mais importantes para a obtenção de altos desempenhos na agricultura é a adubação dos cultivos. Em função dessa importância, o tema foi destacado na Tabela 48.

Tabela 48 - Tecnologia para a produção agrícola utilizada nos empreendimentos individuais do BT - uso de fertilizantes.

Variáveis	BT - Individual				
	Adimplentes (n=18)		Inadimplentes (n=75)		
	n	%	n	%	
Uso de diferentes tipos de adubo, na plantação	Não faz adubação	0	0,00	14	18,67
	Faz adubação com adubo químico	3	16,67	26	34,67
	Faz adubação com esterco ou composto	1	5,56	4	5,33
	Faz adubação com adubo químico e esterco/composto	13	72,22	31	41,33

Outra vez, o nível tecnológico dos beneficiários adimplentes é aparentemente mais alto do que o dos inadimplentes em termos de uso de adubos. Nenhum dos adimplentes trabalha seus sistemas produtivos sem aplicar fertilizantes, o que ocorre com cerca de 20% dos beneficiários inadimplentes. Somente uma minoria dos adimplentes usa adubação com esterco e a grande maioria associa adubação mineral e orgânica, o que ocorre com menos da metade dos beneficiários inadimplentes.

Os resultados apresentados sobre a produção agrícola sugerem que existem diferenças de desempenho e de processos produtivos entre os grupos de beneficiários adimplentes e inadimplentes que possivelmente se traduzem em diferenças de rendas para os empreendimentos dos dois grupos. Esse fator pode estar influenciando a menor capacidade de pagamento dos financiamentos no grupo dos beneficiários inadimplentes.

5.2.2.6. Principais problemas da exploração agrícola

Questionados sobre os problemas que poderiam estar associados à baixa produtividade de suas explorações agrícolas, os entrevistados avaliaram diversos fatores que poderiam influenciar negativamente esse desempenho (Tabela 49), gerando prejuízos a atividade.

A produtividade das plantações foi considerada baixa a média pelos entrevistados, como se observa na Tabela 49 e certamente sofre influência do nível de adoção de tecnologias nos plantios dos empreendimentos.

Tabela 49 - Produtividade da produção com maiores ganhos e causas de menor produtividade

Variáveis	BT - Individual					
	Adimplentes (n=18)			Inadimplentes (n=75)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Produtividade da produção com maiores ganhos (escala: 1= baixa; 2= média; 3= alta)	18	1,78	0,65	75	1,55	0,58
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade de sementes e mudas usadas (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	16	1,13	0,34	72	3,21	3,22
Prejuízo sobre produtividade por pragas e doenças (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	15	4,40	3,52	72	4,63	3,47
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de nutrição (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	16	4,13	3,67	71	5,11	3,48
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	16	3,31	2,94	72	4,24	3,07
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	16	2,06	2,91	72	1,39	1,57
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	16	2,19	2,17	72	3,14	3,31
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de granizo (Escala: 1= não houve prejuízo; 10= prejuízo muito grande)	16	1,75	1,73	71	2,62	3,13

De uma maneira geral, os entrevistados não associam fortemente os fatores apresentados a prejuízos e perdas em suas explorações agrícolas. As avaliações de prejuízos mais altas não foram superiores a 5, o que indicaria um nível de influência baixa a mediana sobre o desempenho da atividade produtiva. Também não houve diferenças marcantes entre os dois grupos de beneficiários, somente ocorrendo diferenças de avaliação para o uso de sementes e para problemas de deficiência de nutrição, nas quais os beneficiários inadimplentes apontam influências um pouco mais altas sobre o seu desempenho.

Dentre os prejuízos causados por fatores climáticos, a seca foi apontada como o maior problema, principalmente para os beneficiários inadimplentes.

Como já foi anteriormente mencionado, as avaliações obtidas podem estar subestimadas em função do grau de conhecimento dos avaliadores sobre tecnologia de produção de suas culturas.

5.2.3. Financiamento e mão de obra para a produção

Os beneficiários do Programa necessitam capitalizar-se para enfrentar os custos da produção agrícola. Várias fontes podem ser mobilizadas, conforme se apresentam na Tabela 50. Somente um caso entre os entrevistados de não uso de financiamento foi registrado.

Tabela 50 - Fontes de financiamento da produção e mão-de-obra utilizada

Variáveis		BT - Individual							
		Adimplentes (n=28)				Inadimplentes (n=101)			
		n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Financiamento da produção									
Financiamento da produção: não solicitado		1	3,57			0	0,00		
Financiamento da produção: Com recursos próprios		22	78,57			87	86,14		
Financiamento da produção: Com recursos de emprestadores particulares		8	28,57			11	10,89		
Financiamento da produção: Com recursos do PRONAF - A		15	53,57			59	58,42		
Financiamento da produção: Com recursos de outros programas de crédito		4	14,29			16	15,84		
Uso de outras fontes de financiamento		7	25,00			5	4,95		
Adequação do financiamento obtido		17	60,71			34	33,66		
Associados em situação de inadimplência, no Pronaf A (0 = Não; 1= Sim)		23		0,87	0,34	93		0,29	0,10
Tempo em que ocorreu o acesso ao Pronaf A	Com mais de 3 anos	1	3,57			9	8,91		
	Com até 3 anos	21	75,00			78	77,23		
Mão-de-obra no empreendimento									
Pessoas trabalhando em cada lote		28		3,07	2,57	100		2,44	1,18
Pessoas de fora contratadas		28		3,32	6,45	98		1,30	3,72
Pessoas trabalhando fora do imóvel		28		0,93	1,02	99		0,89	1,06

As fontes de financiamento são bastante diversificadas, mas as principais fontes mencionadas foram os recursos próprios e os financiamentos do PRONAF A. O PRONAF atendeu um pouco mais da metade dos beneficiários entrevistados, porém bem menos que o financiamento das atividades com recursos próprios. O uso de outras fontes de financiamento pelos beneficiários adimplentes foi muito mais elevado comparado aos inadimplentes. Outros programas de crédito foram mencionados, porém em uma escala pequena.

A grande maioria teve acesso ao Pronaf A com menos de três anos do início do seu empreendimento. A avaliação feita sobre a adequação do financiamento (PRONAF A) revela que os beneficiários adimplentes apresentam um grau maior de satisfação com os seus termos, contra somente um terço dos beneficiários inadimplentes. A taxa de inadimplência no Pronaf A é diferente entre os dois grupos, sendo muito mais alta para os beneficiários adimplentes do Banco da Terra.

A partir dessa realidade, constata-se que o grupo de beneficiários inadimplentes vive uma situação bastante limitante ao desempenho produtivo dos seus empreendimentos, por pouca capacidade para capitalizar-se e enfrentar os custos de produção de suas atividades agrícolas.

A análise da mão de obra empregada nos empreendimentos mostra diferenças interessantes entre os dois grupos: os adimplentes usam mais mão de obra da família e externa do que o grupo dos empreendimentos inadimplentes. Esse resultado é consistente com as variáveis avaliadas anteriormente e sugere uma maior atividade produtiva nos empreendimentos adimplentes. A média de indivíduos trabalhando fora dos seus lotes é pequena para os dois grupos, o que difere do ocorrido com os empreendimentos coletivos.

5.2.4. Relações com o mercado

A geração de rendas nos empreendimentos individuais depende da capacidade de produzir, apresentada anteriormente e pela inserção dos produtores no mercado. A Tabela 51 examina as alternativas de mercado dos empreendimentos coletivos do Banco da Terra.

Tabela 51 - Comercialização da produção dos empreendimentos individuais do Banco da Terra

Variáveis (Escala: 1= nenhuma ou pequena parte da produção; 2= grande parte da produção; 3= toda a produção)	Adimplentes (n=28)			Inadimplentes (n=101)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Vendida para Programas de Aquisição de Alimentos	25	1,08	0,40	87	1,06	0,32
Vendida para intermediários	26	2,15	0,97	89	2,11	0,96
Vendida para compradores em feira ou a outros consumidores	27	1,52	0,94	89	1,58	0,93
Distância do imóvel ao mercado local (em Km)	26	16,83	18,43	89	36,68	80,32

Os intermediários são a principal forma de acesso ao mercado para a maioria dos financiados, com menor uso da comercialização em feiras e muito pouca comercialização para Programas de Aquisição de Alimentos. Não aparenta haver grandes diferenças entre adimplentes e inadimplentes com relação a canais de comercialização, a exceção da distância dos empreendimentos ao mercado, que é muito maior para o grupo de empreendimentos inadimplentes.

Essa diferença pode representar uma vantagem para os empreendimentos adimplentes, facilitando sua inserção nos mercados e consequentemente maior oportunidade para gerar renda a partir da colocação de suas produções.

5.2.5. Caracterização da renda familiar

A geração de rendas para as famílias é um dos propósitos dos Programas de Financiamento da Terra. A capacidade de atender as obrigações e compromissos dos financiamentos, e portanto manter os tomadores dos empréstimos em situação de adimplência está diretamente relacionado com a capacidade de os empreendedores gerarem rendas em seus empreendimentos (ou fora deles, em alguns casos). A percepção dos beneficiários do Programa sobre a importância das suas fontes de rendas e os gastos fixos das famílias para manter-se foi pesquisada e os resultados apresentados na Tabela 52.

Diferentemente dos empreendimentos coletivos, os ganhos com a venda de produtos do empreendimento e os ganhos com o trabalho fora do empreendimento foram as alternativas de geração de renda avaliadas como de maior importância, tanto para os adimplentes como para os empreendimentos inadimplentes (com valores de importância mais altos para os primeiros). Ganhos recebidos do governo (Bolsa Família, Vale Gás) e ganhos de aposentadoria e pensões aparecem como uma outra fonte de rendas, porém com importância maior para os empreendimentos inadimplentes.

Esse resultado é coerente com as inferências anteriores e sugere o melhor desempenho geral do Programa de Financiamentos Individuais do Banco da Terra, comparado aos financiamentos coletivos, onde é pouca a importância da produção agropecuária para a geração de renda das famílias beneficiárias.

Quanto aos gastos fixos das famílias e a situação das mesmas em relação ao balanço rendas/gastos fixos, as contas mensais com eletricidade, telefone celular e gás são as mais importantes para todos, com poucas diferenças entre os grupos. Somente as despesas com eletrodomésticos são duas vezes maiores para os

adimplentes (o que sugere melhor situação econômica relativa desse grupo). Os inadimplentes entrevistados declararam ter despesas maiores que os ganhos. Aceitando-se como real e permanente essa situação, essa seria uma das razões para a inadimplência dos beneficiários desse Programa.

Tabela 52 - Importância de fontes de renda, despesas mensais e relação entre despesas e gastos mensais nos empreendimentos individuais do Banco da Terra

Variáveis	Adimplentes (n=28)				Inadimplentes (n=101)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Importância de fontes de renda: Ganhos do trabalho, fora do empreendimento (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	28		4,96	3,49	98		3,79	3,24
Importância de fontes de renda: Ganhos recebidos pela venda de produtos produzidos na propriedade (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	28		7,29	2,75	97		6,77	3,10
Importância de fontes de renda: Ganhos recebidos do governo (Bolsa Família, Vale Gás, etc.) (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	28		2,11	2,88	97		3,01	3,41
Importância de fontes de renda: Ganhos de aposentadoria, aposentadoria rural por idade ou pensão (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	28		2,57	2,81	97		3,07	3,54
Importância de fontes de renda: Ganhos de cadernetas de poupança, arrendamento de terra, etc. (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	27		1,22	0,97	97		1,23	0,87
Importância de fontes de renda: Dinheiro recebido de pessoas de fora do domicílio (Escala: 1= sem importância; 10= importância muito grande)	27		0,96	0,19	97		1,21	1,25
Contas mensais: eletricidade (Número de pagantes)	27	96,43			95	94,06		
Contas mensais: Água (Número de pagantes)	7	25,00			13	12,87		
Contas mensais: Telefone celular (Número de pagantes)	22	78,57			69	68,32		
Contas mensais: Financiamento/crediário de eletrodomésticos (Número de pagantes)	12	42,86			21	20,79		
Contas mensais: Gás (Número de pagantes)	28	100,00			88	87,13		
Contas mensais: Outras contas (Número de pagantes)	15	53,57			60	59,41		
Relação entre gastos e despesas mensais (escala: 1= despesas maiores que ganhos; 2= despesas e ganhos equivalentes; 3= despesas menores que ganhos)	28		2,18	0,82	99		1,69	0,71

5.2.6. Qualidade de vida no empreendimento

Políticas públicas têm como finalidade promover desenvolvimento social, o que implica em melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Para conhecer a percepção dos beneficiários do Programa sobre a qualidade de vida das famílias antes e depois do financiamento obtido, foi solicitada uma avaliação dos mesmos sobre alguns indicadores básicos de desenvolvimento social. Os resultados são apresentados na Tabela 53.

Embora os graus de satisfação sejam diferentes entre adimplentes e inadimplentes, a avaliação dos adimplentes sobre a qualidade de vida antes e depois dos financiamentos é muito mais positiva do que a percebida pelo grupo de beneficiários inadimplentes.

Somando-se os quadrantes que avaliam que houve pouca ou muita melhora, os adimplentes percebem mais melhoras que os inadimplentes para moradia, transporte, educação das crianças e patrimônio da família. Mesmo nas questões onde as avaliações são menos favoráveis, as percepções do grupo de adimplentes são menos críticas que aquelas formuladas pelos beneficiários inadimplentes.

Tabela 53 - Qualidade de vida das famílias antes e depois dos financiamentos dos empreendimentos individuais do Banco da Terra

Impactos sobre a qualidade de vida	Adimplentes (n=28)					Inadimplentes (n=101)				
	% em pontos da escala					% em pontos da escala				
	Piorou muito	Piorou um pouco	Está como antes	Melhorou um pouco	Melhorou muito	Piorou muito	Piorou um pouco	Está como antes	Melhorou um pouco	Melhorou muito
Moradia da sua família	3,57	7,14	17,86	28,57	42,86	12,12	9,09	26,26	33,33	19,19
Transporte que a família utiliza	3,57	3,57	32,14	28,57	32,14	13,00	6,00	49,00	18,00	14,00
Saúde da família	10,71	17,86	42,86	3,57	25,00	15,00	13,00	46,00	8,00	18,00
Alimentação da família	0,00	0,00	50,00	17,86	32,14	2,00	4,00	57,00	18,00	19,00
Acesso da família a bens como televisão, geladeira, fogão	0,00	0,00	67,86	10,71	21,43	1,00	3,00	62,00	21,00	13,00
Ganhos da família	0,00	4,35	47,83	47,83	0,00	13,13	13,13	38,38	26,26	9,09
Acesso a serviços públicos (água, luz, telefone, etc)	11,11	0,00	51,85	22,22	14,81	11,11	10,10	46,46	14,14	18,18
Educação de crianças da família	0,00	0,00	50,00	15,00	35,00	5,63	1,41	47,89	9,86	35,21
Patrimônio da família	0,00	0,00	21,43	42,86	35,71	6,12	2,04	40,82	26,53	24,49

Saúde da família foi o fator onde os avanços foram menos notados para ambos os grupos. Uma pequena proporção de financiados (ao redor de 10%) mostrou-se muito descontente com a situação atual comparada à anterior (piorou muito na maioria das variáveis). As percepções mais positivas do que negativas de avanços obtidos depois do financiamento obtido sugerem que os beneficiários, de uma maneira geral, percebem avanços sociais e econômicos decorrentes do seu engajamento ao Programa.

Comparado com o Programa de Financiamento de Empreendimentos Coletivos, sob o ponto de vista de satisfação dos financiados os resultados dos financiamentos individuais foram mais compensadores, tanto no plano da melhoria social como no plano do desenvolvimento econômico das famílias. Embora existam questões a aperfeiçoar, este é um fato positivo para a continuidade do Programa.

5.2.7. Situação dos contratos e dificuldades para pagar os financiamentos

Como já mencionado anteriormente, os contratos de financiamento são regidos por normas bancárias que previam o ressarcimento do valor financiado com taxas de juros favorecidas, carências e prazos de restituição favoráveis a maturação dos empreendimentos financiados. Cláusulas de renegociação foram incluídas para permitir a correção de desvios e de imprevistos durante a execução dos projetos.

O controle da execução dos financiamentos revelou a existência de contratos com pagamentos de parcelas em atraso, em situação de inadimplência. Para conhecer as causas desse fenômeno indesejado, pesquisaram-se as razões para um empreendimento deixar de cumprir com as suas obrigações contratuais. As principais razões apontadas pelos entrevistados são apresentadas na Tabela 54.

Tabela 54 - Situação atual dos contratos bancários dos empreendimentos individuais do BT e razões que influenciam inadimplência nos contratos

Variáveis	Adimplentes (n=28)				Inadimplentes (n=101)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Situação de adimplência/inadimplência								
Saldo devedor total	12		31.960,67	13.659,47	39		46.917,95	27.869,04
Parcelas vencidas	7		2	2,83	66		4,64	2,13
Razões para inadimplência (Escala: 1= nenhuma influência; 10= influência total)								
Seleção inadequada do beneficiário do crédito	27		5,89	3,64	91		5,13	3,73
Despesas muito grandes do beneficiário	28		5,75	3,42	96		7,21	3,04
Orientação recebida de outras pessoas para não pagar a dívida	28		6,39	3,84	97		3,30	3,45
Certeza de que a dívida não será cobrada	28		5,25	3,72	96		3,84	3,72
Baixa renda produzida pelo empreendimento	28		7,39	2,73	97		8,06	2,64
Crença de que o governo deve dar a terra de graça	28		6,39	3,85	95		4,56	3,76
Imitação do comportamento de beneficiários que não pagam a dívida	27		5,26	3,44	95		3,73	3,60
Outra razão (ver Tabela)	24		7,08	3,92	85		6,31	4,29

O número médio de parcelas vencidas era cerca de 2 e 4 (adimplentes e inadimplentes), e o saldo devedor médio dos empreendimentos inadimplentes era maior (de cerca de 47 mil reais), para um saldo devedor de cerca de 32 mil reais para os beneficiários adimplentes. Conseqüentemente, esses últimos estão mais próximos de quitar seus empréstimos.

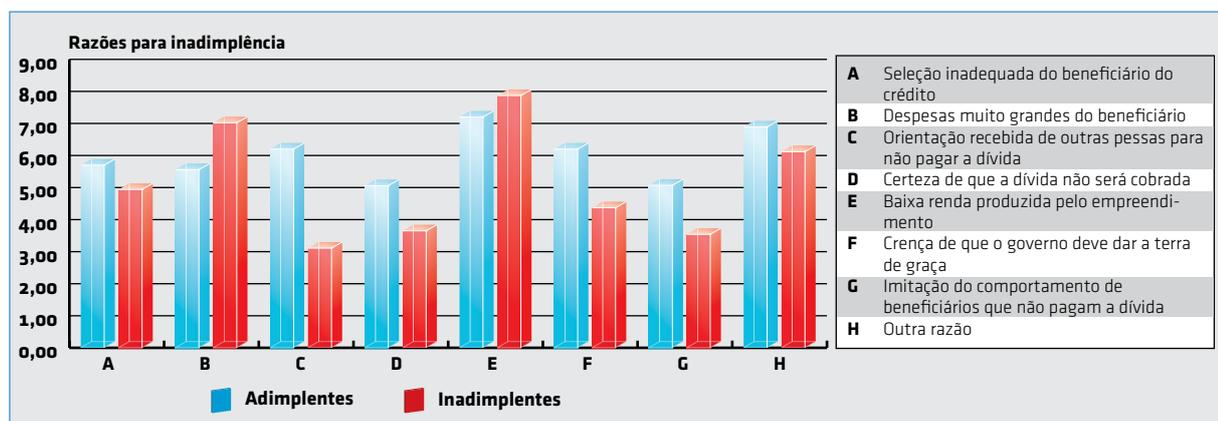


Figura 11 - Principais razões apontadas para a inadimplência em financiamentos do BT Individual

As causas apontadas pelo atraso, segundo a questão estruturada foram as descritas na Tabela 54 e as causas mencionadas espontaneamente pelos entrevistados (resumidas na Tabela 55). Há convergência sobre a maior influência de algumas causas, como a baixa renda produzida pelo empreendimento e a seleção inadequada do beneficiário do crédito ou as despesas muito grandes do beneficiário, conforme mostra a Figura 11.

Não se pode relevar a influência de crenças sobre a necessidade, oportunidade ou legitimidade de pagamento da dívida assumida, por convicções próprias ou induzida por terceiros. Curiosamente, são os beneficiários adimplentes que assinalam essas crenças como razão para o não pagamento dos financiamentos, enquanto os inadimplentes minimizam essas razões. Aparentemente, existe uma minoria que aceita essas razões para justificar suas situações de atraso com os financiamentos, dentre muitos beneficiários que não lograram sucesso em suas explorações e conseqüentemente não geraram rendas suficientes para quitar suas dívidas.

A crença que o governo deve dar a terra de graça é muito difundida e apontada como uma das razões para a inadimplência pelos dois grupos. A influência de lideranças locais em busca de proeminência política também foi muito apontada como associada à inadimplência, principalmente pelos adimplentes, como mostra a figura.

Quando se manifestando livremente sobre as razões da inadimplência as respostas não apresentaram muitas diferenças do que foi apontado nas respostas às perguntas induzidas, como se assinala na Tabela 55.

Tabela 55 – Outras razões apontadas para a inadimplência

Outra razão para a inadimplência	Adimplentes	Inadimplentes
Porque não querem pagar/"pessoa mau pagadora mesmo"	3	
A maioria dos beneficiários não tinha experiência com lavoura		1
A maioria não está trabalhando o sítio		1
Presença de especuladores no programa		1
A terra é pequena/pouca terra. A renda insuficiente/baixa	3	7
Catástrofe natural	3	2
Custos altos de insumos e baixa remuneração da produção		2
Dificuldades de produção e de comercialização	2	2
Doença em família, morte de familiar responsável	2	1
Falta de assistência técnica agrícola e gerencial		3
Falta de crédito não consegue recursos extras para continuar o crédito		2
Falta de planejamento, má distribuição dos lotes (inadequados)	1	2
Falta de água	1	4
Falta de apoio da prefeitura, da Emater e outros/ nenhum apoio		5
Faltou infra estrutura: água, estradas, moradia		2
Juros abusivos /altos	1	5
Não consegue produzir na própria terra, não pode desmatar a terra o ibama "pega no pé"		2
O pequeno agricultor não tem tecnologia		1
O projeto inicial foi inadequado (uva e amora, café, estufas) e faltou assistência	1	4
Parcela alta dificilmente dá para conseguir acumular este recurso	1	2
Perda da produção	1	1
Baixo preço dos produtos produzidos	2	4
Recurso usado de forma inadequada, para outros fins	2	1

Problemas de seleção e de planejamento inicial, falta de capacidades e de uma infraestrutura de assistência técnica para capacitar e orientar os produtores, problemas de comercialização e preços obtidos pela produção, gerando renda insuficiente seriam as causas mais comumente associadas ao não pagamento das parcelas financiadas. Acidentes e catástrofes naturais e fatores climáticos, inerentes a atividade agrícola também são mencionados. Aparecem também, embora em menor escala, as causas subjetivas e de crenças e atitudes pessoais em relação não cumprimento dos compromissos assumidos.

Falhas iniciais na escolha das atividades foram responsáveis por muitos insucessos (mau planejamento inicial da atividade produtiva) gerando projetos que não prosperaram. Tais insucessos podem ser creditados a tentativas frustradas de introduzir inovações produtivas pouco validadas, com alto risco para os beneficiários.

As crenças de segmentos dos beneficiários foram apontadas como uma das razões para o não pagamento das parcelas dos financiamentos. Por isso, avaliou-se o pensamento vigente destes beneficiários sobre o valor da terra e a sua posse. O resultado é apresentado na Tabela 56.

Tabela 56 - Crenças dos beneficiários de empreendimentos individuais do BT sobre o valor da terra e sua posse

Variáveis (Escala: 1= discorda totalmente da afirmação; 10= concorda totalmente com a afirmação)	Adimplentes (n=28)			Inadimplentes (n=101)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
É dever de o governo financiar a terra	28	9,18	1,36	97	7,93	3,06
Programas de acesso coletivo a terra não funcionam	28	7,07	3,72	96	6,97	3,60
A terra deveria ser garantida de graça para todos	28	5,39	3,92	98	8,01	3,12
A terra por si só não garante o sucesso na agricultura	27	8,81	2,24	98	8,13	2,91
A terra por si só é um patrimônio que garante o futuro do agricultor	28	4,93	3,70	98	4,46	3,86

Os resultados comparativos são muito informativos da forma de pensar dos grupos. Há concordância que a terra isoladamente não é garantia de sucesso na agricultura e nem garante o futuro do agricultor, uma crença muito sensata. As diferenças ocorrem em relação a forma de distribuição da terra, sendo distribuída gratuitamente para todos: para os adimplentes, a concordância com essa afirmação é mais baixa do que para o grupo de inadimplentes (5,39 para 8,01 de escore médio). Curiosamente, há concordância dos dois grupos sobre ser dever do governo financiar a terra.

Existe quase consenso concordando sobre o baixo desempenho e sucesso de programas de acesso coletivo a terra, o que também foi verificado junto aos entrevistados dos empreendimentos coletivos. Essa percepção parece ser uma crença muito difundida entre os produtores rurais e merece algum esforço de motivação e de difusão das vantagens do empreendedorismo coletivo para a produção familiar, que não deveria abrir mão deste mecanismo de organização da produção.

A renegociação e a individualização dos contratos foram mecanismos introduzidos nos normativos do Banco da Terra para aliviar situações desfavoráveis para os beneficiários do Programa. Visavam principalmente facilitar o ressarcimento dos créditos concedidos, criando condições mais favoráveis para os tomadores de crédito do Programa. Os resultados e dificuldades enfrentadas por esses mecanismos são apresentados na Tabela 57.

A renegociação dos contratos alcançou um maior percentual de beneficiários inadimplentes (aproximadamente 55%) do que adimplentes (43%). O menor interesse pela renegociação por parte dos adimplentes pode explicar essa diferença. As dificuldades do processo em função da burocracia, documentação ou orientação não representaram grandes impedimentos para a concretização do processo (somente 10% alegam essas dificuldades).

Tabela 57 - Renegociação do contrato de financiamentos individuais do BT. Alcance e dificuldades enfrentadas

Variáveis	Adimplentes (n=28)		Inadimplentes (n=101)	
	n	%	n	%
Renegociação do contrato				
Renegociação do contrato	12	42,86	55	54,46
Razão para não renegociação: inexistência de interesse	7	25,00	10	9,90
Razão para não renegociação: burocracia e documentação	1	3,57	10	9,90
Razão para não renegociação: orientação sobre como fazer	3	10,71	14	13,86
Razão para não renegociação: Outra razão	8	28,57	27	26,73
Adimplência com o financiamento da terra, após a ocorrência de renegociação	12	100,00	5	9,09

Um fato curioso é que a renegociação dos contratos solucionou a inadimplência dos beneficiários que passaram pelo processo para a maioria dos adimplentes, mas 90% do grupo dos inadimplentes voltaram à mesma situação anterior.

Finalmente, foi investigada qual a percepção dos beneficiários individuais sobre as condições impostas pelos financiamentos, definidas nas normas operativas seguidas pelos agentes financeiros. O resultado dessa avaliação está contido na Tabela 58.

Tabela 58 - Grau de satisfação com as condições do financiamento

Satisfação com condições do financiamento (Escala: 1=totalmente insatisfeito; 10=muito satisfeito).	Adimplentes (n=28)			Inadimplentes (n=101)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Valor total do financiamento da terra	28	6,96	3,74	92	5,68	3,65
Prazo de carência do financiamento	27	8,30	2,66	90	6,40	3,49
Valor das parcelas a serem pagas	28	5,54	3,47	91	3,87	3,29
Financiamento de projetos de infraestrutura	25	6,00	3,57	87	5,02	3,33
Documentação exigida para entrada	28	7,43	3,14	89	7,03	3,13
Procedimento para seleção do beneficiário	28	5,86	3,61	86	6,57	3,57
Forma de escolha do imóvel	26	7,96	3,07	87	7,85	3,14
Orientação/informação recebidas para renegociação da dívida	17	5,06	3,73	78	5,19	3,64
Capacitação inicial para fazer proposta	21	4,62	3,60	72	6,19	3,52

Uma primeira constatação é que os beneficiários do grupo de empreendimentos adimplentes mostram um grau de satisfação muito maior do que os beneficiários inadimplentes com as condições dos financiamentos. As médias obtidas para satisfação com os indicadores avaliados são duas vezes mais altas para o segmento de adimplentes. Somente as variáveis Capacitação inicial para fazer proposta e Procedimento para seleção do beneficiário receberam melhores avaliações por parte dos beneficiários inadimplentes.

Os beneficiários estão muito satisfeitos com os prazos de carência dos financiamentos, com a forma de escolher os imóveis financiados e com a documentação exigida para entrar no processo. Por outro lado, os maiores descontentamentos foram registrados para capacitação inicial e orientação sobre a renegociação das dívidas,

sugerindo problemas no fluxo de comunicação entre gestores do Programa e tomadores dos financiamentos. Também foi registrado descontentamento em relação ao valor das parcelas pagas pelos beneficiários inadimplentes, possivelmente em face as dificuldades de gerar rendas enfrentadas por esse grupo.

5.2.8. Características das famílias nos empreendimentos (composição da família)

Procurou-se identificar o número de membros das famílias de cada empreendimento, a idade e grau de instrução formal dos membros, a experiência prévia do beneficiário ou de sua família em produção agropecuária em dois momentos. Os resultados são apresentados na Tabela 59.

Tabela 59 - Composição e escolaridade das famílias no empreendimento individual do BT

Variáveis	Adimplentes (n=28)			Inadimplentes (n=101)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Número de pessoas na família	28	3,64	1,83	100	3,79	1,87
Número de mulheres na família	28	1,57	0,84	100	1,76	1,05
Número de jovens entre 18 e 32 anos	28	0,75	0,84	100	0,64	0,96
Pessoas da família que se consideram negros	27	0,15	0,36	99	0,56	1,16
Pessoas da família com experiência prévia em agricultura	28	2,21	1,57	100	1,95	0,89
Pessoas da família com experiência em agricultura, no momento atual	28	2,54	1,50	99	2,39	1,05
Pessoas da família com experiência como empregados temporários	28	1,11	1,17	99	1,20	1,02
Pessoas da família que não sabem ler nem escrever	26	0,42	0,70	99	0,64	1,17
Pessoas da família com primário incompleto	26	0,81	1,06	100	0,95	1,05
Pessoas da família com o primário completo	27	0,52	0,85	100	0,44	0,77
Pessoas da família com ginásio incompleto	26	0,50	0,65	99	0,47	0,81
Pessoas da família com ginásio completo	26	0,35	0,75	100	0,47	0,78
Pessoas da família com 2º grau incompleto	26	0,35	0,49	100	0,36	0,59
Pessoas da família com 2º grau completo ou superior	27	0,78	0,85	99	0,45	0,70

As famílias são compostas por cerca de quatro membros em média, com aproximadamente metade composta por mulheres e um percentual de jovens entre 18 e 32 anos em torno de 25%. Cerca de 4% (adimplentes) a 14% (inadimplentes) dos beneficiários se considera negro.

A experiência na agricultura foi considerada mediana no momento da contratação do financiamento (60% e 51% dos membros das famílias adimplentes e inadimplentes respectivamente), e cresceu ao longo da implantação dos empreendimentos (70% e 63% atualmente). Um terço dos beneficiários (ou membros de suas famílias) tiveram experiência anterior como empregado temporário em fazendas.

O perfil de educação formal se distribui em todos os níveis, sendo um percentual relativamente alto de anal-fabetos (11% e 17% respectivamente), uma maior concentração de membros de famílias com nível primário incompleto ou completo (36% e 37%). Cerca de 21% e 11% (adimplentes e inadimplentes) dos membros das famílias possuem, de acordo com a informação obtida, segundo grau incompleto ou completo.

Como já foi apontado anteriormente, o perfil de educação formal dos produtores agrícolas é uma das variáveis mais influentes no processo de adoção de inovações. Vários estudos têm apontado que produtores rurais com maior nível de educação formal apresentam maior receptividade a inovação tecnológica e gerencial e como consequência, melhor desempenho em suas atividades produtivas. O grupo de produtores adimplentes apresentou um perfil de pessoas com maior tempo de estudo (segundo grau completo) do que o grupo de beneficiários inadimplentes, o que pode representar uma vantagem comparativa deste grupo em relação a capacidade de inovar.

5.2.9. Rede de apoio e capital social

Os empreendimentos do PNCF contam com uma rede de apoio aos empreendimentos financiados formada por organizações públicas e privadas, que apoiam a remoção de obstáculos, para possibilitar o desenvolvimento social e econômico dos empreendedores financiados.

A Tabela 60 apresenta a avaliação feita pelos beneficiários entrevistados sobre a qualidade do apoio recebido de organizações sociais e de assistência técnica, incluindo a frequência de interação com essas organizações.

Tabela 60 - Apoio recebido de organizações de assistência

Variáveis	Adimplentes (n=28)			Inadimplentes (n=101)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Qualidade do apoio recebido de organizações de assistência/sociais (Escala: 1= nenhum apoio; 10= total apoio)						
Extensão pública (Emater)	28	6,54	3,89	91	5,97	3,57
Extensão privada	28	1,57	2,12	90	1,66	1,90
Movimentos sociais	28	1,00	0,00	91	1,10	0,76
ONGs	28	1,00	0,00	91	1,00	0,00
Prefeituras	28	4,57	3,73	91	3,40	3,17
UTE	28	2,21	3,04	89	1,43	1,66
Sindicato	28	3,79	3,57	90	3,12	3,09
Frequência de interação com organizações de assistência/sociais (Número de visitas por ano)						
Visitas da UTE	28	0,04	0,19	95	0,02	0,14
Visitas de Agente Financeiro	28	0,18	0,39	95	0,11	0,34
Visitas de organização de ATER	28	1,61	2,90	95	1,36	3,11
Visitas de sindicato	28	0,43	0,88	95	0,05	0,30
Visitas de ONGs	28	0,00	0,00	95	0,00	0,00
Visitas de movimentos sociais	28	0,00	0,00	95	0,00	0,00

A extensão pública (Emater), a prefeitura do município e o Sindicato são as organizações que prestam maior apoio relativo aos empreendimentos, embora as avaliações apresentem valores medianos a baixos, o que sugere que os entrevistados sentem necessidade de mais apoio que o que tem sido oferecido. As diferenças de avaliação entre os grupos de adimplentes e inadimplentes foram pequenas, porém com avaliações mais favoráveis no grupo de adimplentes.

As organizações sociais (ONGs e movimentos sociais) praticamente não interagiram com os beneficiários. Os sindicatos e as UTEs os apoiaram eventualmente, segundo os entrevistados.

A frequência de interações entre as redes de apoio e os beneficiários em geral é baixa, com média de 1 a 2 visitas por ano da assistência técnica. Este resultado corrobora a necessidade de intensificação desses apoios, notadamente de assistência técnica e gerencial.

Foi tentada uma decomposição das atribuições e responsabilidades pela assistência técnica ao longo do processo de planejamento, implantação e operação dos empreendimentos individuais. Os resultados são apresentados na Tabela 61.

Tabela 61 - Responsabilidades por Assistência Técnica (ATER), em diversos momentos do projeto produtivo.

Variáveis	Adimplentes (n=28)		Inadimplentes (n=101)	
	n	%	n	%
Responsabilidade por AT, na elaboração do projeto				
Extensão pública (Emater)	20	71,43	76	75,25
Extensão privada	2	7,14	11	10,89
Movimentos sociais	0	0,00	1	0,99
ONGs	0	0,00	0	0,00
Outro	7	25,00	21	20,79
Responsabilidade por AT, na implantação do projeto				
(Pronaf A): extensão pública	18	64,29	71	70,30
(Pronaf A): Extensão privada	3	10,71	10	9,90
(Pronaf A): Movimentos sociais	0	0,00	1	0,99
(Pronaf A): ONGs	1	3,57	0	0,00
(Pronaf A): Outro.	1	3,57	14	13,86
Responsabilidade por AT, no presente				
Extensão pública	16	57,14	36	35,64
Extensão privada	5	17,86	7	6,93
Movimentos sociais	0	0,00	0	0,00
ONGs	0	0,00	0	0,00
Outro	1	3,57	3	2,97

A extensão oficial teve um papel mais proeminente nas etapas de planejamento e implantação dos projetos, diminuindo sua presença no momento atual. Com a finalização da implantação inicial dos projetos, a extensão oficial reduziu a sua presença, com ligeiro aumento da presença da extensão privada.

Aparentemente, não há grandes diferenças de apoios entre adimplentes e inadimplentes, a exceção da maior presença de assistência técnica pública e privada na fase posterior a implantação do projeto. É provável que essa diferença possa ter alguma influência sobre o desempenho das atividades produtivas do grupo de produtores adimplentes.

5.2.10. Recursos locais

O modelo de assentamento individual comparado ao de assentamento coletivo apresenta a desvantagem da maior dispersão espacial dos beneficiários, o que dificulta a oferta de serviços públicos aos empreendimentos financiados e possivelmente tem influência na fixação dos beneficiários em seus lotes.

Foi feita uma avaliação da percepção dos entrevistados sobre a qualidade dos serviços básicos disponíveis para atender aos empreendimentos. O resultado é apresentado na Tabela 62.

Tabela 62 - Qualidade de serviços disponíveis

Qualidade dos serviços (Escala: 1= serviço oferecido é péssimo; 10= serviço oferecido é excelente)	Adimplentes (n=28)			Inadimplentes (n=101)		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Água encanada	28	1,75	2,05	99	1,88	2,35
Luz	28	8,54	2,35	99	8,56	2,74
Telefone	28	2,46	2,99	99	2,08	2,83
Atendimento de saúde	28	6,36	3,15	99	3,76	3,52
Escola	26	5,35	4,22	86	4,73	4,05
Transporte em geral	27	4,30	3,97	97	3,61	3,64
Transporte Escolar	25	8,48	2,26	90	8,06	2,70
Estradas de ligação do empreendimento com a sede do Município	28	5,75	3,28	99	4,38	3,24

Fornecimento de luz e transporte escolar foram os serviços melhor avaliados, num nível de qualidade muito bom. Escola e estradas de ligação com a sede do município receberam avaliações de qualidade mediana a fraca. O atendimento de saúde foi considerado razoável, pelos beneficiários adimplentes, e deficiente, pelos inadimplentes. Telefone, água encanada e transporte em geral foram avaliados como deficientes a muito ruins, recebendo as avaliações mais desfavoráveis.

Tais resultados indicam que o apoio a produção, em forma de infraestruturas de comunicações e qualidade de vida necessitam avançar, para garantir a ocupação permanente dos lotes e o suporte desses serviços para a produção agropecuária e a comercialização da produção dos empreendimentos.

O Perfil do empreendimento no Programa Banco Da Terra (BT)



6. O Perfil do empreendimento no Programa Banco Da Terra (BT)

O principal objetivo deste estudo foi determinar um perfil dos beneficiários inadimplentes do Programa Banco da Terra, para os financiamentos coletivos e individuais. Com base nos resultados apresentados anteriormente, é possível traçar esse perfil, o que foi feito em função das variáveis que foram investigadas pelo estudo. Complementarmente, foi realizado um perfil dos beneficiários adimplentes, para efeito de contraste e aumento da compreensão do fenômeno estudado. O perfil dos beneficiários inadimplentes dos empreendimentos coletivos raramente foi elaborado em comparação com o do empreendimento adimplente, em função da existência de um único caso de empreendimento coletivo adimplente no momento da coleta de informação, no Estado indicado pelo MDA para realização do estudo.

6.1. Caracterização do imóvel

Os empreendimentos apresentam características peculiares relacionadas ao seu imóvel:

Banco da Terra – Empreendimentos coletivos	Banco da Terra – Empreendimentos individuais
<p>Os imóveis apresentam uma área média de aproximadamente 490 Ha, com uma média aproximada de 14 ha por parcela de assentado.</p> <p>Cerca de 150 ha são utilizados para atividades produtivas agrícolas (produção vegetal e animal).</p> <p>Apenas 30% das propriedades estão ocupadas com atividades produtivas agropecuárias.</p> <p>A área de floresta é de cerca de 60 ha.</p> <p>A área de reserva legal é em média de 86 ha.</p> <p>Registrou-se a exploração da reserva legal, sendo a extração de madeira e lenha, de frutas, a produção de carvão e a caça as atividades mais praticadas.</p> <p>Registram-se limitações em fertilidade, em acidez do solo e ocorrência de terrenos pedregosos, impróprios para a agricultura. Compactação do solo e erosão foi registrada ocorrendo para 70% das propriedades.</p> <p>Predominam empreendimentos com terrenos planos (70%) ou com declive suave (35%).</p> <p>A totalidade dos empreendimentos afirma que a disponibilidade de água é pouca. É suficiente para atender as demandas produtivas e a manutenção do consumo humano somente para 30% deles. A qualidade para consumo humano para a maioria é classificada como boa a excelente.</p> <p>A metade das fontes de água é constituída por poços artesanais e em muitas propriedades (40%) não se adotam medidas de proteção dessas fontes d'água.</p> <p>A maioria dos beneficiários construiu parcialmente ou totalmente suas casas, em 80% delas há instalações sanitárias com bacia sanitária e chuveiro e em 70% existem estruturas para armazenamento de água.</p> <p>Apenas 15,79% dos empreendimentos declara dispor de infraestruturas produtivas.</p> <p>A maioria dos associados construiu parcialmente cercas, estradas e carregadores internos e externos. Muitos construíram currais nas propriedades.</p>	<p>A área média dos empreendimentos foi de 7,89 ha para os empreendimentos adimplentes e de 8,22 ha para os empreendimentos inadimplentes.</p> <p>A área ocupada com produção agropecuária tem uma variação de 2,95 a 9,35 ha para os inadimplentes, sendo muito semelhante aos adimplentes.</p> <p>O tamanho da reserva legal é semelhante nos dois grupos, a maioria afirma não explorar a reserva legal e um pequeno percentual de inadimplentes retira dessa reserva madeira, lenha e frutas principalmente.</p> <p>As terras foram avaliadas de forma semelhante por adimplentes e inadimplentes: boa fertilidade, com áreas pedregosas e manchas de solos arenosos.</p> <p>A disponibilidade de água nas propriedades é insuficiente para atender as necessidades produtivas e humanas e é mais crítica para o grupo dos beneficiários inadimplentes.</p> <p>Compactação do solo e erosão ocorre com mais frequência nas propriedades dos beneficiários inadimplentes.</p> <p>Predominam empreendimentos com declive suave (75%, número aproximado) ou em menor escala terrenos planos (35%).</p> <p>A água é escassa para a metade dos empreendimentos. Menos da metade possuem fonte de água no próprio terreno e mais de 60% possuem fontes de água fora dos lotes. Uma minoria possui poços artesanais.</p> <p>A maioria dos beneficiários construiu parcialmente suas casas e em 77% delas há instalações sanitárias com bacia sanitária e chuveiro (empreendimentos inadimplentes). Existem estruturas para armazenamento de água.</p> <p>A maioria dos beneficiários construiu parcialmente suas casas (média 1,21). Em cerca de 77% delas há instalações sanitárias com bacia sanitária e chuveiro (empreendimentos inadimplentes) e em iguais proporções nos dois grupos existem estruturas para armazenamento de água.</p> <p>Um terço dos inadimplentes dispõe no empreendimento de armazéns, silos ou depósitos para a produção agrícola. Cercas, estradas e carregadores internos e externos foram parcialmente construídos na maioria empreendimentos.</p> <p>Estábulo, represas e chiqueiros foram infraestruturas muito dispersas nas propriedades.</p>

6.2. Caracterização da Produção Rural

Em relação à exploração rural do seu imóvel, os empreendimentos inadimplentes se caracterizam (ou diferenciam dos adimplentes) nos seguintes aspectos:

Banco da Terra – Empreendimentos Coletivos	Banco da Terra – Empreendimentos Individuais
<p>O conhecimento dos beneficiários sobre a tecnologia de produção vegetal e animal é limitado, em virtude de deficiências na capacitação dos mesmos sobre sistemas de produção.</p> <p>O manejo da produção em regime de escassez de água que ocorre nos cerrados é uma limitante ao sucesso das atividades agrícolas que necessita ser equacionada com inovação tecnológica e gerencial.</p> <p>As principais fontes de financiamento da produção foram os recursos próprios e os financiamentos do PRONAF A, que atendeu menos da metade dos beneficiários entrevistados no Estado.</p> <p>Somente 35% dos financiados pelo PRONAF A considera os termos adequados às suas necessidades. A taxa de adimplência é baixa, em média dois adimplentes para nove financiados. Parte dos financiados esperou mais de três anos pelos recursos do financiamento.</p> <p>A mão de obra empregada nos empreendimentos é estimada em média de dois trabalhadores por lote, pouca contratação de mão de obra externa e um número alto de pessoas de famílias de associados trabalhando fora do empreendimento.</p> <p>A comercialização é feita com intermediários (a mais utilizada) ou venda direta a consumidores em feiras. Todavia, apenas pequena parte da produção é comercializada por essas vias. Os produtores têm dificuldades em acessar mercados.</p> <p>A distância dos empreendimentos em relação ao mercado local mais próximo (de 33 a 55 Km, com estradas de acesso de má qualidade) é um fator limitante a comercialização dos produtos dos empreendimentos e a geração de renda pelos mesmos.</p>	<p>Entre os que se dedicam a produção animal, predomina a bovinocultura de carne e leite. A avicultura é a segunda criação explorada (para 20%) e há alguma (pouca) atividade produtiva de suínos e caprinos.</p> <p>Os principais produtos oferecidos ao mercado são o leite, o queijo e a carne bovina e suína. Poucos empreendimentos produzem aves e ovos em pequena escala.</p> <p>As rendas auferidas com produtos de origem animal são pouco expressivas. Um produtor de leite do grupo dos empreendimentos inadimplentes, não alcançaria um salário mínimo de remuneração.</p> <p>A renda auferida com a produção pecuária nos empreendimentos inadimplentes é menor do que a auferida pelos adimplentes.</p> <p>A tecnologia de produção utilizada é mediana e menos intensiva nos empreendimentos inadimplentes. O percentual de uso de raças melhoradas pelo o grupo de adimplentes é maior.</p> <p>As produtividades obtidas da produção pecuária são em geral baixas. Má qualidade das raças (genética animal), ocorrência de secas e alimentação dos rebanhos foram as variáveis apontadas como de maior influência relativa sobre o baixo desempenho das explorações pecuárias.</p> <p>A produção agrícola é bastante diversificada, constando de milho, café, feijão, mandioca, hortaliças, frutas, algodão, flores, plantas ornamentais, soja e vassoura.</p> <p>Predomina a produção de milho e café. As áreas plantadas variam de 0,20 a 3,00 ha, as áreas menores de hortaliças e as maiores de milho e café.</p> <p>Os volumes produzidos pelo grupo de beneficiários inadimplentes são menores, o que significa menor possibilidade de geração de renda para eles.</p> <p>A uva é explorada no Paraná, no Município de Marialva por um pequeno grupo de beneficiários. Morango é a segunda alternativa. Apresentam um potencial de retornos bastante interessante para a agricultura de pequena escala. O café é a atividade produtiva mais difundida entre os beneficiários individuais do Programa no Paraná. Também aparece a produção de flores, plantas ornamentais e de reflorestamento, vassoura, que exploram nichos de mercado.</p> <p>Os produtores de feijão, milho e mandioca relatam baixas rendas anuais e os produtores de uva e café, aparecem com rendas muitas vezes superiores aos produtores de culturas temporárias.</p> <p>As rendas estimadas são diferentes entre os grupos, sendo maiores para os adimplentes na maioria das atividades, a exceção da renda da produção de mandioca, na qual o grupo dos beneficiários inadimplentes apresenta rendas anuais muito maiores.</p> <p>Os produtores de mandioca, milho e feijão com produções isoladas dessas culturas teriam dificuldades para cobrir com essas rendas o valor das parcelas anuais do crédito obtido.</p> <p>Os volumes produzidos pelo grupo de beneficiários inadimplentes são menores, o que significa menor possibilidade de geração de renda para eles.</p> <p>Os produtores de uva e café apresentam rendas médias capazes de suportar os custos de produção, a manutenção da família e gerar sobras para o pagamento das parcelas anuais do crédito fundiário.</p> <p>O nível tecnológico é mediano a alto entre os produtores, com menores percentuais de uso de tecnologia para os beneficiários inadimplentes.</p> <p>Em termos de uso de adubos, grande maioria associa adubação mineral e orgânica, o que ocorre com menos da metade dos beneficiários inadimplentes. 20% deles não utiliza adubação.</p> <p>As produtividades são baixas e a seca foi apontada como o maior problema, principalmente para os beneficiários inadimplentes.</p> <p>O uso de sementes e mudas de qualidade e os problemas de deficiência de nutrição são apontados pelos beneficiários inadimplentes como influências um pouco mais altas sobre o desempenho de suas plantações.</p> <p>As principais fontes de financiamento da produção são os recursos próprios (principal fonte) e os financiamentos do PRONAF A (atendeu um pouco mais da metade dos beneficiários).</p> <p>A adequação do financiamento (PRONAF A) é considerada menos satisfatória pelos beneficiários inadimplentes, que apresentam uma maior taxa de inadimplência também nesse financiamento.</p> <p>Os inadimplentes usam menos mão de obra externa e da família do que o grupo dos empreendimentos adimplentes. Esse resultado sugere uma maior atividade produtiva nos empreendimentos adimplentes.</p> <p>A média de indivíduos trabalhando fora dos seus lotes é pequena para os dois grupos.</p> <p>Os intermediários são a principal forma de acesso ao mercado para a maioria dos financiados, com menor uso da comercialização em feiras.</p> <p>O grupo de empreendimentos inadimplentes se situa a maior distância do mercado de seus produtos.</p>

6.3. Caracterização da renda familiar: importância de diversas fontes e relação entre ganhos e despesas

A renda familiar de empreendimentos inadimplentes tem como principais fontes, nesta ordem:

Banco da Terra – Empreendimentos coletivos	Banco da Terra – Empreendimentos individuais
<p>Ganhos de aposentadoria, aposentadoria rural por idade ou pensão e os ganhos do trabalho fora do empreendimento foram as alternativas de geração de renda avaliadas como de maior importância.</p> <p>Ganhos recebidos do governo (Bolsa Família, Vale Gás) aparecem como a terceira fonte de renda para os empreendimentos inadimplentes.</p> <p>A produção vendida ao mercado é a quarta alternativa em importância e foi avaliada como tendo a metade da importância das principais fontes de renda.</p> <p>Os gastos com contas mensais de eletricidade, telefone celular e gás são as mais importantes no rol de despesas das famílias.</p> <p>Todos declararam ter despesas maiores que os ganhos. Aceitando-se como real e permanente essa situação, essa seria uma das razões para a inadimplência dos beneficiários desse Programa.</p>	<p>Os ganhos com a venda de produtos do empreendimento e os ganhos com o trabalho fora do empreendimento foram as alternativas de geração de renda de maior importância para todos. (com valores de importância mais baixos para os inadimplentes).</p> <p>Ganhos recebidos do governo (Bolsa Família, Vale Gás) e ganhos de aposentadoria e pensões aparecem como outras fontes de renda, com importância maior para os empreendimentos inadimplentes.</p> <p>A situação dos gastos fixos das famílias revela que as contas mensais com eletricidade, telefone celular e gás são as mais importantes para todos.</p> <p>Somente as despesas com eletrodomésticos são duas vezes menores para os inadimplentes (o que sugere uma situação econômica relativa menos favorável desse grupo).</p> <p>Os inadimplentes entrevistados declaram ter despesas maiores que os ganhos.</p>

6.4. Mudanças em qualidade de vida de empreendimentos adimplentes e inadimplentes

As mudanças em qualidade de vida, que poderiam resultar da adesão dos empreendedores ao Programa, apresentam-se como segue, para empreendimentos inadimplentes:

Banco da Terra – Empreendimentos coletivos	Banco da Terra – Empreendimentos individuais
<p>Os beneficiários inadimplentes se distribuem entre os contentes e descontentes com os avanços obtidos a partir do financiamento dos seus lotes.</p> <p>A maioria acredita que melhorou em termos de alimentação da família, no acesso a equipamentos domésticos, como TV, geladeira e fogão, a educação das crianças, a serviços públicos (água, luz, telefone) e no transporte utilizado pela família.</p> <p>As percepções negativas referem-se principalmente aos indicadores de avanço econômico, os ganhos e o patrimônio das famílias.</p> <p>Os resultados obtidos foram compensadores no plano da melhoria social e ainda se precisa avançar no plano do desenvolvimento econômico das famílias.</p> <p>Esse avanço passa pela obtenção de melhores resultados nas atividades produtivas agropecuárias nos empreendimentos.</p>	<p>A avaliação dos inadimplentes sobre a qualidade de vida antes e depois dos financiamentos é muito mais negativa do que a percebida pelo grupo de beneficiários adimplentes.</p> <p>Os adimplentes percebem mais melhorias que os inadimplentes para moradia, transporte, educação das crianças e patrimônio da família.</p> <p>Saúde da família foi o fator onde os avanços foram menos notados para ambos os grupos.</p> <p>Sob o ponto de vista de satisfação dos financiados, os resultados dos financiamentos individuais (comparados aos financiamentos coletivos) foram mais compensadores, tanto no plano da melhoria social como no plano do desenvolvimento econômico das famílias.</p>

6.5. Caracterização do contrato

A situação dos contratos e dificuldades para pagamento do financiamento apresenta-se como se segue, para empreendimentos inadimplentes:

Banco da Terra – Empreendimentos coletivos	Banco da Terra – Empreendimentos individuais
<p>No momento da pesquisa, o número médio de parcelas vencidas era de quatro, e o saldo devedor médio dos empreendimentos inadimplentes era de cerca de R\$ 850.000,00 (um valor médio de R\$ 24.000,00 por família, média de 35 famílias por associação).</p> <p>O saldo devedor total, de empreendimentos inadimplentes, é bastante superior ao do empreendimento adimplente.</p> <p>As razões mais importantes para a inadimplência, segundo os inadimplentes são: a) a baixa renda produzida pelo empreendimento; b) a substituição frequente ou saída de associados; c) a seleção inadequada do beneficiário do crédito; d) as despesas muito grandes do beneficiário.</p> <p>Crenças sobre a necessidade, oportunidade ou legitimidade de pagamento da dívida assumida, por convicções próprias ou induzida por terceiros são aceitas por uma minoria para justificar a inadimplência.</p> <p>A questão burocrática da documentação (que influencia a contratação, a renegociação dos contratos e a individualização da dívida) é apontada como causa minoritária de inadimplência.</p> <p>A renegociação dos contratos alcançou um maior percentual de beneficiários (55%) do que a individualização da dívida (somente 5%). A renegociação foi considerada como mais fácil de operar.</p> <p>As limitações assinaladas ao processo de individualização são a falta de consenso interno entre os associados, a necessidade de quitar a dívida existente, a dificuldade em reunir a documentação necessária.</p> <p>A individualização dos contratos, embora possa ter um alcance muito mais abrangente no equacionamento dos problemas de inadimplência das associações, aparenta embutir complexidades que ainda não foram assimiladas pelos beneficiários do Programa.</p> <p>A renegociação dos contratos não solucionou a inadimplência dos beneficiários que passaram pelo processo, que continuaram quase todos (com uma única exceção) na mesma situação.</p> <p>Existe grande rejeição ao modelo coletivo de produção o que se reflete no funcionamento interno das associações e nas dificuldades enfrentadas pelas mesmas.</p> <p>É provável que a forma como o Programa de empreendimentos coletivos foi conduzido seja a causa da rejeição desse modelo pelos beneficiários.</p> <p>Creem que a terra deveria ser oferecida de graça a todos, mas só a posse da terra não é garantia de sucesso na agricultura. Acreditam que terra é patrimônio e garantia de futuro.</p> <p>Beneficiário adimplente e inadimplente mostram diferentes graus de satisfação com as condições do financiamento, sendo maior para o empreendimento adimplente.</p> <p>Os maiores descontentamentos foram registrados em relação ao valor total do financiamento da terra, com o financiamento de projetos de infraestrutura e com os procedimentos para substituição de associados.</p> <p>Receberam avaliações sofríveis os Procedimento para exclusão de associados, a Orientação/informação para individualização da propriedade e da dívida e a Capacitação inicial para fazer proposta.</p>	<p>No momento da pesquisa, o número médio de parcelas vencidas era de 2 e 4 (adimplentes e inadimplentes), e o saldo devedor médio dos empreendimentos inadimplentes era maior (47 mil reais) para um saldo devedor de cerca de 32 mil reais para os beneficiários adimplentes.</p> <p>Há convergência sobre a maior influência de algumas causas para os atrasos no pagamento, como: a) a baixa renda produzida pelo empreendimento; b) a seleção inadequada do beneficiário do crédito; c) as despesas muito grandes do beneficiário.</p> <p>A influência de crenças sobre a necessidade, oportunidade ou legitimidade de pagamento da dívida assumida, por convicções próprias ou induzida por terceiros é aceita por uma minoria para justificar seus atrasos com os financiamentos.</p> <p>A crença que o governo deve dar a terra de graça é muito difundida e apontada como uma das razões para a inadimplência. A influência de lideranças locais em busca de proeminência política também foi muito apontada como associada à inadimplência.</p> <p>Problemas de seleção e de planejamento inicial, falta de capacidades e de uma infraestrutura de assistência técnica para capacitar e orientar os produtores, problemas de comercialização e preços obtidos pela produção, gerando renda insuficiente seriam as causas comumente associadas a inadimplência. Acidentes e catástrofes naturais e fatores climáticos, inerentes a atividade agrícola também são mencionados.</p> <p>Falhas iniciais na escolha das atividades foram responsáveis por muitos insucessos (mau planejamento inicial da atividade produtiva) gerando projetos que não prosperaram.</p> <p>Há concordância dos dois grupos sobre ser dever do governo financiar a terra.</p> <p>Existe quase consenso sobre os baixos desempenho e sucesso de programas de acesso coletivo a terra.</p> <p>A renegociação dos contratos alcançou um maior percentual de beneficiários inadimplentes (aproximadamente 55%).</p> <p>As dificuldades do processo em função da burocracia, documentação ou orientação não representaram grandes impedimentos para a concretização do processo (somente 10% alegam essas dificuldades).</p> <p>A renegociação dos contratos solucionou temporariamente a inadimplência dos beneficiários, mas a maioria dos inadimplentes voltou à mesma situação anterior.</p> <p>Os beneficiários inadimplentes mostram um grau de satisfação muito menor do que os beneficiários adimplentes com as condições dos financiamentos.</p> <p>Os beneficiários estão muito satisfeitos com os prazos de carência dos financiamentos, com a forma de escolher os imóveis financiados e com a documentação exigida para entrar no processo.</p> <p>Os maiores descontentamentos foram registrados para capacitação inicial e orientação sobre a renegociação das dívidas e com o valor das parcelas pagas pelos beneficiários inadimplentes.</p>

6.6. Caracterização da Associação e das Famílias

As associações e famílias de empreendimentos inadimplentes caracterizam-se por:

Banco da Terra – Empreendimentos coletivos	Banco da Terra – Empreendimentos individuais
<p>As associações são compostas por aproximadamente 30 associados, com um terço de sócios do sexo feminino e dois terços masculinos.</p> <p>Há predominância de sócios com mais de 32 anos. Somente cerca de 10% dos associados estão na faixa de idade de 18 a 28 anos. Cerca de 40% dos associados se considera negro.</p> <p>A experiência na agricultura é considerada alta entre os associados, tanto no momento da contratação do financiamento quanto no momento atual. Mais da metade dos associados ou membros da família tiveram experiência anterior como empregado temporário em fazendas.</p> <p>O perfil de educação formal se distribui em todos os níveis, sendo menos de 10% de analfabetos e uma maior concentração de associados/membros de famílias com nível primário incompleto ou completo (36%).</p> <p>O número de associados/pessoas da família com ginásio incompleto ou completo é estimado em cerca de 30% da associação. 23% dos associados/membros das famílias possuem segundo grau incompleto ou completo.</p> <p>A rotatividade dos membros das associações é alta. O percentual de abandonos seria de 70%, com uma taxa de substituição formal de membros de 50% e de substituição informal também próxima a 50%.</p> <p>A alta rotatividade na propriedade dos lotes pode ser causada por vários motivos, entre os quais insucesso na gestão dos empreendimentos e até especulação com a terra adquirida via financiamento.</p> <p>O impacto da rotatividade na gerencia da associação são positivos e negativos. Aumento da motivação para o trabalho e consequente melhoria da associação foram as vantagens apontadas. Como desvantagens, o aumento na parcela da dívida dos associados que ficaram e o incentivo para outros abandonos.</p> <p>O rol de funções desempenhadas pelas associações inclui a juntada de documentação (80%), contratação de serviços de topografia (75%), contratação de serviços de contabilidade (60%), seleção e compra do imóvel e de novos beneficiários. Menos citados são o controle financeiro da associação e a organização de mutirões.</p> <p>A tomada de decisões da Diretoria da associação é feita consultando a maioria dos associados. Entretanto a decisão é posta em prática somente em 30% dos casos.</p> <p>A participação dos associados é limitada, 70% dos associados não comparecem as reuniões. Somente em 25% das associações a maioria dos associados comparece e participa das reuniões. Perfil semelhante de participação é obtido em relação aos mutirões.</p>	<p>As famílias são compostas quatro membros em média, com a metade composta por mulheres e um percentual de jovens entre 18 e 32 anos em torno de 25%. Cerca de 14% (inadimplentes) dos beneficiários se considera negro.</p> <p>A experiência na agricultura foi considerada mediana e relativamente menor entre os inadimplentes no momento da contratação do financiamento e cresceu ao longo da implantação dos empreendimentos.</p> <p>Um terço dos beneficiários (ou membros de suas famílias) tiveram experiência anterior como empregado temporário em fazendas.</p> <p>O perfil de educação formal apresenta um percentual baixo de analfabetos, uma maior concentração de membros de famílias com nível primário incompleto ou completo e um percentual baixo de membros das famílias que possuem segundo grau incompleto ou completo. Os indicadores de educação formal dos inadimplentes são inferiores aos adimplentes.</p>

6.7. Redes de apoio

Em relação ao apoio recebido de diversas organizações, em termos de informação, orientação e ajuda com documentação, empreendimentos inadimplentes::

Banco da Terra – Empreendimentos coletivos	Banco da Terra – Empreendimentos individuais
<p>A extensão pública (Emater), a extensão privada, a UTE e o Sindicato são reconhecidos como os que prestam maior apoio relativo aos empreendimentos, embora as avaliações apresentem valores baixos.</p> <p>Os entrevistados sentem necessitar de muito mais apoio que o que tem sido oferecido.</p> <p>A frequência de interações entre as redes de apoio e os associados é baixa, em média três visitas por ano da assistência técnica e uma visita da UTE do PNCF.</p> <p>Há a necessidade de intensificação desses apoios, notadamente de assistência técnica e gerencial.</p> <p>A extensão privada teve um papel mais proeminente nas etapas de planejamento e implantação dos projetos, diminuindo sua presença no momento atual.</p> <p>Finalizada a implantação dos projetos, a extensão oficial aumentou sua presença, substituindo a extensão privada.</p>	<p>A extensão pública (Emater), a prefeitura do município e o Sindicato são reconhecidos como os que prestam maior apoio relativo aos empreendimentos.</p> <p>As avaliações da estrutura de apoio apresentam valores medianos a baixos, o que sugere que os entrevistados sentem necessidade mais apoio que o que tem sido oferecido.</p> <p>As organizações sociais (ONGs e movimentos sociais) praticamente não interagiram com os beneficiários. Os sindicatos e as UTEs os apoiaram eventualmente.</p> <p>A frequência de interações entre as redes de apoio e os associados é baixa, em média 1 a 2 visitas por ano da assistência técnica.</p> <p>A extensão pública teve um papel mais proeminente nas etapas de planejamento e implantação dos projetos, diminuindo sua presença no momento atual.</p> <p>Aparentemente, não há grandes diferenças de apoios entre adimplentes e inadimplentes, a exceção da maior presença de assistência técnica privada na fase posterior a implantação do projeto.</p>

6.8. Recursos locais: qualidade dos serviços disponíveis

Foram avaliados pelos beneficiários entrevistados da seguinte forma:

Banco da Terra – Empreendimentos coletivos	Banco da Terra – Empreendimentos individuais
<p>Fornecimento de luz, escola e transporte escolar foram os serviços melhor avaliados, porém num nível de qualidade razoável a bom.</p> <p>Telefone, atendimento de saúde e estradas de ligação com a sede do município são serviços considerados precários pelos associados. Fornecimento de água foi avaliado como sofrível.</p>	<p>Fornecimento de luz e transporte escolar foram os serviços melhor avaliados, num nível de qualidade muito bom.</p> <p>Escola e estradas de ligação com a sede do município receberam avaliações de qualidade mediana a fraca. O atendimento de saúde foi considerado deficiente, pelos inadimplentes. Telefone, água encanada e transporte em geral foram avaliados como deficientes a muito ruins, recebendo as avaliações mais desfavoráveis.</p>

A partir dos perfis elaborados, foram sintetizadas algumas conclusões e recomendações para a formulação de estratégias de gestão do Programa, apresentadas na sequência.

Conclusões e Recomendações



7. Conclusões e Recomendações

7.1. Banco da Terra Coletivo

7.1.1. Conclusões

Os imóveis apresentam uma área média de 490 Ha, com uma média de 14 Ha por parcela de assentado. Apenas 30% da área total das propriedades estão ocupadas com atividades produtivas agropecuárias (produção vegetal e animal), o que representa uma taxa de uso baixa da terra disponível.

A totalidade dos empreendimentos afirma que a disponibilidade de água é pouca, o que representa uma limitação para a exploração dos imóveis. A metade das fontes de água é constituída por poços artesianos.

Telefone, atendimento de saúde e estradas de ligação com a sede do município (essencial para a comercialização de insumos produtivos e produtos do empreendimento), são serviços considerados precários pelos associados.

Quase a totalidade dos empreendimentos produz para alimentação da família, com pouca relação com o mercado. Este comportamento afeta a geração de rendas dos empreendimentos.

Os principais produtos comercializados são o leite, o queijo e a carne bovina e suína, grãos e mandioca em menor escala. As rendas auferidas com essas explorações são pouco expressivas, o que pode estar relacionado com a condição de inadimplência desses empreendimentos.

O conhecimento dos beneficiários sobre a tecnologia de produção vegetal e animal é limitado, em virtude de deficiências na capacitação dos mesmos sobre sistemas de produção.

O manejo da produção em regime de escassez de água que ocorre nos cerrados é uma limitante ao sucesso das atividades agrícolas que necessita ser equacionada com inovação tecnológica e gerencial.

Os produtores têm dificuldades em acessar mercados. A distância dos empreendimentos em relação ao mercado local mais próximo (de 33 a 55 Km, com estradas de acesso de má qualidade) é um fator limitante a comercialização dos produtos dos empreendimentos.

Todos os inadimplentes declararam ter despesas maiores que os ganhos. Aceitando-se como real e permanente essa situação, essa seria uma das razões para a inadimplência dos beneficiários dessa linha de financiamento.

É provável que a forma como a linha de financiamentos de empreendimentos coletivos foi planejada e conduzida seja a causa da rejeição desse modelo pelos beneficiários, principalmente no que tange a forma de responsabilidade coletiva pela quitação da dívida.

A alta rotatividade na propriedade dos lotes pode ser causada por vários motivos, entre os quais insucesso na gestão dos empreendimentos e até especulação com a terra adquirida via financiamento.

A tomada de decisões da Diretoria da associação é feita consultando a maioria dos associados. Entretanto a decisão é posta em prática somente em 30% dos casos. A participação dos associados é limitada, 70% dos associados não comparecem as reuniões.

Os entrevistados sentem necessitar de muito mais apoio (ATER, informação, orientação gerencial) do que o que tem sido oferecido.

A frequência de interações entre as redes de apoio e os associados é baixa, em média três visitas ao empreendimento por ano, da assistência técnica. Há a necessidade de intensificação desses apoios, notadamente de assistência técnica e gerencial.

Os resultados obtidos foram compensadores no plano da melhoria social e ainda se precisa avançar no plano do desenvolvimento econômico das famílias. Esse avanço passa pela obtenção de melhores resultados nas atividades produtivas agropecuárias nos empreendimentos.

7.1.2. Recomendações

O Banco da terra é uma linha de financiamento que já concluiu suas aplicações, sendo substituído pelo CAF e CPR. Consequentemente, muitas das decisões estratégicas para o sucesso do Programa já foram tomadas, não sendo possível atuar em determinadas fases do processo, que já foram realizadas. Todavia, é possível encaminhar algumas recomendações no sentido de remover algumas limitações enfrentadas atualmente pelos empreendimentos e dessa forma melhorar o desempenho geral do Programa, reduzindo a inadimplência e aumentando a qualidade de vida dos beneficiários.

A partir das conclusões apresentadas, podem ser encaminhadas as seguintes recomendações:

- A par da produção agrícola para autoconsumo é necessário incentivar a produção para o mercado, de forma a gerar rendas para o empreendimento. A baixa taxa de exploração dos imóveis indica uma oportunidade de crescimento da produção e aumento das rendas dos beneficiários. Crenças sobre o não-funcionamento de empreendimentos coletivos devem ser combatidas com informação massiva sobre exemplos de sucesso e sobre as oportunidades econômicas não exploradas pelas associações até agora, como a compra coletiva de insumos, verticalização agroindustrial cooperada e comercialização coletiva da produção. Campanhas e programas informativos por meios de comunicação de massa, como TV e radiodifusão, pode ser uma forma de atingir os beneficiários.
- Paralelamente ao esforço para o aumento da geração das rendas dos imóveis, deve-se insistir na individualização da dívida, como forma de aumentar a adimplência dos associados com capacidade de pagamento.
- O aumento da eficiência produtiva das explorações agropecuárias é central ao sucesso de qualquer empreendimento financiado pelo Programa, principalmente em função das pequenas dimensões das parcelas dos financiados. É necessário desenvolver sistemas de produção de atividades de baixos custos e produtividades medianas a altas, envolvendo produtos de alto valor de mercado e utilizando insumos amigáveis ao meio ambiente. Tais sistemas de produção devem ser adaptados a condições de déficit hídrico, em função das condições de pouca disponibilidade de água dos imóveis e serem economicamente viáveis, para gerar rendas aos adotantes dos mesmos.
- A geração de inovação em sistemas de produção com as características demandadas pode ser implementada por uma articulação com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela Embrapa. Na definição desse esforço de pesquisa, considerar a escolha de atividades que possam apresentar atratividade econômica (em termos de capacidade de geração de altos ganhos por área) e potencial de mercado.
- A gestão técnica e administrativa das associações e empreendimentos coletivos deve ser profissionalizada. Varias funções técnicas e gerenciais que deveriam ser desempenhadas nos empreendimentos não têm sido realizadas, em função da ausência de uma estrutura de governança capacitada para a função. Essa gerência pode ser também o ponto focal nas associações para aumentar o enlace com a estrutura externa de transferência de tecnologia e inovação.
- A assistência técnica e gerencial precisa ser ampliada, para lograr o aumento da eficiência produtiva nos empreendimentos. Para tal, a estratégia de implantação de sistemas de produção de alto desempenho em eficiência produtiva, sustentabilidade ambiental e altos ganhos pode ser o fator de

aglutinação das estruturas de pesquisa, ATER e beneficiários. A capacitação de gerentes e beneficiários de associações deve ser constante, incluindo motivação sobre as vantagens da produção coletiva, gerência de sistemas de produção de alto desempenho e acesso a mercados de insumos e produtos.

- É necessário incentivar a interação com os mercados, embora se reconheçam inúmeras restrições a esta interação. A assistência técnica deve focalizar produções adequadas à agricultura familiar que sejam valorizadas por mercados locais, ademais de produção para autoconsumo. Metas de aumento da produção destinada ao mercado, e de redução do autoconsumo podem ser incentivadas, para alcance gradativo, a longo prazo.
- Devem ser fornecidos estímulos financeiros para a comercialização de parte da produção (estímulo crescente, à medida que aumenta o grau de comercialização, até um máximo a ser estipulado pelo Programa). De igual maneira que as metas para produção para o mercado, estes estímulos devem contemplar as capacidades e possibilidades de cada grupo de empreendimentos (por Estado e por município).
- O MDA deve articular-se com órgãos responsáveis por estradas e telefonia nos Estados e municípios, para solicitar melhorias destes serviços, que garantam melhores condições para a produção rural e sua comercialização.
- É necessário propiciar oportunidades para acesso a crédito agrícola (Pronaf) que permita iniciar ou incrementar a produção rural orientada pela implementação de sistemas de produção de alto desempenho, especialmente para empreendimentos inadimplentes. Este crédito estaria fortemente vinculado ao desenvolvimento de sistemas de produção de alto desempenho e a estrutura gerencial e de ATER correspondente.
- O alto índice de analfabetismo e de baixa escolaridade encontrados deve ser combatido com programas de alfabetização, os quais serão também importantes para melhorar a qualidade da produção e da gestão do empreendimento.
- Devem ser garantidas novas oportunidades para renegociação e individualização (com simplificação desse processo), com campanha de conscientização e capacitação de beneficiários e de atores envolvidos. Agentes financeiros devem ser orientados para seu papel nestes processos. Bancos federais e estaduais devem ser contatados, visando modificar processos e métodos que permitam obter o resultado esperado.

7.2. Banco da Terra individual

7.2.1. Conclusões

Os lotes são de tamanho muito reduzido para algumas alternativas de produção agropecuária, não havendo diferenças de tamanho ou de potencial produtivo entre adimplentes e inadimplentes.

A pouca disponibilidade de água é considerada uma limitante para todos, sendo mais forte para os empreendimentos inadimplentes.

Compactação do solo e erosão ocorre com mais frequência nas propriedades dos beneficiários inadimplentes, o que pode limitar a exploração agropecuária dessas áreas.

A construção parcial ou total de moradias e infraestruturas produtivas sugere que houve a ocupação da maioria dos lotes financiados. Há poucas diferenças entre empreendimentos adimplentes e inadimplentes.

Escola, atendimento de saúde, água encanada receberam avaliações de qualidade mediana a fraca. Telefone, transporte em geral e estradas de ligação com a sede do município foram avaliados como deficientes a muito ruins, recebendo as avaliações mais desfavoráveis. Esses serviços são essenciais para a comercialização de insumos produtivos e produtos do empreendimento.

As rendas auferidas com produtos de origem animal são pouco expressivas e são menores nos empreendimentos inadimplentes. Um produtor de leite do grupo dos empreendimentos inadimplentes não alcançaria um salário mínimo de remuneração.

A tecnologia de produção utilizada é mediana e menos intensiva nos empreendimentos inadimplentes. Tecnologias importantes como o uso de raças melhoradas e alimentação dos animais são melhor empregadas pelo grupo de adimplentes. Como consequência, as produtividades obtidas da produção pecuária são em geral baixas.

As áreas plantadas são pequenas, variando de 0,20 a 3,00 Ha, sendo as áreas menores de hortaliças e as maiores de milho e café.

Os volumes de produção do grupo de beneficiários inadimplentes são menores, o que significa menor possibilidade de geração de renda para eles. As rendas estimadas são diferentes entre os grupos, sendo maiores para os adimplentes na maioria das atividades, a exceção da renda da produção de mandioca.

A escolha da atividade produtiva tem grande impacto sobre a geração de renda. Produtores de uva, café, flores, morango apresentam rendas muito superiores aos produtores de culturas temporárias (feijão, milho, mandioca).

Os produtores de mandioca, milho e feijão com produções isoladas dessas culturas teriam dificuldades para cobrir com essas rendas o valor das parcelas anuais do crédito obtido. Já os produtores de uva e café apresentam rendas médias capazes de suportar os custos de produção, a manutenção da família e gerar sobras para o pagamento das parcelas anuais do crédito fundiário.

O nível tecnológico é considerado mediano a alto entre os produtores adimplentes, com menores percentuais de uso de tecnologia para os beneficiários inadimplentes. A grande maioria associa adubação mineral e orgânica, o que ocorre com menos da metade dos beneficiários inadimplentes. 20% deles não utiliza adubação.

As produtividades são baixas e a seca foi apontada como o maior problema, principalmente para os beneficiários inadimplentes. O manejo da produção em regime de escassez de água é uma limitante ao sucesso das atividades agrícolas que necessita ser equacionada com inovação tecnológica e gerencial.

O grupo de empreendimentos inadimplentes se situa a maior distância do mercado de seus produtos, o que sugere maior dificuldade de comercialização.

Os ganhos com a venda de produtos do empreendimento e os ganhos com o trabalho fora do empreendimento foram as alternativas de geração de renda de maior importância para todos. Ganhos recebidos do governo (Bolsa Família, Vale Gás) e ganhos de aposentadoria e pensões aparecem como outras fontes de renda, com importância maior para os empreendimentos inadimplentes.

Os inadimplentes usam menos mão de obra externa e da família do que o grupo dos empreendimentos adimplentes. Este resultado sugere uma maior atividade produtiva nos empreendimentos adimplentes.

Os inadimplentes entrevistados declaram ter despesas maiores que os ganhos.

Há convergência sobre a maior influência de algumas causas para os atrasos no pagamento, como: a) a baixa renda produzida pelo empreendimento; b) a seleção inadequada do beneficiário do crédito; c) as despesas muito grandes do beneficiário.

As crenças sobre a necessidade, oportunidade ou legitimidade de pagamento da dívida assumida, por convicções próprias ou induzida por terceiros é aceita por uma minoria para explicar atrasos com os financiamentos.

A crença que o governo deve dar a terra de graça é muito difundida e apontada como uma das razões para a inadimplência. A influência de lideranças locais em busca de proeminência política também foi muito apontada como associada à propagação desta crença.

Falhas iniciais na escolha das atividades foram responsáveis por muitos insucessos (mau planejamento inicial da atividade produtiva) gerando projetos que não prosperaram.

A renegociação dos contratos alcançou um maior percentual de beneficiários inadimplentes (aproximadamente 55%). As dificuldades do processo em função da burocracia, não representaram grandes obstáculos. A renegociação dos contratos solucionou temporariamente a inadimplência dos beneficiários, mas a maioria dos inadimplentes voltou à mesma situação anterior.

Os maiores descontentamentos com a linha de crédito foram para a capacitação inicial, a orientação sobre a renegociação das dívidas e da parte dos beneficiários inadimplentes, com o valor das parcelas pagas.

Os indicadores de educação formal dos inadimplentes são inferiores aos dos beneficiários adimplentes.

As avaliações da estrutura de apoio apresentam valores medianos a baixos, o que sugere que os entrevistados sentem necessidade de mais apoio que o que tem sido oferecido. A frequência de interações entre as redes de apoio e os associados é baixa, em média uma a duas visitas por ano da assistência técnica.

Aparentemente, não há grandes diferenças de apoios entre adimplentes e inadimplentes, a exceção da maior presença de assistência técnica privada na fase posterior a implantação do projeto.

A avaliação dos inadimplentes sobre a qualidade de vida antes e depois dos financiamentos é muito mais negativa do que a percebida pelo grupo de beneficiários adimplentes.

Sob o ponto de vista de satisfação dos financiados, os resultados dos financiamentos individuais (comparados aos financiamentos coletivos) foram mais compensadores, tanto no plano da melhoria social como no plano do desenvolvimento econômico das famílias.

7.2.2. Recomendações

De forma semelhante ao apresentado para a linha de empreendimentos coletivos, a partir das conclusões apresentadas, podem ser encaminhadas as seguintes recomendações a respeito do gerenciamento do BT - empreendimentos individuais:

- A par da produção agrícola para autoconsumo, estes empreendimentos produzem comparativamente mais para o mercado do que os empreendimentos coletivos. Em função das dimensões reduzidas dos lotes, a oportunidade de crescimento da produção e aumento das rendas dos beneficiários é dependente da escolha das atividades produtivas e do aumento da eficiência de produção.
- O aumento da eficiência produtiva das explorações agropecuárias é central ao sucesso dos empreendimentos financiados pelo Programa. Tal como no caso dos empreendimentos coletivos, é necessário desenvolver sistemas de produção de atividades de baixos custos e produtividades medianas a altas, de produtos de alto valor de mercado e utilizando insumos amigáveis ao meio ambiente, ou mesmo difundir sistemas de produção com tais características já praticadas por alguns beneficiários com projetos vitoriosos. Tais sistemas de produção devem ser adaptados a condições de déficit hídrico, em função das condições de pouca disponibilidade de água em muitos imóveis e serem economicamente viáveis, para gerar rendas aos adotantes dos mesmos.

- Como no caso dos empreendimentos coletivos, a geração de inovação em sistemas de produção com as características demandadas pode ser implementada por uma articulação com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela Embrapa. Na definição desse esforço de pesquisa, considerar a escolha de atividades que possam apresentar atratividade econômica (em termos de capacidade de geração de altos ganhos por Ha) e potencial de mercado.
- A gestão técnica e administrativa dos empreendimentos deve ser melhorada. Varias funções técnicas e gerenciais que deveriam ser desempenhadas não têm sido realizadas, em função da ausência das capacidades dos agricultores e da falta de treinamentos voltados a essa dimensão. Programas de capacitação gerencial de produtores devem ser desenvolvidos, para melhorar o perfil de gerenciamento das propriedades.
- A assistência técnica e gerencial precisa ser ampliada em presença junto aos produtores, mesmo depois de concluído os projetos de financiamento, para lograr o aumento da eficiência produtiva nos empreendimentos. Para tal, a estratégia de implantação de sistemas de produção de alto desempenho em eficiência produtiva, sustentabilidade ambiental e altos ganhos pode ser o fator de aglutinação das estruturas de pesquisa, ATER e beneficiários. A capacitação de beneficiários deve ser constante, focando a gerência de sistemas de produção de alto desempenho e acesso a mercados de insumos e produtos. Métodos de assistência grupal podem ser mobilizados para viabilizar um maior enlace entre ATER e beneficiários.
- É necessário incentivar a interação com os mercados, embora se reconheçam inúmeras restrições a esta interação. A assistência técnica deve focalizar produções adequadas à agricultura familiar que sejam valorizadas por mercados locais, ademais de produção para autoconsumo. A criação de grupos de vendas coletivas em determinados sítios e a viabilidade de construção de estruturas agroindustriais (fábricas do produtor) de adição de valor a produção primária, em projetos de associações de produtores, pode ser uma alternativa viável para alguns clusters de produção comum.
- Devem ser fornecidos estímulos financeiros para a comercialização de parte da produção (estímulo crescente, à medida que aumenta o grau de comercialização, até um máximo a ser estipulado pelo Programa). De igual maneira que as metas para produção para o mercado, estes estímulos devem contemplar as capacidades e possibilidades de cada grupo de empreendimentos (por Estado e por município).
- O MDA deve articular-se com órgãos responsáveis por estradas e telefonia nos Estados e municípios, para solicitar melhorias destas vias, que garantam melhores condições para comercialização da produção rural.
- É necessário propiciar oportunidades para acesso a crédito agrícola (Pronaf) que permita iniciar ou incrementar a produção rural orientada pela implementação de sistemas de produção de alto desempenho, especialmente para empreendimentos inadimplentes. Este crédito estaria fortemente vinculado ao desenvolvimento de sistemas de produção de alto desempenho e a estrutura gerencial e de ATER correspondente.
- O alto índice de analfabetismo e de baixa escolaridade encontrados deve ser combatido com programas de alfabetização, os quais serão também importantes para melhorar a qualidade da produção e da gestão do empreendimento.
- Devem ser garantidas novas oportunidades para renegociação, com campanha de conscientização e capacitação de beneficiários e de atores envolvidos. Agentes financeiros devem ser orientados para seu papel nestes processos. Bancos federais e estaduais devem ser contatados, visando modificar processos e métodos que permitam obter o resultado esperado.

- Finalmente, é necessário separar os beneficiários inadimplentes que por diversas razões legítimas não geraram rendas, daqueles que geraram rendas e por razões de crenças e atitudes não cumpriram com seus contratos. Embora minoritário, esse segundo grupo gera insatisfações entre os beneficiários que majoritariamente estão cumprindo com seus compromissos.

Referências Bibliográficas



Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa. 1977.

BITTENCOURT, G. A. & ABRAMOVAY, R. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol**. IE/UNICAMP, 2001. (19p.)

BRASIL. **Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003**. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4892-25-novembro-2003-497525-norma-pe.html>>

BRASIL. **Lei Complementar Nº 93, de 4 de Fevereiro de 1998**. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp93.htm>

BRASIL. **Lei Nº 11.775, de 17 de setembro de 2008**. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322/2006, 8.171/1991, 11.524/2007, 10.186/2001, 7.827/1989, 10.177/2001, 11.718/2008, 8.427/1992, 10.420/2002, o Decreto-Lei nº 79/1966, e a Lei nº 10.978/2004; e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11775.htm>

CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - ESALQ/USP. **Indicadores de preços**. Disponível em: < <http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/>> Consulta em: 17/10/2011.

Colheita cheia que se inicia na Capital da Uva Fina. O Diário – Notícias 11/11/2010. Disponível em: <<http://www.odiario.com/da-regiao/noticia/364400/colheita-cheia-que-se-inicia-na-capital-da-uva-fina/>>. Consulta em 17/10/2011.

CONDÉ, P.A.A. **O Acesso à terra e a visão do público não mobilizado em acampamentos: o crédito fundiário no município de Caçador (SC)**. Dissertação. Mestrado em Agroecossistemas. UFSC. Florianópolis, 2006. 283 p.

GALJART, B. **Rural Development and Sociological Concepts: A Critique, Rural**. Sociol. 36, 31-41. (1971).

GUEDES, M.V.C. **Avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário município de Morada Nova - CE**. Dissertação de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2010. 138 p.

GUEDES, M.V.C. **Reforma Agrária de mercado no Brasil: um Sonho que se tornou Pesadelo.** VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural: GT 11 – História agrária: derecho a la tierra y conflicto em América Latina. Porto de Galinhas, 2010. 18 p.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied Multivariate Statistical Analysis.** 5. Ed. New Jersey: Pearson, 2002.

MAGALHÃES, R. & ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do Pronaf B.** Relatório de consultoria, Consultora Território Plural, São Paulo, 2006. (25p.)

MDA. Reforma agrária e desenvolvimento sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite et alii (orgs.). Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento. 2000, 382 p.

MDA **Manual de Operações do Programa de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF).** 2005.

MDA **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 1. Capacidade de pagamento dos Beneficiários do Banco da Terra na Região Sul do Brasil.** Secretaria de Reordenamento Agrário. Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Projeto Crédito Fundiário e Combate à pobreza Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 73p.

MDA **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 2. Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Perfil de Entrada da Linha de Financiamento Combate à Pobreza Rural.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Projeto Crédito Fundiário e Combate à pobreza Rural. Brasília, 2007. 176 p.

MDA **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 4. Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil. Perfil de Entrada dos Agricultores e Capacidade Operacional das Instituições.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Brasília, 2007. 144 p.

MDA **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 5. Guia Metodológico das Avaliações dos Programas da Secretaria de Reordenamento Agrário – MDA/SRA.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007. 276p.

MDA **Linha de Financiamento Combate à Pobreza Rural - Manual de Operações.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Programa Nacional de Crédito Fundiário. Aprovado pelo Comitê Permanente do Fundo de Terras e de Reordenamento Agrário do CONDRAF, em Sessão Plenária do dia 12 de agosto de 2010, conforme Ata da 16ª Reunião

MDA Base de dados do crédito Fundiário, Brasília, 2011 (uso restrito, não publicado).

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MOTA, D. M. **Zoneamento Agrossocioeconômico dos Tabuleiros Costeiros e da Baixada Litorânea de Sergipe.** Agrotropica (Brasil) (1997).

RAMOS FILHO, E. S. **Questão agrária atual: Sergipe como referencia para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária de mercado.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

RESENDE, M; MENDONÇA, M.L. **A contra reforma agrária do Banco mundial. La Insignia.** Equador, 2005; Disponível em:<http://www.lainsignia.org/2005/enero/econ_009.htm> Consultado em: outubro/2010.

SCHMITZ, H &MOTA, D. M. Agricultura Familiar: Elementos Teóricos e Empíricos. Revista Agrotropica . Itabuna, v. 19, p.21-30, 2007.

SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná. Departamento de Economia Rural – Divisão de Estatísticas Básicas - DERAL/ DEB: Preços – Mensal. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/>> Consulta em: 17/10/2011.

SPAROVEK, G (Org). Crédito Fundiário e Qualidade de Vida no Campo. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília: NEAD, 2005. 142P.

Anexos

ANEXO 1: Questionários aplicados

- Banco da Terra - Individual
- Banco da Terra - Coletivo

FORMULÁRIO EMPREENDIMENTOS INDIVIDUAIS BANCO DA TERRA (BT)

INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

- A. Data da entrevista: ___/___/___
B. Início (hora/minutos): ___/___
C. ENTREVISTADOR: (Nome)

D. ENTREVISTADO (Nome)

2. Frutas nativas
3. Caça
4. Lenha
5. Madeira
6. Carvão
7. Outro.
Qual?

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- A. CPF (USE O FORMATO 000.000.00-00 ; (Consulte a lista de beneficiários recebida)

B. Nome:

C. Estado :

1. Goiás (0=Não, 1=Sim)
2. Paraná (0=Não, 1=Sim)

D. Município (escreva abaixo):

E. Endereço:

F. Distância da sede do município (em Km)

G. **Entrevistador: Esta é uma pergunta para você. Consulte a lista recebida e responda:**

Qual a condição do empreendimento, segundo a lista de amostrados recebida?

1. Condição A (Marque 0)
2. Condição I (Marque 1)

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Área do imóvel e seus usos

Inicialmente, vamos falar do seu imóvel. Começemos então pela área do imóvel:

- A. Qual a área total do imóvel (em hectares):
B. Qual a área (em hectares) ocupada com plantação e criação, no imóvel:
C. Qual a área de floresta, no imóvel:
D. Qual a área de reserva legal (isto é, área de vegetação no interior do imóvel, que não deve ser explorada) atualmente, neste imóvel?
E. Que produtos tira desta área?

Entrevistador: Nas alternativas a seguir, marque 0 se o a alternativa NÃO se aplica, 1 em caso contrário

1. Nenhum produto

- F. A área de reserva legal está registrada em cartório ?
1. Não (0)
2. Sim (1)

Qualidade dos solos e topografia

Entrevistador: marque (0 = NÃO se aplica, e 1 = caso SIM)

A. As terras neste imóvel

1. São férteis, e com boa produção?
2. Têm muita pedra?
3. São arenosas?
4. São pobres (ácidas)?
5. Têm pouca água (áridos ou semi-áridos)?
6. Estão descobertas e são sempre carregadas pela chuva (com problemas de erosão)?
7. São muito duras, a água não entra (com problemas de compactação)

B. Como é o terreno, em geral?

Entrevistador: marque (0 = NÃO se aplica, e 1 = caso SIM)

1. Plano?
2. Tem declive suave?
3. É ondulado?
4. É montanhoso?

Qualidade e disponibilidade de água

A. Que fonte de água abastece o imóvel?

Entrevistador: marque (0 = fonte NÃO abastece a maioria, e 1 = caso contrário).

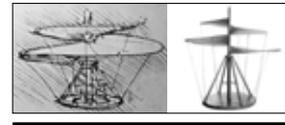
1. Fonte de água disponível no próprio imóvel
2. Fonte de água fora do imóvel

B. Se o abastecimento de água é feito por uma fonte dentro do imóvel, que tipo de área de proteção mantém para esta fonte?

1. Nenhuma (Marque 0)
2. Mata ao redor da fonte (Marque 1)
3. Outro (Marque 9)
Qual?

D. Qual é a qualidade da água que abastece o imóvel para o consumo humano (beber e cozinhar)?

1. Ruim (Marque 0)
2. Boa, se tratada corretamente (Marque 1)
3. Excelente (Marque 2)



- E. A água que abastece o imóvel é suficiente para o consumo das pessoas, e para a produção rural?
1. É insuficiente (**Marque 0**)
 2. É suficiente (**Marque 1**)
- F. Qual é o período de chuvas, na região onde está o imóvel? (**Registre o período em meses, por exemplo, de janeiro a abril, no formato 00/00**)
1. O período de chuvas vai de (mês/mês)

Infra-estrutura existente no imóvel

Vamos falar agora da infra-estrutura que existe no empreendimento: casas, instalações sanitárias, construções para armazenamento de água e da produção agrícola, cercas, e estradas internas.

- A. Sua casa foi construída?
1. Não (**0**)
 2. Parcialmente (**1**)
 3. Totalmente (**2**)
- B. A sua casa tem banheiro (vaso e chuveiro)?
1. A casa não conta com banheiro (**0**)
 2. A casa tem banheiro (**1**)
- C. Seu imóvel tem armazenamento de água?
1. Não tem (**0**)
 2. Tem (**1**)
- D. O imóvel tem armazéns, silos ou depósitos para a produção agrícola?
1. Não tem (**0**)
 2. Tem (**1**)
- E. Como está hoje a situação de cercas, no empreendimento?
1. Não há cercas no empreendimento (**0**)
 2. As cercas estão totalmente construídas (**1**)
- F. Como está hoje a situação de estradas ou carreadores internos, no empreendimento?
1. Não há estradas/carreadores internos (**0**)
 2. Estradas/carreadores estão parcialmente construídos (**1**)
 3. Estradas/carreadores estão totalmente construídos (**2**)
- G. Há outra infra-estrutura no imóvel que seja importante para a criação ou para a plantação?
1. Não (**0**)
 2. Sim (**1**)
- Neste caso, qual?

2. Produz (**1**)
Neste caso, o que produz?

- B. O imóvel tem criações cujos produtos (leite, queijo, ovos, etc.) sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?
1. Não tem (**Marque 0 e prossiga para a seção de Exploração Agrícola**)
 2. Tem (**Marque 1 e prossiga para a questão C**)
- C. O imóvel tem produção de caprinos?
1. Não (= 0) (**prossiga para a questão D**)
 2. Sim (= 1)
 3. Quantos animais são criados no imóvel?
 4. Qual a produção de leite (em litros por mês)?
 5. Qual a produção de queijo (em quilos por mês)?
 6. Qual a produção de carne (em quilos por mês)?
- D. O imóvel tem produção de bovinos?
1. Não (= 0) (**prossiga para questão E**)
 2. Sim (= 1)
 3. Quantos animais são criados no imóvel?
 4. Qual a produção de leite (em litros por mês)?
 5. Qual a produção de queijo (em quilos por mês)?
 6. Qual a produção de carne (em quilos por mês)?
- E. O empreendimento tem produção de galinhas ou outras aves?
1. Não (= 0) (**prossiga para questão F**)
 2. Sim (= 1)
 3. Quantos animais são criados no imóvel?
 4. Qual a produção de ovos (dúzias por mês) do empreendimento?
 5. Qual a produção de carne (quilos por mês)
- F. O empreendimento tem produção de porcos?
1. Não (= 0) (**prossiga para questão G**)
 2. Sim (= 1)
 3. Quantos animais são criados no imóvel?
 4. Qual a produção de carne (kg por mês)?

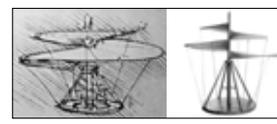
CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL

Exploração pecuária

Vamos falar agora dos produtos que o empreendimento vende para o mercado, e dos que produz para alimentação das famílias:

- A. O seu imóvel produz para a alimentação da própria família?
1. Não produz (**0**)

- G. No empreendimento, há **outra criação destinada ao mercado**, além das que já falamos?
1. Não (**Marque 0 e prossiga para a seção "Tecnologia para a exploração pecuária"**)
 2. Sim (**Marque 1 e prossiga para a questão 3**)
 3. Que criação é esta?



4. Quantos animais (desta criação) são criados no imóvel?

5. Que produtos tem esta criação?

Entrevistador: Marque 0, se o produto não se aplica, 1 em caso contrário

- a. Animais (vivos)?
- b. Leite?
- c. Carne?
- d. Outro produto?

Qual?

Tecnologia para a Exploração pecuária

Vamos falar agora sobre como os animais cujos produtos são destinados à venda são criados, no imóvel.

- A. Na produção animal, você utiliza raças de boa qualidade?
1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
- B. Utiliza vermífugos?
1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
- C. Aplica vacinas contra doenças?
1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
- D. Que doenças são controladas com estas vacinas?
-

E. Os animais se alimentam de:

Entrevistador: marque 0, se o alimento não for utilizado, 1 em caso contrário

1. Pasto natural?
2. Pasto cultivado?
3. Ração (como complemento)?
4. Silagem?
5. Sal?
6. Outro alimento
- Qual?
-

Principais problemas na produção animal

Vamos falar agora sobre a produtividade na produção animal (isto é, na produção média por animal, e apenas para a criação que represente maiores ganhos) e nas razões que podem estar influenciando a produtividade atual. Vamos falar apenas das criações destinadas ao mercado.

A. Que criação, entre aquelas cujos produtos são vendidos para o mercado, é a que resulta em maiores ganhos, no empreendimento?

B. A produtividade desta produção animal (de maiores ganhos) é baixa, média ou alta?

1. Baixa (= 1)
2. Média (= 2)
3. Alta (= 3)

Entrevistador: Se a resposta à questão anterior for 3 (produtividade alta), prossiga para a seção de Exploração Agrícola; do contrário, leia a questão a seguir:

- C. Vamos falar agora de dificuldades ou problemas que podem reduzir a produtividade desta produção animal no empreendimento. Dê uma nota, de 1 a 10, ao prejuízo que cada um destes problemas causou sobre a produtividade desta criação (de maiores ganhos). Ao dar a nota, lembre que 1=não houve prejuízo, e 10 = prejuízo muito grande.

Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

Que prejuízo sobre a produtividade desta criação, foi causado por:

1. Má qualidade da raça usada nesta produção
2. Ocorrência de doenças entre os animais
3. Ocorrência de deficiência de alimentação, entre os animais
4. Perdas por ocorrência de seca
5. Perdas por ocorrência de enchente
6. Perdas por ocorrência de ventanias
7. Perdas por ocorrência de granizo

Exploração agrícola

A. O empreendimento tem plantações cujos produtos (por exemplo, arroz, feijão, milho, etc.) sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?

1. Não (= 0) **Prossiga para a seção Financiamento da Produção**
2. Sim (= 1) **Prossiga para a questão B**

B. O empreendimento tem produção de arroz?

1. Não (= 0) **(prossiga para questão C)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a produção de arroz (em quilos por ano)?

C. O empreendimento tem produção de feijão?

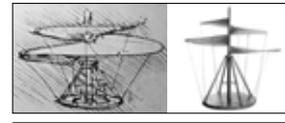
1. Não (= 0) **(prossiga para questão D)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a produção de feijão (em quilos por ano)?

D. O empreendimento tem produção de mandioca?

1. Não (= 0) **(prossiga para questão E)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a produção de mandioca (em quilos por ano)?

E. O empreendimento tem produção de milho?

1. Não (= 0) **(prossiga para questão F)**
2. Sim (= 1)



3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a produção de milho (em quilos por ano)?
- F. O empreendimento tem produção de **verduras e hortaliças**?
1. Não (= 0) (*prossiga para questão G*)
2. Sim (= 1)
3. Se sim, quais (indique quais):
-
4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
5. Qual a produção de verduras e hortaliças (em quilos por ano)?
- G. O empreendimento tem produção de **frutas**?
1. Não (= 0) (*prossiga para questão H*)
2. Sim (= 1)
3. Se sim, quais frutas (indique quais):
-
4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
5. Qual a produção de frutas (em quilos por ano)?
- H. No empreendimento, há **outra plantação destinada ao mercado**, além das que já falamos?
1. Não (**Marque 0 e prossiga para a seção "Tecnologia para a exploração agrícola"**)
2. Sim (**Marque 1 e prossiga para a questão 3**)
3. Que plantação é esta?
-
4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
5. Qual a produção desta plantação (em quilos por ano)?

Tecnologia para a Exploração Agrícola

Vamos falar agora sobre como as plantações cujos produtos são destinados à venda são cuidadas.

- A. Qual o material de plantio utilizado?
Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)
1. Usa sementes e outros materiais de plantio comerciais?
2. Usa grãos de produção própria?
- B. Usa calcário?
1. Não (0)
2. Sim (1)
- C. Faz adubação? Se faz, o que utiliza?
1. Não (0)
2. Sim, com adubo químico (1)
3. Sim, com esterco ou composto (2)
- D. Faz controle de pragas e doenças?
1. (Não = 0) (*Prossiga para a questão "Principais problemas na produção agrícola"*)
2. (SIM = 1)

- E. Neste caso, como faz o controle:

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

1. Usa defensivos agrícolas?
2. Usa controle biológico?
3. Usa outro procedimento?
- Qual?
-

Principais problemas na produção agrícola:

Vamos falar agora sobre a produtividade na produção agrícola (isto é, na produção média por hectare, e apenas para a plantação que represente maiores ganhos, no empreendimento) e nas razões que podem estar influenciando a produtividade atual. Vamos falar apenas das plantações destinadas ao mercado

- A. Que plantação, entre aquelas cujos produtos são vendidos para o mercado, é a que resulta em maiores ganhos, no empreendimento?
-
- B. A produtividade desta produção (de maiores ganhos), é baixa, média ou alta?
1. Baixa (**Marque 1**)
2. Média (**Marque 2**)
3. Alta (**Marque 3**)

Entrevistador: Se a resposta à questão anterior for 3 (produtividade alta), prossiga para a seção de Financiamento da Produção; do contrário, leia a questão a seguir:

- C. Vamos falar agora de dificuldades ou problemas que podem reduzir a produtividade desta produção agrícola no empreendimento. Dê uma nota, de 1 a 10, ao prejuízo que cada um destes problemas causou sobre a produtividade desta plantação (de maiores ganhos). Ao dar a nota, **lembre que 1=não houve prejuízo, e 10 = prejuízo muito grande.**

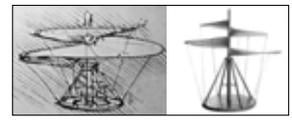
Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

Que prejuízo sobre a produtividade desta criação, foi causado por:

1. Má qualidade da sementes ou mudas usadas nesta produção
2. Ocorrência de doenças ou pragas
3. Ocorrência de deficiência de nutrição
4. Perdas por ocorrência de seca
5. Perdas por ocorrência de enchentes
6. Perdas por ocorrência de ventanias
7. Perdas por ocorrência de granizo

Financiamento da produção

- A. Como você financia a sua produção (animal e/ou agrícola)?



Entrevistador: marque 0, se a alternativa não se aplicar, 1 em caso contrário

1. Ainda está iniciando o projeto e espera pela etapa de produção para obter financiamento

Entrevistador: se a resposta à alternativa anterior for positiva, vá para a seção "Mão de Obra para a Produção"; do contrário, siga com as alternativas nesta questão

2. Com recursos próprios
3. Com recursos de emprestadores particulares
4. Com recursos do PRONAF – A
5. Com recursos de outros programas de crédito?

Quais outros programas de crédito?

6. Usa outras fontes de financiamento?

1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)

Quais?

- B. O financiamento obtido destas fontes (recursos próprios, PRONAF, emprestadores particulares, outros programas de crédito, outras fontes) tem sido adequado, para as suas condições?

(Entrevistador: esta questão se refere a todas as fontes mencionadas nas alternativas anteriores)

1. Não (=0)
2. Sim (=1)

Em caso negativo, por que não tem sido adequado?

Entrevistador: Se NÃO acessou o PRONAF A, vá para a questão E, caso contrário siga para a próxima questão.

- C. Se você acessou o PRONAF A, está em dia com o pagamento?

1. Não (=0)
2. Sim (=1)

- D. Quando você acessou o Pronaf A?

1. Com mais de 3 anos do estabelecimento do empreendimento (**Marque 1**)
2. Com até 3 anos do estabelecimento do empreendimento (**Marque 2**)

- E. **Se ainda não** acessou o Pronaf A, por que não acessou?
- _____
- _____

Mão-de-Obra para a produção

Vamos falar agora das pessoas que trabalham no empreendimento.

(Entrevistador: se o entrevistado não souber responder, marque 99, para as questões A a C, a seguir)

- A. Quantas pessoas, no total, trabalham no imóvel?
- B. Quantos pessoas (de fora) contrata para trabalhar no empreendimento?
- C. Quantas pessoas de sua família trabalham fora do seu imóvel?

Relações com o mercado

Vamos falar agora da comercialização de produtos da exploração agropecuária. Vou falar de diversos compradores destes produtos, pedindo que você indique que parte da produção animal ou agrícola você vende para cada um: nenhuma ou pequena parte, grande parte ou toda a produção.

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

ESCALA:

1=Nenhuma ou pequena parte; 2=Grande parte; 3=Toda a produção

- A. Que parte da produção você vende para Programas de Aquisição de Alimentos?
- B. Que parte da produção você vende vendem para intermediários?
- C. Que parte da produção animal você vende para compradores em feira ou a outros consumidores?
- D. Nos casos de venda para intermediários e consumidores, qual é o mercado local onde estas vendas ocorrem? (**Escreva o nome do município ou distrito**)

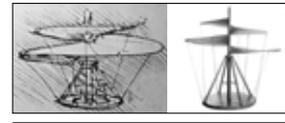
- E. A que distância do imóvel (em km) fica este mercado?

CARACTERIZAÇÃO DA RENDA FAMILIAR

- A. Eu vou falar agora de várias fontes de ganhos. Dê uma nota, de 1 a 10, para a importância de cada uma destas fontes para o que a sua família ganha. Ao dar a nota, **lembre que 1=sem importância, e 10 = importância muito grande.**

Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Ganhos do trabalho (salário, trabalhos eventuais, negócio próprio), fora do empreendimento
2. Ganhos recebidos pela venda de produtos produzidos na propriedade?
3. E de outros ganhos, recebidos do governo (Bolsa Família, Amparo ao Idoso ou ao Deficiente, Vale Gás, Bolsa Escola, etc.)?
4. E ganhos de aposentadoria, aposentadoria rural por idade ou pensão?



5. E ganhos de cadernetas de poupança, arrendamento de terra, etc.?

6. E dinheiro recebido de pessoas de fora do domicílio (filhos que trabalham e vivem fora do empreendimento, igrejas, etc.)

B. Quais as contas que você e sua família pagam todo mês?

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

1. Eletricidade

2. Água

3. Telefone celular

4. Financiamento/crediário de eletrodomésticos (TV, telefone geladeira, fogão)

5. Gás

6. Outras contas
Quais?

C. O que é maior, em geral, os ganhos ou as despesas mensais de sua família?

Entrevistador: use uma escala de 1 a 3, como indicado:

1. Despesas são maiores que ganhos? (1)

2. Despesas e ganhos são quase iguais? (2)

3. Despesas são menores que ganhos? (3)

QUALIDADE DE VIDA NO EMPREENDIMENTO

Vamos falar agora da situação antes do empreendimento e agora, se houve melhora ou não, em relação a moradia, transporte, saúde, etc. Para cada uma destas situações, diga se piorou muito, piorou um pouco, está a mesma coisa, se melhorou um pouco ou se melhorou muito, considerando o que havia antes do empreendimento e do que há agora.

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

ESCALA:

1=Piorou muito; 2=Piorou um pouco; 3=Está a mesma coisa; 4=Melhorou um pouco; 5=Melhorou muito

A. Moradia da sua família

B. Transporte que a família utiliza?

C. Saúde da família?

D. Alimentação da família?

E. Acesso da família a bens como televisão, geladeira, fogão?

F. Ganhos da família

G. Acesso a serviços públicos (água, luz, telefone, etc.)

H. Educação de crianças da família?

I. Patrimônio da família?

CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO

Vamos falar agora sobre o contrato de financiamento da terra, as dificuldades que você encontra para ficar em dia com o banco, e se as várias condições do contrato são satisfatórias, do seu ponto de vista.

A. Quando o empreendimento foi efetivamente iniciado (isto é, quando aconteceu a posse da terra)?

1. (ano) (4 dígitos)

2. Não sei/ não lembro (Marque 999)

B. Saldo devedor total (neste momento):

1. Em R\$:

2. Não sei/ não lembro (Marque 999)

C. O empreendimento está em dia com o banco?

1. Não (= 0)

2. Sim (= 1)

3. Não sei / não lembro (= 9)

D. Se está atrasado com o banco, quantas parcelas estão vencidas?

1. numero de parcelas.

2. Não sei / não lembro (= 99)

E. Eu vou ler agora várias razões para que um empreendimento – mesmo que não seja o seu caso – deixe de pagar sua dívida com o banco. Para cada uma destas razões, dê uma nota de 1 a 10, para o quanto cada razão influencia para que o beneficiário deixe de estar em dia com o banco. **Lembre que 1 é igual a nenhuma influência e 10, a influência total.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Seleção inadequada do beneficiário do crédito

2. Despesas muito grandes do beneficiário

3. Orientação recebida de outras pessoas para não pagar a dívida

4. Certeza de que a dívida não será cobrada

5. Baixa renda produzida pelo empreendimento

6. Crença de que o governo deve dar a terra de graça

7. Imitação do comportamento de beneficiários que não pagam a dívida

8. Outra razão para a inadimplência.

Qual?

F. Desde o contrato inicial, já houve renegociação do contrato?

1. Não (= 0)

2. Sim (= 1)

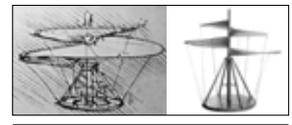
3. Não sei / não lembro (= 9)

G. Se não renegociou, por que ?

Para cada alternativa, marque 0, para as que não se aplicam, 1 em caso

1. Não se interessou

2. Muita burocracia e documentação



3. Falta de orientação sobre como fazer
4. Outra razão (**Marque 1**)

5. Não sei / não lembro (**Marque 9**)

- H. Se renegociou o contrato, depois disto, a dívida com o banco vem sendo paga em dia?

(**NÃO = 0, SIM = 1**)

- I. Eu vou fazer uma série de afirmações sobre programas de acesso a terra. Dê uma nota de 1 a 10, sobre o quanto você concorda com cada uma destas afirmações. **Lembre que 1 é igual a não concorda de maneira alguma e 10, concorda muito.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. A terra deve ser financiada pelo governo
2. Programas de acesso coletivo à terra não funcionam
3. A terra deveria ser garantida de graça para todos
4. A terra por si só não garante sucesso na agricultura
5. A terra por si só é um patrimônio que garante o futuro do agricultor

- J. Eu vou falar de várias condições do financiamento do **Banco da Terra**. Dê uma nota de 1 a 10, sobre o quanto você está satisfeito com cada condição. Lembre que 1 é igual a não está nada satisfeito e 10, está muito satisfeito.

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Valor total do financiamento da terra
2. Prazo de carência do financiamento
3. Valor das parcelas a serem pagas
4. Financiamento de projetos de infraestrutura
5. Documentação exigida para entrada
6. Procedimento para seleção do beneficiário
7. Forma de escolha do imóvel
8. Orientação/informação recebidas para renegociação da dívida
9. Orientação/Capacitação inicial para fazer proposta

CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

Composição da família

Entrevistador: Para as questões A a H a seguir, marque 999 se o entrevistado não lembrar ou não souber responder

- A. Qual o número de pessoas na família?

- B. Quantas pessoas na família são mulheres?
- C. Quantos são jovens entre 18 e 32anos
- D. Quantos pessoas da família se consideram negros?

- E. Quantas pessoas da família tinham experiência em agricultura, quando o empreendimento foi iniciado?

1. Número de pessoas com experiência

- F. Quantas pessoas da família possuem experiência em agricultura, hoje?

1. Número de pessoas com experiência

- G. Entre os que possuem experiência em agricultura, quantos eram empregados temporários ou permanentes em fazenda ou empresas rurais?

1. Número de pessoas

- H. Quantas pessoas da família:
(Entrevistador: se o entrevistado não souber responder, marque 999, para as alternativas 1 a 7, a seguir)

1. Não sabem ler nem escrever?

2. Tem até o primário incompleto?

3. Tem até o primário completo?

4. Tem até o ginásio incompleto?

5. Tem até o ginásio completo

6. Tem até o 2º grau incompleto?

7. Possui 2º grau completo ou maior?

REDE DE APOIO E CAPITAL SOCIAL

- A. Eu vou falar do apoio recebido de várias organizações, na forma de informação, orientação e ajuda com documentação. Dê uma nota de 1 a 10, para o apoio recebido de cada organização que eu falar. Lembre que 1 é igual a nenhum apoio e 10, total apoio.

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Extensão pública (Emater)

2. Extensão privada

3. Movimentos sociais

4. ONGs

5. Prefeituras

6. UTE

7. Sindicato

- B. Quem prestou serviço de assistência técnica, para a elaboração do projeto aprovado?

Entrevistador: Marque 0, se não prestou serviço, 1 de prestou, para todas as alternativas a seguir.

1. Extensão pública (Emater)

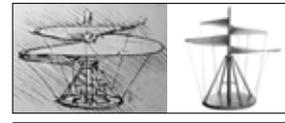
2. Extensão privada

3. Movimentos sociais

4. ONGs

5. Outro

Quem?



ENTREVISTADOR: As questões C e D, a seguir, só devem ser respondidas por beneficiários que já acessaram o Pronaf A.

- C. Quem prestou serviço de assistência técnica, para o empreendimento, durante a implantação do projeto (Pronaf A)?

Entrevistador: Nas alternativas a seguir, marque 0 se o ator descrito na alternativa não prestou o serviço, 1 em caso contrário

1. Extensão pública (Emater)
 2. Extensão privada
 3. Movimentos sociais
 4. ONGs
 5. Outro.
- Quem ? _____

- D. Quem presta serviço de assistência técnica, atualmente, para o empreendimento?

Entrevistador: Nas alternativas a seguir, marque 0 se o ator descrito na alternativa não prestou o serviço, 1 em caso contrário

1. Extensão pública (Emater)
 2. Extensão privada
 3. Movimentos sociais
 4. ONGs
 5. Outro.
- Quem ? _____

- E. Quantas vezes por ano o empreendimento recebe a visita de algum representante das organizações que eu vou dizer agora?

Entrevistador: marque o número falado pelo entrevistado

1. UTE
2. Agente Financeiro, sobre o Pronaf
3. Assistência técnica (pública ou privada)
4. Sindicato
5. ONGs
6. Movimentos sociais

Neste caso, quais movimentos sociais? _____

4. Atendimento de saúde
5. Escola?
6. Transporte em geral?
7. Transporte Escolar?
8. Estradas de ligação do empreendimento com a sede do Município?

CONTROLE DA ENTREVISTA:

Assinatura do Entrevistador: _____

Término da entrevista(hora/minutos): ___/___

Entrevista foi:

1. Totalmente realizada (amostra original)
2. Totalmente realizada (amostra substituta)
3. Parcialmente realizada. Motivo: _____

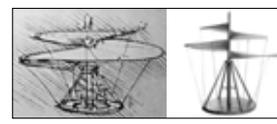
RECURSOS LOCAIS

- A. Agora, vou pedir que você pense na qualidade de cada serviço público existente. Dê uma nota de 1 a 10 para cada serviço, sendo **1 se for péssimo e 10, se for excelente.**

Entrevistador: Marque notas (1 a 10), para cada alternativa.

(MARQUE 0 SE O SERVIÇO NÃO EXISTE)

1. Água encanada?
2. Luz?
3. Telefone?



FORMULÁRIO EMPREENDIMENTOS COLETIVOS BANCO DA TERRA (BT)

INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

- A. Data da entrevista: ___/___/___
 B. Início (hora/minutos): ___/___
 C. ENTREVISTADOR: (Nome)

D. ENTREVISTADO: (Nome)

Entrevistado é:

- E. Presidente da Associação **(0=Não, 1=Sim)**
 F. Membro da Diretoria da Associação **(0=Não, 1=Sim)**
 G. Associado **(0=Não, 1=Sim)**

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- A. CNPJ **(USE O FORMATO 00.000.000/000-00 ;
 Consulte a lista de associações recebida)**

B. Nome:

- C. Estado :
 1. Goiás **(0=Não, 1=Sim)**
 D. Município (escreva abaixo):

E. Endereço:

F. Distância da sede do município (em Km)

- G. **Entrevistador: Esta é uma pergunta para você.
 Consulte a lista recebida e responda:**

Qual a condição do empreendimento, segundo a lista de amostrados recebida?

1. Condição A **(Marque 0)**
 2. Condição I **(Marque 1)**

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Área do imóvel e seus usos

Inicialmente, vamos falar do imóvel do empreendimento e seus usos. Começemos então pela área do imóvel:

- A. Qual a área total da imóvel (em ha):
 B. Qual a área média por associado (em ha):
 C. Qual a área (em ha) ocupada com plantação e criação, no imóvel:
 D. Qual a área de floresta, no imóvel:

- E. Qual a área de reserva legal (isto é, área de vegetação no interior do imóvel, que não deve ser explorada) atualmente, neste imóvel (em ha)?
 F. Que produtos tira desta área?

Entrevistador: Nas alternativas a seguir, marque 0 se a alternativa NÃO se aplica, 1 em caso contrário

1. Nenhum produto
 2. Frutas nativas
 3. Caça
 4. Lenha
 5. Madeira
 6. Carvão
 7. Outro.
 Qual?

G. A área de reserva legal está registrada em cartório?

1. Não **(0)**
 2. Sim **(1)**

Qualidade dos solos e topografia

Entrevistador: marque (0 = NÃO se aplica, e 1 = caso SIM)

- A. As terras neste imóvel:
1. São férteis, e com boa produção?
 2. Têm muita pedra?
 3. São arenosas?
 4. São pobres (ácidas)?
 5. Têm pouca água (áridos ou semi-áridos)?
 6. Estão descobertas e são sempre carregadas pela chuva (com problemas de erosão)?
 7. São muito duras, a água não entra (com problemas de compactação)?

Entrevistador: marque (0 = NÃO se aplica, e 1 = caso SIM)

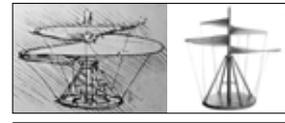
- B. Como é o terreno, em geral?
1. Plano
 2. Declive suave
 3. Ondulado
 4. Montanhoso

Qualidade e disponibilidade de água

A. Que fonte de água abastece a maioria dos empreendimentos associados?

Entrevistador: marque (0 = fonte NÃO abastece a maioria, e 1 = caso contrário).

1. Fonte de água disponível no próprio imóvel
 2. Fonte de água fora do imóvel
 B. Se a maioria dos associados é abastecida por uma fonte dentro do imóvel, que tipo de área de proteção mantém para esta fonte?
1. Nenhuma **(Marque 0)**
 2. Mata ao redor da fonte **(Marque 1)**



3. Outro (**Marque 9**)
Qual?

C. Qual é a qualidade da água que abastece o imóvel para o consumo humano (beber e cozinhar)?

1. Ruim (**Marque 0**)
2. Boa, se tratada corretamente (**Marque 1**)
3. Excelente (**Marque 2**)

D. A água que abastece o imóvel é suficiente para o consumo das pessoas, e para a produção rural?

1. É insuficiente (**Marque 0**)
2. É suficiente (**Marque 1**)

E. Qual é o período de chuvas, na região onde está o imóvel? (**Registre o período em meses, por exemplo, de janeiro a abril, no formato 00/00**):

1. O período de chuvas vai de (mês/mês):

Infra-estrutura existente no imóvel

Vamos falar agora da infra-estrutura que existe no empreendimento: casas, instalações sanitárias, construções para armazenamento de água e da produção agrícola, cercas, estradas internas e estradas de acesso.

- A. Os associados estão com suas casas construídas?
- A maior parte dos associados não tem sua casa construída (**0**)
 - A maior parte dos associados tem suas casas parcialmente construídas (**1**)
 - A maior parte dos associados tem casas totalmente construídas (**2**)
- B. Como está hoje a situação de banheiros (vaso e chuveiro), nas casas dos associados?
- A maioria não conta com banheiro (**0**)
 - A maioria tem banheiro (**1**)
- C. Os associados tem armazenamento de água?
- A maioria não tem (**0**)
 - A maioria tem armazenamento de água (**1**)
- D. Como está hoje a situação de armazéns, silos ou depósitos para a produção agrícola, no empreendimento?
- O empreendimento não tem estruturas de armazenamento (**0**)
 - O empreendimento tem estruturas de armazenamento (**1**)
- E. Como está hoje a situação de cercas, no empreendimento?
- Não há cercas no empreendimento (**0**)
 - As cercas estão totalmente construídas (**1**)
- F. Como está hoje a situação de estradas ou carreadores internos, no empreendimento?
- Não há estradas/carreadores internos (**0**)
 - Estradas/carreadores estão parcialmente construídos (**1**)
 - Estradas/carreadores estão totalmente construídas (**2**)
- G. Há outra infra-estrutura no imóvel que seja importante para a criação ou para a plantação?

1. Não (**0**)
2. Sim (**1**)
Neste caso, qual?

H. Esta infra-estrutura atende a todos os associados do empreendimento?

1. Atende a poucos associados (**1**)
2. Atende a maior parte (**2**)
3. Atende a todos (**3**)

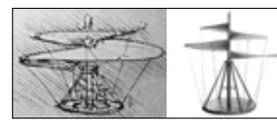
CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL

Exploração pecuária

Vamos falar agora dos produtos que o empreendimento vende para o mercado, e dos que produz para alimentação das famílias. Começando então pela alimentação das famílias dos associados:

- A. Os associados produzem para a alimentação da própria família?
- Não produzem (**0**)
 - Produzem (**1**)
- Neste caso, o que produzem?

- B. O empreendimento tem criações cujos produtos (leite, queijo, ovos, etc.) sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?
- Não tem (**Marque 0 e prossiga para a seção de Exploração Agrícola**)
 - Tem (**Marque 1 e prossiga para a questão C**)
- C. O empreendimento tem produção de **caprinos**?
- Não = 0, (prossiga para a questão D)**
 - Sim = 1, (prossiga para questão 3)**
 - Neste caso, quantos associados tem produção de caprinos?
 - Quantos animais são criados, em média, em cada lote de associado?
 - Qual a produção de leite (em litros por mês) em média, por associado?
 - Qual a produção de queijo (em quilos por mês) por associado?
 - Qual a produção de carne (em quilos por mês) por associado?
- D. O empreendimento tem produção de **bovinos**?
- Não = 0, (prossiga para a questão E)**
 - Sim = 1, (prossiga para questão 3)**
 - Neste caso, quantos associados tem produção de bovinos?
 - Quantos animais são criados, em média, em cada lote de associado?
 - Qual a produção de leite (em litros por mês) em média, por associado?
 - Qual a produção de queijo (em quilos por mês) por associado?
 - Qual a produção de carne (em quilos por mês) por associado?



- E. O empreendimento tem produção de **galinhas ou outras aves**?
1. Não = 0, (prossiga para a questão F)
 2. Sim = 1, (prossiga para questão 3)
 3. Neste caso, quantos associados tem produção de galinhas (ou outras aves)?
 4. Quantos animais são criados, em média, em cada lote de associado?
 5. Qual a produção de ovos (dúzias por mês) do empreendimento?
 6. Qual a produção de carne (quilos por mês) por associado?
- F. O empreendimento tem produção de **porcos**?
1. Não = 0, (prossiga para a questão G)
 2. Sim = 1, (prossiga para questão 3)
 3. Neste caso, quantos associados tem produção de porcos?
 4. Quantos animais são criados, em média, em cada lote de associado?
 5. Qual a produção de carne (kg por mês) por associado?
- G. No empreendimento, há **outra criação destinada ao mercado**, além das que já falamos?
1. Não (Marque 0 e prossiga para a seção "Tecnologia para a exploração pecuária")
 2. Sim (Marque 1 e prossiga para a questão 3)
 3. Que criação é esta?
 4. Neste caso, quantos associados tem esta criação, no empreendimento?
 5. Quantos animais (desta criação) são criados, em média, em cada lote de associado?
 6. Que produtos tem esta criação?
- Entrevistador: Marque 0, se o produto não se aplica, 1 em caso contrário**
- a. Animais para venda?
 - b. Leite?
 - c. Carne?
 - d. Outro produto?
- Qual?
- C. A maioria aplica vacinas contra doenças?
1. Não = 0
 2. Sim = 1
- Que doenças são controladas com estas vacinas?
- D. Os animais se alimentam de:
- Entrevistador: marque 0, se o alimento não for utilizado, 1 em caso contrário**
1. Pasto natural?
 2. Pasto cultivado?
 3. Ração (como complemento)?
 4. Silagem?
 5. Sal?
 6. Outro alimento?
- Qual?

Principais problemas na produção animal

Vamos falar agora sobre a produtividade na produção animal (isto é, na produção média por animal, e apenas para a criação que represente maiores ganhos, para os associados) e nas razões que podem estar influenciando a produtividade atual. Vamos falar apenas das criações destinadas ao mercado

- A. Que criação, entre aquelas cujos produtos são vendidos para o mercado, é a que resulta em maiores ganhos para os associados?
- B. A produtividade desta produção animal (de maiores ganhos), por associado, é baixa, média ou alta?
1. Baixa = 1
 2. Média = 2
 3. Alta = 3

Entrevistador: Se a resposta à questão anterior for 3 (produtividade alta), prossiga para a seção de Exploração Agrícola; do contrário, leia a questão a seguir:

- A. Vamos falar agora de dificuldades ou problemas que podem reduzir a produtividade desta produção animal no empreendimento. Dê uma nota, de 1 a 10, ao prejuízo que cada um destes problemas causou sobre a produtividade desta criação (de maiores ganhos. Ao dar a nota, lembre que 1=não houve prejuízo, e 10 = prejuízo muito grande.

Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação

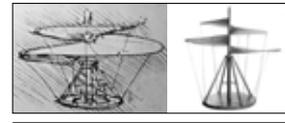
Que prejuízo sobre a produtividade desta criação, foi causado por:

1. Má qualidade da raça usada nesta produção
2. Ocorrência de doenças entre os animais
3. Ocorrência de deficiência de alimentação, entre os animais
4. Perdas por ocorrência de seca
5. Perdas por ocorrência de enchentes

Tecnologia para a Exploração pecuária

Vamos falar agora sobre como os animais cujos produtos são destinados à venda são criados, pelos associados.

- A. Na produção animal, a maior parte dos associados utiliza raças de boa qualidade?
1. Não = 0
 2. Sim = 1
- B. Na produção animal, a maior parte dos associados utiliza vermífugos?



6. Perdas por ocorrência de ventanias

Exploração agrícola

- A. O empreendimento tem plantações cujos produtos (por exemplo, arroz, feijão, milho, etc.). sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?

1. Não (= 0) **Prossiga para a seção Financiamento da Produção**
2. Sim (= 1) **Prossiga para a questão B**

- B. O empreendimento tem produção de arroz?

1. Não (= 0) **(prossiga para questão C)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a área média por associado (ha):
5. Qual a produção de arroz (em quilos por ano) por associado?

- C. O empreendimento tem produção de feijão?

1. Não (= 0) **(prossiga para questão D)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a área média por associado:
5. Qual a produção de feijão (em quilos por ano) por associado?

- D. O empreendimento tem produção de mandioca?

1. Não (= 0) **(prossiga para questão E)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a área média por associado:
5. Qual a produção de mandioca (em quilos por ano) por associado?

- E. O empreendimento tem produção de milho?

1. Não (= 0) **(prossiga para questão F)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a área média por associado:
5. Qual a produção de milho (em quilos por ano) por associado?

- F. O empreendimento tem produção de verduras e hortaliças?

1. Não (= 0) **(prossiga para questão G)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, quais verduras e hortaliças (indique quais):

4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
5. Qual a área média por associado:
6. Qual a produção de hortaliças (em quilos por ano) por associado?

- G. O empreendimento tem produção de frutas?

1. Não (= 0) **(prossiga para questão H)**

2. Sim (= 1)
3. Se sim, quais frutas (indique quais):

4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
5. Qual a área média por associado:
6. Qual a produção de frutas (em quilos por ano) por associado?

- H. No empreendimento, há **outra plantação destinada ao mercado**, além das que já falamos?

1. Não (**Marque 0 e prossiga para a seção "Tecnologia para a exploração agrícola"**)
2. Sim (**Marque 1 e prossiga para a questão 3**)
3. Que plantação é esta?

4. Neste caso, quantos associados tem esta plantação, no empreendimento?
5. Qual a área média de cada lote, em hectares, ocupada por esta plantação, por associado?
6. Qual a produção desta plantação (em quilos por ano) por associado?

Tecnologia para a Exploração Agrícola

Vamos falar agora sobre como as plantações cujos produtos são destinados à venda são cuidadas, pelos associados.

- A. Qual o material de plantio utilizado pela maior parte dos associados?

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

1. Usa sementes e outros materiais de plantio comerciais?
2. Usa grãos de produção própria?

- B. Faz calagem (usa calcário)?

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

- C. Faz adubação? Se faz, o que utiliza?

1. Não (0)
2. Sim, com adubo químico (1)
3. Sim, com esterco ou composto (2)

- D. Faz controle de pragas e doenças?

1. (Não = 0) **(Prossiga para a questão "Principais problemas na produção agrícola")**

2. (SIM = 1)

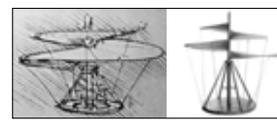
- E. Neste caso, como faz o controle:

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

1. Usa defensivos agrícolas
2. Usa controle biológico
3. Usa outro procedimento.
- Qual?

Principais problemas na produção agrícola:

Vamos falar agora sobre a produtividade na produção agrícola (isto é, na produção média por hectare, e apenas para a plantação que represente maiores ganhos, para os associados)



e nas razões que podem estar influenciando a produtividade atual. Vamos falar apenas das plantações destinadas ao mercado

A. Que plantação, entre aquelas cujos produtos são vendidos para o mercado, é a que resulta em maiores ganhos para os associados?

B. A produtividade desta produção animal (de maiores ganhos), por associado, é baixa, média ou alta?

1. Baixa (**Marque 1**)

2. Média (**Marque 2**)

3. Alta (**Marque 3**)

Entrevistador: Se a resposta à questão anterior for 3 (produtividade alta), prossiga para a seção de Financiamento da Produção; do contrário, leia:

A. Vamos falar agora de dificuldades ou problemas que podem reduzir a produtividade desta produção agrícola no empreendimento. Dê uma nota, de 1 a 10, ao prejuízo que cada um destes problemas causou sobre a produtividade desta plantação (de maiores ganhos). Ao dar a nota, **lembre que 1=não houve prejuízo, e 10 = prejuízo muito grande.**

Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

Que prejuízo sobre a produtividade desta criação, foi causado por:

1. Má qualidade da sementes ou mudas usadas nesta produção

2. Ocorrência de doenças ou pragas

3. Ocorrência de deficiência de nutrição

4. Perdas por ocorrência de seca

5. Perdas por ocorrência de enchentes

6. Perdas por ocorrência de ventanias

B. Há no empreendimento criação ou plantação ou agroindústria que é **conduzida por todos, ou pela maior parte dos associados**, em uma área comum, no empreendimento?

1. Nenhuma (=0)

2. SIM (= 1)

Quais?

Financiamento da produção

A. Como a maioria dos associados financia a sua produção (animal e/ou agrícola)?

Entrevistador: marque 0, se a alternativa não se aplicar, 1 em caso contrário

1. A maioria ainda está iniciando o projeto e espera pela etapa de produção para obter financiamento

Entrevistador: se a resposta à alternativa anterior for positiva, vá para a seção "Mão de

Obra para a Produção"; do contrário, siga com as alternativas nesta questão

2. Com recursos próprios

3. Com recursos de emprestadores particulares

4. Com recursos do PRONAF – A

5. Com recursos de outros programas de crédito?

Quais outros programas de crédito?

6. Usa outras fontes de financiamento?

1. Não (= 0)

2. Sim (= 1)

Quais?

B. O financiamento obtido destas fontes (recursos próprios, PRONAF, emprestadores particulares, outros programas de crédito, outras fontes) tem sido adequado, para as suas condições?

(Entrevistador: esta questão se refere a todas as fontes mencionadas nas alternativas anteriores)

1. Não (=0)

2. Sim (=1)

Em caso negativo, por que não tem sido adequado?

Entrevistador: Se NENHUM associado acessou o PRONAF A, vá para a questão F; caso contrário, siga para a próxima questão.

C. Se os associados usam recursos do Pronaf A, quantos associados acessaram o Pronaf A?

D. Quantos destes associados estão em dia com o PRONAF A?

E. Quando estes associados – em geral – acessaram o Pronaf A?

1. Com mais de 3 anos do estabelecimento do empreendimento (**Marque 1**)

2. Com até 3 anos do estabelecimento do empreendimento (**Marque 2**)

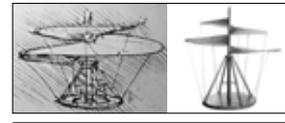
F. Se a maioria dos associados ainda não acessou o Pronaf A, porque não acessaram?

Mão-de-Obra para a produção

Vamos falar agora das pessoas que trabalham no empreendimento.

Entrevistador: se o entrevistado não souber responder, marque 999, para as questões A a C, a seguir.

A. Quantas pessoas trabalham, em média, em cada lote do empreendimento?



- B. Quantos associados contratam pessoas (de fora), para trabalhar no empreendimento:
- C. Quantas pessoas de famílias de associados trabalham fora do seu lotes ou do empreendimento:

Relações com o mercado

Vamos falar agora da comercialização de produtos da exploração agropecuária. Vou falar de diversos compradores destes produtos, pedindo que você indique que parte da produção animal ou agrícola os associados vendem para cada um: nenhuma ou pequena parte, grande parte ou toda a produção.

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

ESCALA:

1=Nenhuma ou pequena parte; 2=Grande parte; 3=Toda a produção

- A. Que parte da produção os associados vendem para Programas de Aquisição de Alimentos?
- B. Que parte da produção os associados vendem para intermediários?
- C. Que parte da produção vendem para compradores em feira ou a outros consumidores?
- D. Nos casos de venda em feiras e para consumidores, qual é o mercado onde estas vendas ocorrem? (Escreva o nome do município ou distrito)

- E. A que distância do imóvel (em km) fica este mercado?

CARACTERIZAÇÃO DA RENDA FAMILIAR

- A. Eu vou falar agora de várias fontes de ganhos. Dê uma nota, de 1 a 10, à importância de cada uma destas fontes para o que as famílias dos associados ganham. Ao dar a nota, lembre que **1=sem importância, e 10 = importância muito grande.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

- Ganhos do trabalho (salário, trabalhos eventuais, negócio próprio), fora do empreendimento
- Ganhos recebidos pela venda de produtos produzidos na propriedade?
- E de outros ganhos, recebidos do governo (Bolsa Família, Amparo ao Idoso ou ao Deficiente, Vale Gás, Bolsa Escola, etc.)?
- E ganhos de aposentadoria, aposentadoria rural por idade ou pensão?

- E ganhos de cadernetas de poupança, arrendamento de terra, etc.?
- E dinheiro recebido de pessoas de fora do domicílio (filhos que trabalham e vivem fora do empreendimento, igrejas, etc.)

- B. Quais as contas que a maioria dos associados paga todo mês?

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

- Eletricidade
 - Água
 - Telefone celular
 - Financiamento/crediário de eletrodomésticos (TV, telefone geladeira, fogão)
 - Gás
 - Outras contas
- Quais?

- C. O que é maior, em geral, os ganhos recebidos pelos associados ou as suas despesas mensais?

Entrevistador: use uma escala de 1 a 3, como indicado:

- Despesas são maiores que ganhos? (1)
- Despesas e ganhos são quase iguais? (2)
- Despesas são menores que ganhos? (3)

QUALIDADE DE VIDA NO EMPREENDIMENTO

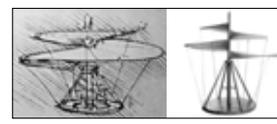
Vamos falar agora da situação da maioria dos associados antes do empreendimento e agora, se houve melhora ou não, em relação a moradia, transporte, saúde, etc. Para cada situação, diga se ela piorou muito, piorou um pouco, se está a mesma coisa, melhorou um pouco, ou se melhorou muito, considerando o que havia antes do empreendimento e do que há agora.

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

ESCALA:

1=Piorou muito; 2=Piorou um pouco; 3= Está a mesma coisa; 4=Melhorou um pouco; 5= Melhorou muito

- Moradia das famílias
- Transporte que as famílias utilizam?
- Saúde das famílias?
- Alimentação das famílias?
- Acesso das famílias a bens como televisão, geladeira, fogão?
- Ganhos das famílias
- Acesso a serviços públicos (água, luz, telefone, etc)?
- Educação de crianças das famílias?
- Patrimônio dos associados?



CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO

Vamos falar agora sobre o contrato de financiamento da terra, as dificuldades que os associados encontram para ficar em dia com o banco, e se as várias condições do contrato são satisfatórias, do ponto de vista destes associados.

- A. Quando o empreendimento foi efetivamente iniciado (isto é, em que ano aconteceu a posse da terra)?
1. (ano) (**4 dígitos**)
 2. Não sei/ não lembro (**Marque 999**)
- B. Saldo devedor total (neste momento):
1. Em R\$:
 2. Não sei/ não lembro (**Marque 999**)
- C. O empreendimento está em dia com o banco?
1. Não (= 0)
 2. Sim (= 1)
 3. Não sei / não lembro (**Marque 9**)
- D. Se está atrasado com o banco, quantas parcelas estão vencidas?
1. Número de parcelas.
 2. Não sei / não lembro (**Marque 99**)
- E. Desde o início do contrato, quantos associados (aproximadamente) deixaram de pagar pelo menos uma parcela do financiamento da terra?
1. Não sei/ não lembro (**Marque 99**)
 2. Número de associados
- F. Neste caso, algum grupo de associados, ou a própria associação, pagou a dívida destes associados?
1. Não = 0
 2. Sim = 1
 3. Não sei / não lembro (**Marque 9**)
- G. Eu vou ler agora várias razões para que um empreendimento – mesmo que não seja o caso deste empreendimento – deixe de pagar sua dívida com o banco. Para cada uma destas razões, dê uma nota de 1 a 10, para o quanto cada razão influencia para que os associados deixem de estar em dia com o banco. Lembre que **1 é igual a nenhuma influência e 10, a influência total.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Seleção inadequada de associados
2. Substituição freqüente ou saída de associados
3. Despesas muito grandes dos associados
4. Orientação recebida de outras pessoas para não pagar a dívida
5. Certeza de que a dívida não será cobrada
6. Baixa renda produzida pelo empreendimento
7. Crença de que o governo deve dar a terra de graça
8. Imitação do comportamento de associados que não pagam a dívida
9. Outra razão para a inadimplência. Qual?

- H. Desde o contrato inicial, já houve renegociação do contrato?

1. Não = 0
2. Sim = 1
3. Não sei / não lembro (= 9)

- I. Se não renegociou, por que ?

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

1. Os associados não se interessaram
2. Muita burocracia e documentação
3. Falta de orientação sobre como fazer
4. Outra razão

5. Não sei / não lembro (**Marque 9**)

- J. Se renegociou, depois disto, a dívida com o banco vem sendo paga em dia? (**NÃO=0, SIM= 1**)

- K. Houve individualização do contrato, até o momento?

1. Não = 0
2. Sim = 1
3. Não sei / não lembro (= 9)

- L. Eu vou ler para você uma série de razões que podem ter contribuído para que a individualização NÃO ocorresse. Posso começar?

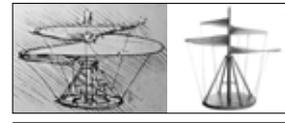
Entrevistador: (NÃO= 0, SIM=1)

1. Os associados se interessaram, mas não chegaram a um acordo
2. Os associados não conseguiram juntar a documentação necessária
3. Altos custos cartoriais
4. Os associados não conseguiram quitar a dívida anterior
5. Os associados foram informados de que não valia a pena pedir individualização
6. Outro motivo Qual?

- M. Eu vou fazer uma série de afirmações sobre programas de acesso a terra. Dê uma nota de 1 a 10, sobre o quanto os associados concordam com cada uma destas afirmações. Lembre que **1 é igual a não concordam de maneira alguma e 10, concordam muito.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. A terra deve ser financiada pelo governo
2. Programas de acesso coletivo à terra não funcionam



3. A terra deveria ser garantida de graça para todos
4. A terra por si só não garante sucesso na agricultura
5. A terra por si só é um patrimônio que garante o futuro do agricultor
- N. Eu vou falar de várias condições do financiamento do **Banco da Terra**. Dê uma nota de 1 a 10, sobre o quanto os associados estão satisfeitos com cada condição. Lembre que **1 é igual a não estão nada satisfeitos e 10, estão muito satisfeitos.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Valor total do financiamento da terra
2. Prazo de carência do financiamento
3. Valor das parcelas a serem pagas
4. Financiamento de projetos comunitários (produtivos, de infraestrutura e sociais)
5. Documentação exigida para entrada
6. Procedimento para seleção das famílias
7. Forma de escolha do imóvel
8. Procedimento para substituição de associados
9. Procedimento para exclusão de associados (isto é, retirada de associados da associação, autorizada pela UTE e pelo banco)
10. Orientação/informação recebidas para **renegociação** da dívida
11. Orientação/informação para **individualização** da propriedade e da dívida
12. Capacitação inicial para fazer proposta

CARACTERÍSTICAS DA ASSOCIAÇÃO

Formação da Associação:

- A. Em que ano a associação foi formada?
1. Ano (**quatro dígitos**).
 2. Não sei/ não lembro (**Marque 9999**)
- B. Quando a atual Diretoria tomou posse?
1. Ano (**4 dígitos**)
 2. Não sei/ não lembro (**Marque 9999**)
- C. Qual o período de mandato da atual Diretoria?
1. (anos) (**1 dígito**)
 2. Não sei/ não lembro (**Marque 9**)

Composição da associação

Entrevistador: Para as questões A a H a seguir, marque 999 se o entrevistado não lembrar ou não souber responder

- A. Qual o número de famílias associadas?

- B. Quantos associados (isto é, responsáveis por dívida de crédito fundiário, junto ao banco) são mulheres?
- C. Quantos associados/associadas são:
- Jovens entre 18 e 28 anos
- Jovens entre 29 e 32 anos
- D. Quantos associados/associadas se consideram negros?
- E. Quantos associados tinham experiência em agricultura, quando a associação foi formada?
1. Número de associados
 2. Não sei / não lembro (**999**)
- F. Quantos associados possuem experiência em agricultura, hoje?
1. Número de associados
 2. Não sei / não lembro (**999**)
- G. Entre os que possuem experiência em agricultura, quantos eram empregados temporários ou permanentes em fazenda ou empresas rurais?
1. Número de associados
 2. Não sei/ não lembro (**Marque 9999**)
- H. Quantos associados:

(Entrevistador: se o entrevistado não souber responder, marque 999, para as alternativas 1 a 7, a seguir)

1. Não sabem ler nem escrever?
2. Tem até o primário incompleto?
3. Tem até o primário completo?
4. Tem até o ginásio incompleto?
5. Tem até o ginásio completo
6. Tem até o 2º grau incompleto?
7. Possui 2º grau completo ou maior?

Alterações ocorridas na associação

Entrevistador: Para as questões A a D, a seguir, marque o número solicitado e informado pelo entrevistado, ou marque 999 se ele diz não saber ou não lembrar

- A. Considerando a primeira formação, quantos associados deixaram a associação?
- B. Quantos associados se filiaram formalmente (isto é, com autorização da UTE e dos bancos), depois da associação ter sido formada?
- C. Quantos associados foram excluídos da associação, depois do financiamento, com conhecimento da UTE e dos bancos?
- D. Quantos associados se filiaram informalmente (por acordo informal, por exemplo, com o associado original)?
- E. Qual foi o resultado destas mudanças na associação, sobre os associados que ficaram?
- (ENTREVISTADOR: Marque 0, se o impacto descrito não for escolhido pelo entrevistado, 1 em caso contrário):**

1. Aumento na parcela da dívida dos associados que ficaram

2. Incentivo para que outros decidissem deixar a associação
3. Maior motivação para o trabalho entre os que ficaram
4. Incentivo para que outros decidissem se filiar à associação
5. Melhoria da associação
6. Outro resultado. Qual?

Funções desempenhadas pela associação

- A. Eu vou ler uma lista de coisas que a associação poderia fazer, em benefício dos associados. Responda se esta associação fez ou não o que eu vou falar a seguir:

(ENTREVISTADOR (NÃO= 0, SIM = 1))

1. Seleção e compra do imóvel
2. Projeto de infra-estrutura econômica e de produção
3. Seleção de novos beneficiários
4. Exclusão de beneficiários inadimplentes
5. Compra de produtos para a agricultura
6. Venda de produtos do empreendimento
7. Contratação de serviços de assistência técnica
8. Contratação de serviços de contabilidade
9. Contratação de serviços de topografia
10. Organização de mutirões
11. Apoio à gerencia de lotes dos associados
12. Controle do dinheiro da associação
13. Pagamento do financiamento
14. Apoio a associados em risco de inadimplência
15. Juntada de documentação
16. Outra função. Qual?

Tomada e implementação de decisão no empreendimento

Vamos falar agora sobre como são tomadas as decisões que afetam a maioria dos associados, o cumprimento destas decisões, e a participação dos associados, em reuniões e mutirões

- A. Qual a participação do Presidente, da Diretoria e dos associados, na tomada de decisões que afetam a maioria dos associados (por exemplo, qual atividade econômica realizar, pagar dívidas, participar de mutirões, etc)?

Entrevistador: Marque apenas um valor, o que corresponde à alternativa escolhida pelo entrevistado:

1. O Presidente da associação decide sozinho (1)
2. A Diretoria da associação decide sózinha (2)

3. A Diretoria toma a decisão consultando um pequeno grupo de associados (3)
 4. A Diretoria toma a decisão consultando a maioria dos associados (4)
- B. Com que frequência as decisões tomadas pela associação são colocadas em prática?
1. Poucas vezes (= 1)
 2. Na maior parte das vezes (= 2)
 3. Sempre (= 3)
- C. Como é a participação dos associados, em reuniões para discussão e tomada de decisões que afetem a todos os associados?
1. A maioria não comparece às reuniões (= 1)
 2. A maioria comparece mas não participa (= 2)
 3. A maioria comparece e participa (= 3)
- D. Quantos associados costumam participar de mutirões?
1. Não são feitos mutirões na associação (= 0)
 2. Poucos participam destes mutirões (= 1)
 3. Quase a metade dos associados sempre participa destes mutirões (= 2)
 4. A maioria participa destes mutirões (= 3)

REDE DE APOIO E CAPITAL SOCIAL

- A. Eu vou falar do apoio recebido de várias organizações, na forma de informação, orientação e ajuda com documentação. Dê uma nota de 1 a 10, para o apoio recebido de cada organização que eu falar. Lembre que **1 é igual a nenhum apoio e 10, total apoio.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

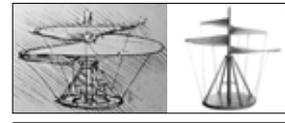
1. Extensão pública (Emater)
2. Extensão privada
3. Movimentos sociais
4. ONGs
5. Prefeituras
6. UTE
7. Sindicato

- B. Quem prestou serviço de assistência técnica, para a elaboração do projeto aprovado?

Entrevistador: Marque 0, se não prestou serviço, 1 de prestou, para todas as alternativas a seguir.

1. Extensão pública (Emater)
 2. Extensão privada
 3. Movimentos sociais
 4. ONGs
 5. Outro
- Quem ?

ENTREVISTADOR: As questões C e D, a seguir, só devem ser respondidas por associações que já acessaram o Pronaf.



- C. Quem prestou serviço de assistência técnica, para o empreendimento, durante a implantação do projeto (Pronaf)?

Entrevistador: Nas alternativas a seguir, marque 0 se o ator descrito na alternativa não prestou o serviço, 1 em caso contrário

1. Extensão pública (Emater)
 2. Extensão privada
 3. Movimentos sociais
 4. ONGs
 5. Outro.
- Quem ? _____

- D. Quem presta serviço de assistência técnica, atualmente, para o empreendimento?

Entrevistador: Nas alternativas a seguir, marque 0 se o ator descrito na alternativa não prestou o serviço, 1 em caso contrário

1. Extensão pública (Emater)
2. Extensão privada
3. Movimentos sociais
4. ONGs
5. Outro.

Quem ? _____

- E. Quantas vezes por ano a associação recebe a visita de algum representante das organizações que eu vou dizer agora?

Entrevistador: marque o número falado pelo entrevistado

1. UTE
2. Agente Financeiro, sobre o Pronaf
3. Assistência técnica (pública ou privada)
4. Sindicato
5. ONGs
6. Movimentos sociais

Neste caso, quais? _____

6. Transporte em geral?
7. Transporte Escolar?
8. Estradas de ligação do empreendimento com a sede do Município?

CONTROLE DA ENTREVISTA:

Assinatura do Entrevistador: _____

Término da entrevista(hora/minutos): ___/___

Entrevista foi:

1. Totalmente realizada (amostra original)
2. Totalmente realizada (amostra substituta)
3. Parcialmente realizada. Motivo: _____

RECURSOS LOCAIS

1. Agora, vou pedir que você pense na qualidade de cada serviço público existente. Dê uma nota de 1 a 10 para cada serviço, sendo 1 se for péssimo e 10, se for excelente.

Entrevistador: Marque notas (1 a 10), para cada alternativa.

(MARQUE 0 SE O SERVIÇO NÃO EXISTE)

1. Água encanada?
2. Luz?
3. Telefone?
4. Atendimento de saúde
5. Escola?

GRÁFICA
Super7



Secretaria de
Reordenamento Agrário

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

